

VERA SIMÕES

A
ESCOLA
DE

Belas Artes

GÊNESE
DO CENTRO
DE ARTES
DA UFES

um pouco da sua história

VERA SIMÕES

A
ESCOLA
DE

*Belas
Artes*

GÊNESE
DO CENTRO
DE ARTES
DA UFES

um pouco da sua história

 **EDUFES**

Vitória, 2025



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Vice-reitora

Sonia Lopes Victor

Chefe de Gabinete

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana
Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça,
Othon Souto Campos, Fátima Maria Silva,
Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre,
José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira
Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges
de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra
Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes,
Willi Piske Junior

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel

Produção Cultural

Déborah Pinto Corrêa



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Preparação de texto

Daniela Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e capa

Juliana Braga

Imagem de capa

Acervo do Centro de Artes da Ufes

Revisão de texto

Fernanda Falcão

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Editora Universitária – EDUFES, ES, Brasil)

S593e Simões, Vera.
A escola de Belas Artes [recurso eletrônico] : gênese do Centro de Artes da Ufes: um pouco da sua história / Vera Simões. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : Edufes, 2025. 170 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-622-6
Também publicado em formato impresso.
Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Escola de Bela Artes. 2. Artes. 3. Educação. 4. História.
I. Título.

CDU: 7.072.2:378

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas
Crimson Text, Fira Sans e Dancing Script.

Ao meu marido, Norberto, aos meus filhos, Roberto, Rodrigo
e Rosana, companheiros de minha caminhada.
Aos meus netos e netas, Bernardo, Mariah Eduarda, Rafaella,
Giovanna, Igor e Ana Beatriz (minha estrelinha no universo).
À minha mãe, Djanira (*in memoriam*), e ao meu pai, Waldir
(*in memoriam*), que me puseram no caminho.



sumário

apresentação – 9

capítulo 1 – 13

Embasando a história – 13
O contexto do ensino de arte no Brasil do século XX – 15
Como entro nessa história – 17
Onde estavam e o que diziam os documentos da Escola de
Belas Artes – 20

capítulo 2 – 23

O ensino superior no Brasil: uma breve história – 23
Os anos 1930: a Era Vargas – 26
Ensino superior no Espírito Santo: um pouco de história – 30

capítulo 3 – 39

A Escola de Belas Artes: sua gênese e evolução – 39

capítulo 4 – 77

A federalização da Escola de Belas Artes – 77

capítulo 5 – 131

Registros fotográficos para ficar na memória – 131

para concluir – 153

referências – 159

índice remissivo – 163

sobre mim – 167

apresentação

Este é um livro de natureza histórico-descritiva cuja proposta é registrar e divulgar parte da história da Escola de Belas Artes (EBA), que deu origem ao Centro de Artes (CAr) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Para atingir esse propósito, mostram-se ao longo do texto os resultados da análise de documentos e entrevistas, que abrangem o período de 1951, ano de criação da Escola de Belas Artes, a 1971, quando foi criado o Centro de Artes. A busca por esses dados se deu em 2001, quando a EBA completava 50 anos.

Também são dadas pistas sobre a metodologia utilizada, os recursos e as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, com o intuito de resgatar o que fosse possível sobre a forma de ingresso, os programas de ensino, a estrutura curricular, a formação do corpo docente e discente e as teorias pedagógicas que permearam o ensino de arte ministrado na EBA desde 1951 até 1971, quando a Lei n. 5.692 instituiu a obrigatoriedade do ensino de arte (educação artística) no currículo do ensino fundamental e médio.

Entre as muitas informações trazidas, veremos que inicialmente a escola funcionou oferecendo o chamado Curso Livre. Mesmo que tenha recebido autorização federal, em 1956, para funcionar como instituição de educação superior, a EBA permaneceu com o ensino de nível médio, pois continuou com a exigência de escolarização mínima para o ingresso, diferentemente das outras faculdades que

compunham a universidade. E, embora fossem realizados dois processos seletivos a cada ano, as vagas não eram completamente preenchidas, poucos alunos se inscreviam.

Veremos também que os cursos oferecidos eram os de Pintura, Escultura e Gravura, Arte Decorativa e Professorado de Desenho e que a concepção neoclássica, junto à pedagogia tradicional, embasou os concursos de ingresso, os programas de ensino e a metodologia das aulas ministradas na Escola de Belas Artes durante essas duas décadas (1951-1971).

O corpo docente era formado por engenheiros, arquitetos, médicos e alguns profissionais que não tinham habilitação superior. No final da década de 1960, com a vinda de professores do Rio de Janeiro habilitados em arte e com a descoberta das bienais, outras influências se fizeram presentes nas produções dos alunos, como o escolanovismo, com base na experimentação e na livre expressão, e a vertente tecnicista. Contudo, a vertente pedagógica predominante foi a tradicional. Assim, essa escola, embasada numa concepção conservadora sobre arte, formou pintores, escultores, decoradores e professores de desenho; não formou artistas.

Este é um livro que nasce com algumas expectativas, das quais se destaca a possibilidade de abrir portas para outras pesquisas sobre a evolução do ensino de arte no Espírito Santo, além de levar ao conhecimento dos egressos dos nossos cursos, dos ingressantes nos cursos atuais, dos estudantes do Centro de Artes e da comunidade acadêmica em geral um pouco da nossa história, memória e o legado dos caminhos que percorremos.

Muitos foram os que contribuíram para a realização desta jornada. Especialmente, presto agradecimentos ao Gadu, Grande Arquiteto do Universo, por me permitir chegar até aqui para ver, literalmente, mais um sonho realizado; ao meu orientador, professor doutor João Eudes Rodrigues Pinheiro, por me apresentar os caminhos da História da Educação e a possibilidade de pesquisar a História da Escola de Belas Artes no Espírito Santo; ao professor doutor

Aparecido José Cirilo, por incentivar desde sempre minha pesquisa e a publicação deste livro; ao Rodrigo Omati Santos Cresta Alves, que à época era aluno do curso de Artes Visuais Licenciatura Noturno, na disciplina Fupea I, e aceitou ser meu orientando de iniciação científica, edital Piic 2021-2022, mesmo sem o recebimento de bolsa, com o subprojeto “Organizando a história, a memória e o legado da Escola de Belas Artes ao Centro de Artes/Ufes”, com o propósito de realizar o tratamento das imagens disponíveis em arquivo, adequando-as para a publicação em livro.



capítulo 1

Embasando a história

No Brasil, a primeira manifestação com o sentido de aproximar arte e educação ocorreu no século XIX. Foram muitos os movimentos culturais e artísticos. A vinda da Missão Artística Francesa e de outros artistas europeus, em 1816, culminou com a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, e oficializou o ensino de arte no Brasil, iniciando a formação de profissionais de arte em nível institucional. A Missão Artística Francesa, ao chegar aqui, encontrou uma arte distinta dos originários modelos portugueses e obras de artistas “humildes”, todos de origem popular e mestiços em sua maioria (BARBOSA, 1978). Seguindo os modelos europeus, que em sua maioria “procuravam atender à demanda de preparação e habilidades técnicas e gráficas, consideradas fundamentais à expansão industrial” (FERRAZ; FUSARI, 1993), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios adotou o desenho como matéria obrigatória nos primeiros anos de estudo, reforçando a concepção de que o desenho é a base de todas as formas de expressão em artes visuais, além de auxiliar no desenvolvimento das habilidades técnicas e do domínio da racionalidade.

A historiografia convencionou denominar de Missão Artística Francesa o grupo de artistas vindos de Paris, chefiado por Joaquim Lebreton, que influenciou fortemente na criação da Escola Real de

Ciências, Artes e Ofícios, responsável pela formação de pintores, gravadores, escultores e arquitetos. Essa instituição oficializou o ensino de arte e trouxe a concepção neoclássica, que influenciou bastante as decorações e fachadas, principalmente das obras públicas. Assim, o barroco brasileiro foi substituído pelo neoclassicismo.

A vinda desse grupo de artistas franceses coincidiu com o momento em que Brasil e Portugal redefiniam seus vínculos em consonância com o Congresso de Viena, quando então o Brasil passou a dividir com Portugal o título de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O Estado Português passava por reformas políticas e ideológicas. A transferência da sede do Reino Unido para a cidade do Rio de Janeiro provocou inúmeras mudanças, principalmente nas edificações que foram construídas para atender à nova condição de metrópole. Foi nesse contexto, considerado de renovação pelos historiadores, que chegou a Missão Artística Francesa e criou-se a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, tornando-se a Academia Imperial de Belas Artes em 1820, o que explica a inegável influência da cultura europeia sobre a nossa, e passando a chamar-se Escola Nacional de Belas Artes em 1890, com a Proclamação da República (1889).

Em 1856 foi criado o Liceu de Artes e Ofícios, com o objetivo específico de “fomentar a educação popular pela aplicação da Arte às indústrias” (BARBOSA, 1978, p. 30), oficializando-se o desenho técnico como preparação para a arte do estuque e da marcenaria, entre outras finalidades.

São muitos os movimentos que compõem a trajetória do ensino da arte no Brasil do século XX: a Semana de Arte Moderna, em 1922; a criação de universidades nos anos 1930; a abertura de museus, ateliês e a criação, pelo artista plástico Augusto Rodrigues, da Escolinha de Arte do Brasil nos anos 1940; os princípios da educação através da arte, de Herbert Read – quando os modelos educacionais, a exemplo dos modelos artísticos, deixaram de ser os europeus para seguir os norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial, momento em que Paris perdeu para Nova York o *status* de centro

cultural do mundo –; o surgimento da Bienal de São Paulo, em 1951; o advento de movimentos universitários em defesa da cultura popular nos anos 1950 e 1960; os movimentos chamados contracultura nos anos 1970; e a criação de cursos de pós-graduação em ensino de arte nos anos 1980 (FERRAZ; FUSARI, 1993). A década de 1980, junto aos novos cursos, é lembrada pela retomada de movimentos de organização de educadores – principalmente aqueles ligados a associações de arte. Em nível estadual, a década de 1960 foi marcada pela realização de concursos literários, de salões de arte e pela criação do Museu de Arte Moderna.

O contexto do ensino de arte no Brasil do século XX

Os movimentos que acompanharam o ensino de arte desde a sua introdução na educação formal e não formal, como os que ocorreram em museus, escolas de arte e conservatórios, são interferências sociais e culturais tão marcantes para o ensino e aprendizagem no Brasil que podemos considerá-los corresponsáveis pela criação da primeira escola de arte no Espírito Santo, em 1909, nomeada Instituto de Bellas Artes (suas atividades foram encerradas em 1916 sem registros históricos detalhados).

No século XIX, introduziu-se o ensino de desenho direcionado ao preparo técnico para o trabalho tanto fabril quanto artesanal. Barbosa (1986) aponta a inclusão do desenho no currículo, desde a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, com uma concepção neoclássica que valoriza a linha, o contorno, o traçado e a configuração. Aponta também a presença dos desenhos geométrico e figurado inclusive nos cursos noturnos oferecidos no Liceu de Artes e Ofícios, criado em 1856 com o objetivo de atender à demanda do processo de industrialização, enfatizando que, nas aulas de desenho das escolas secundárias, predominavam o retrato e a cópia de estampas. Ou seja, para acompanhar a expansão industrial, priorizavam a

cópia de modelos preestabelecidos ou do natural (conteúdos reprodutivistas), possibilitando a produção em série.

Ainda no século XIX e ao longo do século XX, permaneceram presentes os princípios do liberalismo (ênfase na liberdade e aptidões individuais), representado por Rui Barbosa, que é considerado um dos mais fiéis intérpretes da corrente liberal brasileira e quem apresentou ao parlamento, em pareceres sobre a Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e sobre a Reforma do Ensino Primário (1883), o ideário de que o desenvolvimento pleno do país estaria relacionado à capacitação profissional de seu povo. Nessa concepção pedagógica, o desenho ocupava lugar de destaque principalmente no currículo do ensino primário, mas também no ensino secundário, atuais ensinos fundamental e médio, respectivamente.

Segundo Ana Mae Barbosa (1986), não existe educador brasileiro ou estudioso da educação que tenha se dedicado tão minuciosamente ao ensino de desenho ou de arte como Rui Barbosa. A autora afirma que, para ele, a educação artística constituía-se como uma das bases mais sólidas para a educação popular, representando os princípios do positivismo (valorização do racionalismo e exatidão científica). Em 1890, aprovou-se a Reforma Benjamin Constant, que atingiu todas as instituições brasileiras de ensino. Nessa reforma, o ensino de artes plásticas era embasado nos estudos dos conceitos de linha, figuras e sólidos geométricos e no traçado preciso com o uso de instrumentos, refletindo o pensamento positivista, que entende a arte como poderoso veículo para o desenvolvimento do raciocínio, tornando os homens capazes de pensar e de organizar melhor sua vida.

No mesmo caminho, são parte dos muitos movimentos que influenciaram não somente a educação escolar em arte, como também a educação escolar em geral: a pedagogia experimental; a Semana de Arte Moderna de 1922 (considerada por Barbosa (1989) como “o despertar da modernidade”); a valorização da livre expressão da criança; o uso do desenho como teste mental; a influência de John Dewey; a primeira tentativa de estudar na universidade a arte da criança; a

supervalorização da arte como livre expressão; a vinda de Herbert Read ao Brasil e sua exposição de desenhos de crianças; a criação das Escolinhas de Arte no Rio de Janeiro e na Bahia e a organização de classes experimentais, reconhecidas por lei federal.

A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi instaurada com o intuito de fazer da escola o lugar de preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, atendendo aos avanços da industrialização e, portanto, transformando-se em fornecedora de mão de obra.

Visando aperfeiçoar o sistema industrial e econômico capitalista, a escola adotou uma concepção de educação que apresenta aos educandos fórmulas desconectadas da realidade social e cultural, em prol da profissionalização por meio de informações objetivas e da repetição. A referida lei determinou a obrigatoriedade do ensino de arte nas séries finais do primeiro grau e durante um ano do segundo grau – atuais ensino fundamental II e médio, respectivamente –, reunindo em “atividades artísticas” os conteúdos específicos de música, artes plásticas, desenho, artes cênicas e trabalhos manuais (REBOUÇAS, 1995). Com isso, sobrevieram muitos equívocos e conflitos que, aliados a uma concepção tecnicista, transformaram o ensino de artes em caos, o que refletiu na enorme dependência cultural, principalmente norte-americana, sugerindo uma “modernização” do ensino em que os professores, despreparados para implantar a nova modalidade de ensino artístico, deveriam enfatizar um “saber construir” e um “saber exprimir-se” espontaneístico valorizando conteúdos de livro didático.

Como entro nessa história

Dediquei muitos anos da minha vida estudantil e profissional procurando encontrar nas leituras, nos cursos e nos eventos de que participei alternativas que melhorassem a prática pedagógica na difícil

arte de ser professora de arte. Foi essa busca, e tendo ouvido muitas vezes sobre a importância da formação profissional, da origem dessa formação, da relação entre a competência do professor e a escola de formação, além da trajetória e história dessa escola, que provocou a necessidade de mais descobertas.

Essa busca se concretizou durante os dois anos (1995/1996) em que atuei como professora substituta das disciplinas Fundamentos da Arte na Educação I e II, obrigatórias no curso de Licenciatura em Educação Artística e de responsabilidade do extinto Departamento de Artes Industriais e Decorativas (Daíd) do Centro de Artes da Ufes, e que equivalem às atuais disciplinas Fundamentos e Práticas do Ensino da Arte I e II. Entre seus objetivos, previstos nas ementas, estava a compreensão da história da educação brasileira e dos movimentos e teorias envolvidos nesse processo, enfocando a trajetória do ensino de arte.

Diante desse compromisso, senti a necessidade de pesquisar a história da EBA e do ensino de arte no Espírito Santo, uma vez que a Ufes foi e ainda é a escola de formação da maioria dos profissionais que atuavam e atuam como professores de arte no estado, lembrando que não existia, e até então desconheço algo semelhante, uma sistematização e interpretação da história do ensino de arte nessa instituição que possam ser utilizadas como recurso para uma prática pedagógica contextualizada.

Nesse sentido, comecei um estudo da trajetória histórica do ensino de arte no Brasil, pois as práticas educativas em arte vêm se modificando em consequência não somente de mobilizações sociais, pedagógicas ou filosóficas, mas também de mobilizações artísticas e estéticas que permeiam nossa história da educação. Entretanto, não foi possível realizar uma pesquisa dessa natureza, uma vez que dependeria de um estudo comparativo dos programas e currículos de todas as escolas de belas-artes do Brasil, o que na época era praticamente impossível, considerando que na década de 1990 ainda não contávamos com recursos avançados como a internet.

Seguir o programa da referida disciplina, que propunha um breve histórico da educação e do ensino de arte no Brasil, de certo modo, poderia até ser considerado um estudo fácil, pelo número razoável de obras dedicadas a esse assunto que eram do meu conhecimento. Contudo, a dificuldade maior se deu quando houve a necessidade da contextualização do tema com a realidade do estado do Espírito Santo.

Mesmo após o término do contrato de professora substituta, continuei com a forte percepção do quanto não conhecemos a nossa história, a história local. A partir daí surgiram alguns questionamentos: quais caminhos foram percorridos pelo ensino e pela Escola de Belas Artes, posteriormente Centro de Artes da Ufes? Quais teorias pedagógicas fundamentaram as ações praticadas no estado desde os tempos do Instituto de Bellas Artes do Espírito Santo até o final da década de 1990, principalmente no curso de Licenciatura em Educação Artística?

Era preciso encontrar respostas. Busquei informações e algum material que pudessem ajudar a responder a essas e outras perguntas. Procurei alguns ex-professores do Centro de Artes da Ufes que vivenciaram o cotidiano da Escola de Belas Artes, na condição de aluno/a e posteriormente na função de professor/a, sendo, portanto, detentores da história vivida, e a Secretaria Geral do CAR por entender que estivesse ali a chave para o acesso a algum documento.

Inicialmente foram localizados documentos/fotografias que nunca haviam sido estudados e tampouco receberam tratamento técnico para sua organização e conservação. Diante da existência desse material, constatei ser esta a oportunidade de analisar esses documentos para, a partir deles, tentar resgatar o que fosse possível da história do ensino de arte no Espírito Santo.

De início, foi essencial estipular um recorte temporal para investigar mais de perto a trajetória do ensino de arte no Espírito Santo. Selecionei o período de 1951 a 1971, considerando a experiência como ex-aluna e ex-professora do CAR/Ufes. Caminhei em busca de respostas para as seguintes questões, que me levariam a estudar e, portanto, conhecer a escola e esse ensino no referido período:

- a) a qual público a Escola de Belas Artes se dirigia e com quais objetivos?
- b) em quais teorias de ensino ela esteve apoiada, principalmente nos momentos de mudança tanto de nome quanto de nível?
- c) quais eram os cursos oferecidos e a composição do currículo?
- d) o que aconteceu com a Escola de Belas Artes a partir da Lei n. 5.540/1968?
- e) quem eram os alunos?
- f) quem eram os professores?

Ademais, o recorte temporal se justifica por ser o momento histórico em que se estruturaram as raízes do que hoje é o Centro de Artes da Ufes. Nesses vinte anos, a Escola de Belas Artes da Ufes abriu portas para o ensino de arte e para as transformações culturais decorrentes das influências trazidas por aqueles que, alunos ou professores, foram os atores nesse período considerado de grandes mudanças também no ensino brasileiro em geral.

Onde estavam e o que diziam os documentos da Escola de Belas Artes

Os documentos relacionados à Escola de Belas Artes estavam guardados em uma sala do Cemuni I, prédio onde funcionava a secretaria geral, a coordenação de cursos, a diretoria do CAr, entre outros setores.

No primeiro contato que tivemos com o arquivo, a sensação foi de desânimo. O material que constituía o acervo – bastante diversificado – não estava ordenado. Nos quase doze meses em que estivemos consultando os documentos, o acervo foi transferido algumas vezes, pois o prédio passava por reformas e adaptações.

Muitos documentos estavam acondicionados em caixas, alguns encadernados e a maioria deles, principalmente as fotografias, estavam fora de caixas, sem obedecer a qualquer forma de organização.

As fotografias tampouco tinham a identificação das pessoas nelas retratadas, reforçando em nós a ideia de que o passado, a memória, a história do Centro de Artes não eram considerados importantes.

Cada contato com o “acervo” parecia uma primeira vez. A maioria dos arquivos expedidos ou recebidos estava encadernada, o que facilitou seu manuseio, leitura e análise. Mas em alguns deles, copiados no papel tipo seda, a escrita desbotada dificultou a leitura, além de a ação do tempo ter fragilizado o material, exigindo maiores cuidados no manuseio para evitar que se rasgassem.

A leitura e análise desses documentos foram essenciais para a reconstrução da história da Escola de Belas Artes. A cada leitura, fomos constatando e reafirmando a necessidade de mais dados, pois esse tipo de documento, por sua natureza sucinta, não nos conta a história completa, apenas nos fornece alguns elementos que fazem parte dela.

Quando passamos para a análise dos documentos acondicionados em caixas do tipo arquivo, orientamo-nos pelas etiquetas de identificação com o número da caixa e o ano ao qual o material contido nela se referia. Apesar disso, os conteúdos de muitas dessas caixas nos surpreenderam. Nem sempre eles condiziam com a informação da etiqueta.

Examinando com cuidado, encontramos: requerimentos de inscrição de candidatos à Escola de Belas Artes, editais para inscrição e para a realização dos concursos de habilitação e os relatórios dos concursos e das atividades realizadas.

O trabalho exigiu muita paciência e dedicação, nos trouxe muitos momentos de reflexão e associação de fatos. Cada descoberta do nome de um ex-aluno, de um ex-professor, das datas, dos fatos, do programa dos cursos nos fazia pensar, ligar fatos e informações que possibilitaram reconstruir muitos acontecimentos. Depois de analisados e selecionados os documentos, elegemos os nomes daqueles que seriam os nossos parceiros para a reconstrução dessa história.

A técnica da entrevista nos permitiu, além do confronto entre passado e presente (ex-alunos, ex-professores, alunos, professores, ex-funcionários, funcionários), a comprovação ou não dos fatos e

casos registrados. Como casos, entendemos acontecimentos que, embora relatados em fontes secundárias, não tenham ainda o respaldo de documentos primários.

Em sequência, iniciamos o contato com as pessoas e o agendamento das entrevistas, que foram o elemento-chave para a concretização do conteúdo deste livro. As entrevistas foram marcadas através de contatos telefônicos, e em alguns casos necessitamos da interferência de outras pessoas; a data, o horário e o local foram escolhidos pelos entrevistados. Não tivemos dificuldades para levar adiante essa etapa.

Após cada entrevista realizada com o auxílio de gravadores de fitas cassete – recurso disponível no final da década de 1990 –, o depoimento foi transcrito com todo o cuidado, na tentativa de não se perder a essência do que estava sendo narrado, embora nos entristecesse a impossibilidade de registro da emoção contida nos gestos, nas lembranças, nos olhares de cada um dos entrevistados. Depois da transcrição, foram selecionados os aspectos considerados relevantes para o nosso estudo.

Em cada palavra, em cada gesto, encontrávamos elementos que confirmavam ou completavam os fatos registrados nos documentos oficiais. Foram momentos únicos para cada um dos entrevistados. Vieram à tona situações vividas de alegria, insatisfação, tristeza, retratando um passado que percebemos muito presente.

Comparando o registro nos documentos oficiais com as informações recebidas dos entrevistados, conseguimos recompor aspectos da história da Escola de Belas Artes, hoje Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

capítulo 2

O ensino superior no Brasil: uma breve história

A história do ensino superior no Brasil revela em sua essência as intenções colonialistas da época de sua criação. Predominantemente intelectual e universalista, esteve, portanto, marcada pelo distanciamento das principais conquistas da Idade Moderna, bem como dos assuntos e problemas da realidade imediata (ARANHA, 1996).

De 1500 a 1800, a metrópole portuguesa proibiu tudo aos brasileiros, inclusive a montagem de um sistema escolar popular. O fato é que chegamos à independência com acesso limitado à imprensa e ao ensino superior. Assim, a maior parte de nossa elite se formava na Europa, situação que perdurou durante boa parte do Império (TEIXEIRA, 1976). Data do século XVI a primeira tentativa de titulação acadêmica, pelos jesuítas no Colégio da Bahia. A Coroa, no entanto, negou o reconhecimento oficial do estatuto de universidade à instituição, refletindo o desencontro de opiniões – do plano educacional elaborado pelo padre Manoel de Nóbrega e da orientação da própria ordem religiosa, prevista no *Ratio Studiorum* – existente no interior da Companhia de Jesus e o interesse da metrópole em manter a situação brasileira de dependência tanto política quanto cultural. Esse interesse continuava presente no ato que indeferiu a criação de um curso de medicina na província de Minas Gerais,

em 1786, pois o Conselho Ultramarino entendia que outros cursos viriam em sequência, o que resultaria na quebra ou enfraquecimento dos laços de dependência colonial.

Com a transferência da sede do reino português para o Brasil em 1808, o príncipe Dom João criou as primeiras escolas superiores brasileiras. Os cursos e academias atenderiam às necessidades imediatas da Corte de profissionalizar e ao mesmo tempo formar uma elite dirigente. Portanto, surgiram: a Academia Real da Marinha, objetivando formar oficiais e engenheiros civis e militares; os cursos de Cirurgia na Bahia e de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1989). Contudo, a estruturação das primeiras escolas superiores no Brasil não modificou o quadro de dependência em relação à metrópole, algumas mudanças foram observadas somente a partir da criação dos cursos jurídicos em 1827.

Instalados no ano de 1828, em São Paulo, no Convento de São Francisco em 1º de março, e em Olinda, no Mosteiro de São Bento em 15 de maio, os primeiros cursos jurídicos agruparam a elite então distante da metrópole. E é dos debates e discussões desses grupos que resultaram as mudanças na mentalidade política imperial, uma vez que os ocupantes dos cargos políticos de maior destaque, tanto no governo das províncias quanto no governo central, eram oriundos da elite e componentes desses grupos.

A expansão do ensino superior no país se fez a partir de ideários políticos que refletiram os desejos do poder central em priorizar a formação de elites culturais em vez de educação em sua essência. Até o advento da República, o ensino superior era, em sua maioria, oferecido pelo governo central. Após a Reforma Benjamin Constant, surgiram várias escolas superiores/faculdades, algumas de iniciativa privada. As Faculdades de Direito da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; a Faculdade de Medicina de Porto Alegre; as Escolas Politécnicas de São Paulo e da Bahia; e as Escolas de Engenharia do Recife e do Mackenzie College (uma instituição educacional norte-americana, genuinamente presbiteriana, criada para formar

engenheiros) em São Paulo. Do Brasil Colônia até a República, foram muitas as tentativas de criação de universidades, sem nenhum êxito, pois a resistência dos governantes conseguia ser maior.

Logo após a Proclamação da República (1889), criaram-se a Universidade de Manaus, em 1909, e a Universidade do Paraná, em 1912. Ambas duraram pouco tempo e, embora tenham sido constituídas no início do século XX, o reconhecimento oficial de primeira universidade brasileira é da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), instituída em 1920 por força de um decreto do governo federal. Apesar de resultante de um decreto que agrupou três escolas superiores sob um único rótulo, a URJ trouxe de volta a discussão sobre os problemas universitários brasileiros.

Cinco anos depois, em 1925, o governo federal, ignorando as severas críticas contra a criação da Universidade do Rio de Janeiro, autorizou a abertura de novas universidades ao mesmo tempo que preservou as condições de funcionamento e administração da URJ. O processo de criação dessas novas universidades foi orientado pela Reforma Rocha Vaz, de 1925, em seu artigo 260, o qual determinava os estados onde seriam instituídas as universidades e as condições para a efetivação do fato. Todas as cláusulas diziam respeito ao material e ao financeiro, não havendo nenhuma exigência quanto ao papel da universidade enquanto instituição de ensino. Surgiram movimentos para discutir a oferta, a estrutura e a filosofia da instrução pública.

O jornal *O Estado de São Paulo* e a Associação Brasileira de Educadores (ABE) tomaram, nos anos 1920, a frente desses movimentos em defesa da organização universitária, visando atender às necessidades profissionais e de pesquisa. As questões levantadas pela ABE e pelo jornal, diante da ausência de medidas imediatas em prol da educação, ganharam força na Reforma Francisco Campos, de 1931, e estruturaram os ideais daqueles que levantaram a bandeira do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, buscando uma política nacional para recuperar o atraso educacional brasileiro. Um dos pontos marcantes de insatisfação dos Pioneiros

foi a criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927, nos mesmos moldes da Universidade do Rio de Janeiro.

O Manifesto dos Pioneiros trouxe em sua bagagem a eferescência política contida nos ideais daqueles que acreditavam na reconstrução educacional e na universidade como local de elaboração científica. É um documento amadurecido e construído a partir de ações e situações que demonstraram a necessidade de organização do sistema educacional brasileiro.

Os anos 1930: a Era Vargas

O sistema federal de ensino superior brasileiro surgiu junto com a fundação do Estado Nacional, com o objetivo de formar as elites necessárias para compor o aparato estrutural do governo e suprir as necessidades da Corte no momento em que o Brasil passava de colônia para Reino Unido, ou seja, um outro Estado a ser governado, que precisava de estrutura para desempenhar as funções próprias (CUNHA, 1975). Não houve mudanças significativas durante o Império, uma vez que o ensino superior se desenvolveu na forma de faculdades isoladas, dando continuidade à proposta de formar elites a serviço do Estado.

No período de 1889 a 1930 (Primeira República), o ensino superior se expandiu. De 1891 a 1915, foram criadas 36 escolas de nível superior. É nessa época que se fortaleceu a ideia de que o diploma universitário é mais do que um símbolo de *status* social, configurando-se como uma ferramenta de manutenção do poder das elites.

O ensino superior como lócus criador de ciência se deu a partir da década de 1920 (CARVALHO, 1992). Entretanto, segundo Cunha (1975, p. 71):

A independência política, em 1822, veio apenas acrescentar mais dois cursos, de direito, ao rol dos já existentes, seguindo a

mesma lógica de promover a formação dos burocratas na medida em que eles se faziam necessários.

É um período considerado como a era da transformação, pois a partir da década de 1930 a educação recebeu um nível de atenção nunca antes dispensado a ela, quer pelos movimentos dos educadores, quer pelas iniciativas governamentais (ARANHA, 1996; ROMANELLI; IGLÉSIAS, 1978). A Revolução de 1930 é marco de profundas mudanças, tanto políticas quanto administrativas, que atingiram diretamente o sistema de ensino.

Getúlio Vargas, ao assumir o governo provisório, criou um ministério para coordenar e orientar os serviços educacionais. Em 1931, o Ministério da Educação e Saúde Pública, a mando do jurista Francisco Campos, seu primeiro ministro, deu início aos trabalhos baixando vários atos, entre eles a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, por meio do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. O documento propunha um ensino voltado para a formação de cidadãos críticos, incentivava a investigação científica e estabelecia os preceitos gerais para o regime universitário no Brasil, além de ser um marco importante para a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, a instituição da Faculdade de Educação, Ciências e Letras e a equiparação de institutos de ensino superior. No mesmo ano, o Decreto n. 20.179, de 6 de julho, centralizou o controle do ensino superior no governo federal.

Em paralelo com as ações do governo, a Igreja começou a se movimentar em defesa de uma educação de ideologia católica, tendo como representante o professor Alceu Amoroso Lima, autor do livro *Debates pedagógicos* (1931), no qual expressa muito bem os ideais católicos, opositores da política de laicização da escola pública. Desse movimento, nasceu, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores no Rio de Janeiro, cujo objetivo principal era o ensino da filosofia, fugindo do chamado *laicismo pedagógico*.

Lançada a semente, fundou-se em São Paulo, no ano de 1933, o Instituto Sedes Sapientiae, sob a direção das cónegas de Santo

Agostinho. Nesse mesmo ano, criou-se a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, planejada para contribuir na formação de elites culturais e políticas com capacidade de ações voltadas para as discussões e soluções dos problemas sociais.

No ano seguinte, como reflexo da Revolução Constitucionalista de 1932, criou-se a Universidade de São Paulo (USP), com a missão principal de promover, pela pesquisa, o progresso da ciência e tendo como bandeira a autonomia universitária. Incluiu-se na instituição a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que englobou algumas escolas já existentes e outras criadas, e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo passou a compor a USP em 1938. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os cursos seriam instalados progressivamente conforme o artigo 6º do Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Embora o campo das artes não tenha sido organizado como setor específico, Claude Lévi-Strauss e Jean Maugué, orientados por Roger Bastide, realizaram seus estudos na Faculdade de Filosofia da USP.

No Rio Grande do Sul, a primeira Faculdade de Estudos Econômicos foi incluída na estrutura da Universidade de Porto Alegre, criada em 1935 (ROMANELLI; IGLÉSIAS, 1978).

Nesse momento, considerado de agitação pública por muitos estudiosos, pelo esforço e iniciativa de Anísio Teixeira, surgiu a Universidade do Distrito Federal (UDF) – Decreto n. 5.513, de 4 de abril de 1935 – sem a presença das três faculdades tradicionais (de direito, medicina e engenharia) e, portanto, abrindo espaço para uma experiência pioneira e original na história da universidade no Brasil, pois nela foi instalado um instituto de artes de alto nível, feito até então inédito no país. O funcionamento da instituição foi autorizado pelo próprio Getúlio Vargas, passando por cima do ministro da educação, numa demonstração clara de interesses políticos.

Em 1935, embora o Estado Novo não tivesse sido decretado, as ideias autoritárias já podiam ser sentidas e uma universidade estruturada sobre a experiência humana, priorizando a Faculdade de Educação em busca de renovação e consciência, não poderia vingar naquele

ambiente político. Ocorreram demissões, inclusive a do professor Anísio Teixeira, e foram presos outros educadores e intelectuais, tornando difícil a situação da UDF, que continuava oferecendo cursos de bom nível, graças à permanência de alguns professores brasileiros e estrangeiros na universidade.

A UDF foi extinta em 1939 e alguns de seus cursos foram incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, antiga Universidade do Rio de Janeiro, que abrigava a Escola Nacional de Belas Artes. A faculdade deveria se submeter ao estreito controle doutrinário da Igreja Católica, mas sua direção acabou sendo entregue a Francisco Clementino de San Tiago Dantas.

De 1935 até a implantação da ditadura do Estado Novo, em 1937, o país passou por intenso período de incertezas, agitação e repressão política. Essa repressão repercutiu e fez calar principalmente as ideias liberais em educação. Como que preparando a implantação da ditadura, promulgou-se a Lei de Segurança Nacional (Lei n. 38/1935) para coibir qualquer movimento de reivindicação popular. Em 10 de novembro de 1937, instalou-se no Brasil o Estado Novo, um regime autoritário, marcado pela violência, pela imposição de valores e pela degeneração de qualquer ideal democrático (FÁVERO, 1980).

De 1938 a 1941, o Governo Vargas ficou conhecido como um governo de jogo político, principalmente no que diz respeito ao envolvimento nos conflitos entre a Alemanha e os Estados Unidos. Em 1942, esse jogo é interrompido pela pressão estadunidense e, como consequência, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial (FÁVERO, 1980), uma participação quase desconhecida ou esquecida pela maioria dos brasileiros, embora exista uma extensa bibliografia disponível sobre o assunto.

A liberdade de ensino em todos os graus e ramos estava prevista na Constituição de 1937, mas o Decreto-Lei n. 421, de 11 de maio de 1938, em seu artigo 1º, exigia a autorização do governo central tanto para a organização quanto para o funcionamento de qualquer curso superior, que após dois anos estaria sujeito à avaliação do Ministério

da Educação para efeitos de reconhecimento ou não, mesmo quando integrado a uma universidade (ARANHA, 1996).

Após ter recebido do papa Pio XII, em 1938, a incumbência de tratar da situação das universidades católicas no Brasil, o Cardeal Leme designou o padre Leonel França e o professor Alceu Amoroso Lima como responsáveis pelas diretrizes dessas instituições. E é por estarem fundamentadas nessas linhas que as faculdades católicas do Rio de Janeiro, fundadas em março de 1941, agrupadas, foram reconhecidas como universidade em 1946, recebendo o título de pontifícia em 1947.

Surgiram movimentos pela redemocracia. Entre eles, destaca-se o Manifesto dos Mineiros (de 24 de outubro de 1943), que continha reivindicações de cunho liberal propondo o fim da ditadura do Estado Novo. Foram criados partidos políticos e lançadas candidaturas contrapondo-se à ditadura, que estava perdendo força. Toda essa mobilização culminou com o afastamento e a deposição de Getúlio Vargas em 1945.

Desde então, foram criadas no Brasil várias universidades públicas e privadas, entre elas a Universidade do Espírito Santo (UES) em 1954, da qual fez parte a Escola de Belas Artes, como veremos a seguir.

Ensino superior no Espírito Santo: um pouco de história

Para uma melhor compreensão dos caminhos percorridos pela educação superior no Espírito Santo, precisamos voltar no tempo e buscar subsídios que estão presentes no processo educacional capixaba em outras etapas de ensino.

No momento em que as concepções positivistas que orientavam a educação geral no Brasil começavam a sofrer as influências do ideário da Escola Nova¹ e dos modelos implantados por escolas

1 Compreendida como concepção pedagógica que deveria orientar as ações destinadas à modificação e à renovação de diversos setores da educação capixaba no final dos anos 1920 e começo dos anos 1930.

de missionários protestantes norte-americanos, teve início o movimento de renovação educacional no Espírito Santo. O patrono foi o professor Carlos Alberto Gomes Cardim, trazido de São Paulo pelo então governador Jeronymo Monteiro. Entre seus feitos, está a criação da primeira escola de artes no estado, o Instituto de Bellas Artes do Espírito Santo, em 11 de dezembro de 1909, nos mesmos moldes da Academia de Belas Artes de São Paulo, de cuja criação ele participou.

Segundo Lopes (1997), Jeronymo Monteiro contribuiu, com suas ideias modernizadoras, para a ampliação das perspectivas culturais capixabas ao criar o Arquivo Público do Estado (1908) e o Instituto de Bellas Artes (1909), além de ter havido grande progresso do estado durante o seu governo.

O Instituto de Bellas Artes teve seu regulamento aprovado pelo Decreto n. 595, de 14 de março de 1910. Em 1923, foi criado o Instituto de Música. Embora recebessem subvenções do governo, essas duas instituições não são consideradas como marco introdutório do ensino superior de artes no Espírito Santo; por estarem em desacordo com as normas que regulavam o ensino superior no país, não tiveram destino diferente de muitas outras instituições criadas naquele período, ou seja, não prosperaram (BORG, 1995; LOPES, 1997).

Data do ano de 1930 o início do ensino superior no Espírito Santo (BORG, 1995). Foi um momento de grande efervescência política e de muitos movimentos em prol da educação e também da garantia de continuidade da estrutura de poder, constituída pela base política, econômica e ideológica, normalmente sob o comando dos mesmos grupos da sociedade. Surgiram a faculdade de Farmácia e Odontologia e a faculdade de Direito; esboçou-se ainda um projeto para a instalação de uma Escola de Agronomia e Veterinária.

Contudo, desentendimentos entre os professores e a empresa financiadora dessas instituições fizeram com que funcionassem ao mesmo tempo duas faculdades de odontologia e farmácia em Vitória. Porém foi a faculdade mantida pelos professores que saiu vencedora e obteve a autorização de funcionamento, como veremos mais adiante.

O jornal *Diário da Manhã*, em sua edição de 23 de novembro de 1930, anunciou uma nova escola de ensino superior no Espírito Santo, com sede em Vitória. O anúncio dizia que estavam abertas as inscrições para a seleção de estudantes, com oferta dos cursos de Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária e Engenharia Topográfica. O endereço indicado foi a Rua 7 de Setembro, n. 57, mas essa escola não chegou a funcionar.

De 1927 até 1935, o país passou por momentos considerados por muitos historiadores como o despertar da consciência nacional. O movimento da Escola Nova foi deflagrado em vários estados brasileiros e as reformas educacionais ocorreram com o objetivo de democratizar a sociedade para a superação do sistema oligárquico. Foi o despertar das preocupações com a necessidade de adaptar ideias e modelos educacionais estrangeiros (Dewey, Decroly, Claparède) às condições nacionais.

Foi um período de grandes reformas em todos os estados brasileiros, empreendidas por Francisco Campos, em Minas Gerais; Fernando de Azevedo, no Distrito Federal; Atílio Vivacqua, no Espírito Santo; Carneiro Leão, em Pernambuco; Lourenço Filho, em São Paulo, entre outros. Ocorreu em todo o Brasil a expansão do ensino nos dois níveis, básico e superior, e suas etapas.

No Espírito Santo, a Faculdade de Direito nasceu dos ideais de um grupo de estudantes nesse momento de agitação, de contestação de ideias, sob os reflexos de muitas reformas educacionais, com a sociedade acreditando na educação como fator determinante de mudança social. Em 1931, a referida faculdade foi instalada no governo do capitão João Punaro Bley, interventor nomeado por Getúlio Vargas após a destituição do presidente de estado Aristeu Borges de Aguiar, que tinha se posicionado contra o movimento revolucionário de 1930. Punaro Bley teve como meta uma política de desenvolvimento socioeconômico em prol da industrialização (BORGHO, 1995).

Entre os feitos desse novo governo em relação à educação, destaca-se a proibição das propostas pedagógicas defendidas e implantadas por Atílio Vivacqua e Deodato de Moraes. Assim, a Escola Activa

foi desmobilizada, mesmo que sua proposta tenha sido considerada padrão para todo o país, durante a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Escola Nova (1930).

De 1935 a 1945, a política educacional de Getúlio Vargas afastou o grupo da Escola Nova da liderança educacional do país. Segundo Wagley (1963, p. 208, tradução nossa):

Os últimos anos do regime de Vargas foram pouco favoráveis para o desenvolvimento da educação no Brasil. Muitos dos líderes da educação e a maioria dos jovens educadores treinados no Ministério da Educação foram transferidos para outros serviços. Sob a ditadura, a educação era uma carreira débil, atormentada pela política e pelo perigo de ser acusada de socialista ou comunista.

Nessa época de grandes mudanças no contexto histórico espírito-santense e brasileiro, criou-se o Departamento de Educação Física do Espírito Santo, pelo Decreto n. 1.366, de 1931, com a finalidade de organizar cursos especiais para a formação de professores e instrutores de educação física, além de difundir, unificar e intensificar o ensino estadual. O programa oferecido por esse departamento foi a célula-mater da Escola Superior de Educação Física, estabelecida em 24 de setembro de 1936, pela Lei Estadual n. 98 (SILVA, 1996).

Em 6 de outubro de 1942, o Decreto Federal n. 10.573 proibiu o funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada em 1930. Diante dessa decisão, fez-se necessária sua extinção por meio do Decreto Estadual n. 15.798, de 1944. No ano de 1947, a Constituição Estadual revogou esse decreto de extinção, autorizando, no artigo 11 do Ato das Disposições Transitórias, a restauração da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

O então governador Carlos Lindemberg apresentou à Assembleia Legislativa uma mensagem em que explicava que, mesmo tendo sido o governo autorizado a tomar as providências para o restabelecimento da Faculdade de Farmácia e Odontologia, após entendimentos

com aqueles considerados como autoridade do ensino no país, decidiu-se pela autorização de funcionamento apenas da Faculdade de Odontologia, em virtude do alto custo dos materiais necessários para a instalação da Faculdade de Farmácia. E assim o Espírito Santo chegou ao final da década de 1940, com apenas duas faculdades: a de Direito e a de Odontologia (BORGIO, 1995).

Iniciou-se um período considerado de redemocratização em nível nacional. O sistema multipartidário levou à competição política e a uma vida social revitalizada. Ocorreu a recuperação de princípios da Escola Nova; a educação nesse momento foi, porém, dominada por preocupações e interesses políticos, e não por uma preocupação científica, a característica principal da fase inicial da Escola Nova.

Expandiu-se o modelo da educação de massa com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), pela Federação Nacional do Comércio, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Social da Indústria (Sesi), estes últimos ligados à Confederação Nacional da Indústria (COUTINHO, 1993). No Espírito Santo, a introdução desse modelo educacional contribuiu de forma qualitativa e quantitativa para a inserção da mão de obra no mercado de trabalho capixaba.

O governo de Jones dos Santos Neves se iniciou em 31 de janeiro de 1951, trazendo desde o discurso de posse a preocupação com a educação. Ainda no mesmo ano, no dia 7 de dezembro, o discurso se transformou em realidade por meio da Lei n. 549 – considerada a Lei Áurea do Ensino –, que deu o pontapé inicial no desenvolvimento do ensino capixaba.

Em dois anos, 1951 e 1952, foram criadas a Escola Politécnica, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Belas Artes e o Instituto de Música. No ano de 1953, o regulamento da Faculdade de Odontologia foi aprovado e foram instituídos a Escola de Auxiliares de Enfermagem e o Instituto de Tecnologia.

Todas essas instituições eram públicas e a criação delas fez parte dos objetivos do governo de Jones dos Santos Neves, que

incluiram a implantação de uma universidade e a criação da Secretaria de Educação e Cultura, sob a responsabilidade de Rafael Grisi, natural do estado de São Paulo, tal qual o professor Carlos Alberto Gomes Cardim, que, em 1908, o governador Jeronymo de Souza Monteiro trouxe de São Paulo para assumir o cargo de secretário da Instrução Pública capixaba.

Ainda no ano de 1953, o Decreto Estadual n. 1.236 instituiu o Conselho de Ensino Superior, justificado pela necessidade de elaboração de planos de organização e funcionamento da futura Universidade do Espírito Santo. O projeto de criação da universidade foi aprovado na Assembleia e, após o governador finalmente sancionar, foi transformado na Lei n. 806, em 5 de maio de 1954 (BORGIO, 1995).

A UES foi constituída de institutos universitários (entre eles a Escola de Belas Artes), para integrar o sistema, e de institutos complementares, para servir de apoio à operacionalização das ações dos institutos universitários (BORGIO, 1995). Em 22 de maio de 1954, a universidade estadual foi instalada, sendo nomeado para exercer o cargo de reitor o professor Ceciliano Abel de Almeida. E, para a composição do quadro, o Conselho Universitário teve sua instalação oficial em 30 de junho de 1954, por ocasião de sua primeira sessão, nas dependências da antiga Escola de Música.

Pensada para funcionar de forma integrada, a UES encontrou inicialmente muitas dificuldades, pois, como todas as universidades brasileiras, se originou do agrupamento de escolas e faculdades que, em sua maioria, já vinham funcionando dentro de uma estrutura própria e em diferentes locais, distantes entre si, dificultando a integração acadêmica e administrativa entre elas.

No ano de 1957, mais duas instituições de ensino foram criadas no estado, a Escola de Medicina e a Faculdade de Ciências Econômicas – que foram integradas à UES com a Lei Estadual n. 1.605, em 24 de janeiro de 1961, que reestruturou a universidade. Em 1958, as atividades da reitoria e do Conselho Universitário foram paralisadas em virtude do não reconhecimento da UES pelo governo federal.

Por esse motivo, começou o processo de buscar a federalização da universidade, o que ocorreu no dia 30 de janeiro de 1961, por meio da Lei n. 3.868, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek, com a seguinte organização: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Belas Artes, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Medicina (ainda não instalada) e Escola de Educação Física.

Integrada ao sistema federal, a universidade precisava ser reestruturada considerando que ela não funcionava regularmente desde 1958. A aprovação do Estatuto da Universidade do Espírito Santo, em outubro de 1961, marcou o início das muitas realizações e conquistas em prol do funcionamento da universidade, que teve instalado o seu Conselho Universitário no ano de 1963. A instituição recebeu a denominação Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) em 22 de agosto de 1965 (BORGIO, 1995).

Com a desapropriação de um terreno em Goiabeiras no ano de 1966, começou a se concretizar o objetivo de agrupar pelo menos algumas escolas/faculdades num *campus* universitário, que teve a construção dos primeiros pavilhões iniciada em 1967.

No dia 8 de novembro de 1968, o Decreto Federal n. 63.577, conforme previsto na Lei da Reforma Universitária, substituiu as antigas faculdades e escolas por oito centros, que foram assim nomeados: Centro de Estudos Gerais; Centro de Artes; Centro Tecnológico; Centro Agropecuário; Centro Biomédico; Centro de Educação Física e Desportos; Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; e Centro Pedagógico.

Dos oito centros, somente um deles não funcionaria em Goiabeiras, o Centro Biomédico, que ficaria no *campus* de Maruípe. A primeira construção no *campus* de Goiabeiras foi para instalar a Faculdade de Ciências Econômicas. É o prédio onde hoje funciona a Pró-Reitoria de Extensão (BORGIO, 1995).

Definida a nova estrutura da universidade, uma comissão de planejamento foi instituída. Entre seus assessores, estava o arquiteto Marcello Vivacqua, idealizador da Célula Modular Universitária (Cemuni).

Entre os anos de 1968 e 1970, nove prédios foram construídos, dos quais seis eram Cemunis em seu projeto original e três adaptados às necessidades do Centro de Educação Física e Desportos (BORGÓ, 1995). Outros edifícios foram construídos nos anos seguintes e aos poucos os centros foram se agrupando no *campus* de Goiabeiras.



capítulo 3

A Escola de Belas Artes: sua gênese e evolução

O período de 1951 a 1971 engloba as gestões dos reitores na fase estadual: Ceciliano Abel de Almeida (1954-1955) e Nilton de Barros (1955-1961). E na fase federal: Jair Etienne Dessaune (1962-1963), Manoel Xavier Paes Barreto Filho (1963-1964), Fernando Duarte Rabelo (1964-1965 – afastado para tratamento de saúde), Alaor de Queiroz Araújo (reitor interino em 1965/1966; reitor no período 1967-1971) e início da gestão de Máximo Borgo Filho (1971).

A relevância do marco temporal que abrange os anos 1951-1971 está no fato de que 1951 é o ano de nascimento da futura Ufes, resultado da proposta e determinação do governador Jones dos Santos Neves, cujo plano de governo denominado Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo propunha, entre outras ações, a unificação de faculdades isoladas em uma universidade. A intenção foi de expandir o ensino superior do estado e, assim, preparar profissionais para a nova fronteira de desenvolvimento idealizada pelo governo, com o propósito de melhorar a qualidade de vida do povo, pois os índices mostravam baixa atividade econômica e empobrecimento da população.

Desse empenho em busca do desenvolvimento estadual, destacou-se as obras do Porto de Vitória, o aterro da Esplanada Capixaba e o início da construção da Avenida Beira Mar.

Esse período foi considerado também por coincidir com o momento nacional de planejamento e início da implantação da Reforma Universitária, que ocorreu a partir de 1966, além de ser dessa época a definição da área destinada à construção do futuro *campus* universitário. Ou seja, é um período significativo para a história da Ufes (BORG, 1995). E o recorte se encerra no ano de 1971 porque, uma vez que a universidade se dividiu em centros, a Escola de Belas Artes foi renomeada como Centro de Artes da Ufes, permanecendo com a oferta de seus cursos.

A história da Escola de Belas Artes e suas raízes

Em 1908, o governador Jeronymo Monteiro trouxe de São Paulo o professor Carlos Alberto Gomes Cardim para assumir o cargo de secretário da Instrução Pública. Gomes Cardim reestruturou a educação no estado e é considerado um verdadeiro iniciador do movimento de renovação educacional no Espírito Santo. Ele convocou o I Congresso Pedagógico Espírito-Santense, quase dobrou o número de escolas primárias, remodelou a educação secundária, reestruturou a Escola Normal e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, criou o Orfeão Escolar e o Instituto Musical, modificou edifícios, criou programas de treinamento de metodologias de ensino e de disciplina escolar para professores, determinou a reabertura da biblioteca pública e a criação de uma escola de artes, que se deu em 1909.

Antes da criação do Instituto de Bellas Artes, o desenho e a pintura já faziam parte do currículo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, desde 1902. O desenho também estava presente no currículo da Escola Normal, mas com o título de Caligrafia e Desenho do Natural (LOPES, 1997). O resultado dos trabalhos realizados durante as aulas eram apresentados em exposições divulgadas pela imprensa local (Figura 1).



Figura 1. Exposição de quadros no salão do Instituto de Bellas Artes do Espírito Santo

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (1912)

Nessa mesma década, a primeira escola de arte do Espírito Santo foi criada, como resultado de uma proposta que Carlos Reis apresentou ao governador Jeronymo Monteiro, sem qualquer interferência dos órgãos educacionais quanto à didática, programas de ensino ou currículo. O funcionamento da escola foi autorizado pela Lei n. 616 (ESPÍRITO SANTO, 1909):

Lei n. 616, de 11 de Dezembro de 1909

Auctorisa o presidente do Estado o auxiliar com a quantia de seis contos de réis annuaes, em prestações mensaes o estabelecimento de Bellas-Artes, que fundar no Estado o sr. Professor Carlos Reis.

O presidente do Estado, cumprindo o que determina o art. 40 da constituição, manda que tenha execução a presente lei do congresso legislativo.

Art. 1.º. É auctorisado o presidente do Estado a auxiliar com a quantia de seis contos de réis annuaes, paga em prestações mensaes o estabelecimento de Bellas-Artes, que fundar n'este Estado

o sr. professor Carlos Reis, de accordo com a sua proposta e sob condições que serão estipulados em contracto.

Art. 2°. No contracto que se fizer para prestar esse auxilio, o executivo exigirá caução previa de 3:000\$000, para garantir a estabilidade da instituição.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrario.

Ordena, portanto, a todas as auctoridades que a cumpram e façam cumprir como nella se contém.

O secretário do governo faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio do governo do Estado do Espírito Santo, em 11 de Dezembro de 1909.

JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.

Diocleciano Nunes de Oliveira.

L. S.

Sellada e publicada nesta secretaria do governo do Estado do Espírito Santo, em 11 de dezembro de 1909. - J. J. Valentim Debiase, chefe da secretaria.

Regulamentado através do Decreto n. 595, de 1910, sob a direção do professor Carlos Reis, o instituto foi inaugurado em 16 de março do mesmo ano, contando com cerca de duzentos alunos e tendo como sede o antigo prédio do Congresso Legislativo.

Segundo Lopes (1997), Carlos Reis foi jornalista, desenhista, caricaturista e pintor, veio para Vitória no ano de 1910 para instalar e dirigir o Instituto de Bellas Artes e parece ter vivido, até esse momento, no Rio de Janeiro, onde provavelmente estudou. Durante sua estada em Vitória, realizou várias exposições que foram amplamente divulgadas pela imprensa local.

Algumas buscas ainda se fazem necessárias para compreender melhor as questões políticas, culturais e as implicações que envolveram a criação do instituto, que, mesmo tendo sido criado de improviso, recebeu total apoio do governo do estado, conforme podemos observar no relatório apresentado pelo governador

Jeronymo Monteiro ao Congresso Legislativo em 23 de maio de 1912 (ESPÍRITO SANTO, 1912, p. 62):

Tendo recebido do Sr. professor Carlos Reis proposta para fundação no Estado de um estabelecimento destinado a ministrar o ensino de Bellas Artes, julgando digno da attenção dos poderes publicos, pela sua utilidade, o assumpto que era objecto dessa proposta, submeti-a á apreciação do Congresso Legislativo e obtive, em consequencia, a autorização constante da lei n. 616, de 11 de dezembro de 1909.

Por ella me foi dada a faculdade de auxiliar o estabelecimento com a quantia de 6:000\$000 por anno, paga em prestações mensaes, mediante condições que seriam estipuladas em contracto. Poucos dias depois, a 30 do mesmo mez, celebrei com o proponente o necessario accôrdo, tendo baixado em 14 de março de 1910 o decreto n. 595, que deu regulamentação ao Instituto de Bellas Artes.

O novo estabelecimento de ensino iniciou logo os seus trabalhos e tem tido acceitação compensadora.

Este anno, devido ao desenvolvimento e progressos por elle accusados, ao renovar o contracto, aumentei a subvenção do Estado para 800\$000, de accôrdo com a autorização que para isso me foi confiada pelo Poder Legislativo, com a lei n. 769, de 9 de dezembro de 1911.

Embora recebesse o apoio do estado, o instituto não prosperou e em 1916 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, no mesmo “prédio onde funcionara antes o efêmero Instituto de Belas Artes” (LOPES, 1997, p. 21).

Durante a curta existência do Instituto de Bellas Artes, foi instalada, em Vitória, a Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, em 22 de fevereiro de 1910, que, por mais que não fosse voltada para o ensino das belas-artes, oferecia os cursos de Desenho e de Pintura,

nos quais estudaram alguns artistas locais, por exemplo Álvaro Conde e Júlio Pinto de Almeida Brandão (LOPES, 1997).

No período que antecedeu aos anos 1950, muitas foram as ações em busca de ampliar a oferta e de qualificar a educação capixaba. Entre elas, destacamos: a realização do curso superior de Cultura Pedagógica em 1929; a vinda de Pedro Cardim – filho do professor Gomes Cardim, cuja família mantinha a Escola de Belas Artes de São Paulo (que funcionou até 2001, ano da realização da pesquisa que originou este livro) – para introduzir a reforma de ensino idealizada por Atilio Vivacqua, com base na Escola Activa; a abertura de um Conservatório Musical para ministrar cursos sobre canto orfeônico; e, na década de 1930, o surgimento das primeiras escolas superiores no Espírito Santo.

A década de 1950 é apontada por alguns pesquisadores, entre eles Borgo (1995) e Coutinho (1993), como aquela em que o ensino superior capixaba teve seu definitivo impulso rumo à universidade. Tendo sido criados, como informado anteriormente, a Escola Politécnica (Lei n. 520 de 6 de setembro de 1951), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Lei n. 550 de 7 de dezembro de 1951), a Escola de Auxiliares de Enfermagem (Lei n. 707 de 10 de janeiro de 1953), o Instituto de Tecnologia (Lei n. 781 de 30 de dezembro de 1953). Entre as escolas criadas nesse segundo governo de Jones dos Santos Neves, está a Escola de Belas Artes, sem qualquer ligação com o Instituto de Bellas Artes de 1909, o que se justifica, considerando a passagem de quase quarenta anos entre o fechamento do instituto e a criação da escola.

Concomitantemente às ações governamentais em favor da educação capixaba nessa década, foi criada em Cachoeiro do Itapemirim, por Izabel Braga, a Escolinha de Arte, inspirada no ideário de Augusto Rodrigues.

Durante a administração do governador Jones dos Santos Neves (1951-1955), a educação recebeu destaque especial. A Escola de Belas Artes nasceu no momento em que eram estabelecidos os critérios decisivos da reforma geral do sistema educacional do estado. A Lei n. 549, de 7 de dezembro de 1951, fixou critérios para a classificação dos estabelecimentos escolares, reorganizou a carreira do magistério,

instituiu os concursos de remoção e ingresso, entre outros benefícios para a o sistema educacional.

Criada em 6 de setembro de 1951, pela Lei n. 518, a Escola de Belas Artes foi instalada na Avenida Jerônimo Monteiro, ao lado da escadaria do Palácio Anchieta, sede do governo estadual, e teve no cargo de primeiro diretor o pintor Homero Massena. Embora o ato de criação seja de setembro de 1951, encontramos nos arquivos do Centro de Artes documentos que comprovam a inauguração da escola em 23 de maio de 1951.

Dos documentos analisados, destacamos a data e o assunto conforme apresentados no original, pois acreditamos que neles estão os fios condutores para o conhecimento da história:

Quadro 1 – Documentos que comprovam a inauguração da Escola de Belas Artes em 1951

Documento	Data	Assunto
Ofício nº 01	17/05/51	Agradece à tela “Casebres da Praia do Pinto”.
Carta ao secretário da Educação e Saúde	04/06/51	Solicita pranchetas.
Carta às Escolas de Belas Artes do Brasil	19/07/51	Informa inauguração da escola.
Carta ao secretário da Educação e Saúde	27/07/51	Informa assunção da secretária da escola e da professora de Desenho.
Carta ao secretário da Educação e Saúde	31/07/51	Solicita letreiro de identificação da escola.
Carta ao jornal <i>A Gazeta</i>	02/08/51	Solicita divulgação.
Carta ao secretário da Educação e Saúde	10/08/51	Solicita compra de material.
Atestado de Exercício de julho a novembro	Sem data	Sem assunto.
Carta ao secretário da Educação e Saúde	14/12/51	Informa assunção do contínuo Virgínio Ramos.
Carta ao doutor João Bastos	21/12/51	Informa assunção do contínuo Geraldo.
Atestado de Exercício do mês de dezembro	Sem data	Sem assunto.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Entre os documentos mencionados no Quadro 1, uma carta do diretor Homero Massena, datada de 19 de julho de 1951 e endereçada a todas as escolas de belas-artes do Brasil, informa sobre a inauguração da escola. Massena justifica e enfatiza que a inauguração atenderia às reivindicações dos intelectuais e da imprensa local dos últimos quarenta anos e que a iniciativa do governador Jones dos Santos Neves foi recebida com aplausos pela sociedade em geral. O diretor antecipou o que diria a Lei n. 518/1951, sancionada em 6 de setembro autorizando o poder executivo a criar a escola e a abrir um crédito especial para cobrir as despesas com a instalação e seu funcionamento em 1951 (ESPÍRITO SANTO, 1951):

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI N. 518

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a criar, subordinada 1ª Secretaria de Educação e Cultura, uma Escola de Belas Artes, obedecida a legislação em vigor.

Art. 2º - É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), que correrá à conta do saldo verificado no exercício anterior, para as despesas neste exercício de instalação e contrato do pessoal necessário ao funcionamento do estabelecimento a que se refere esta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário do Interior e Justiça faça publicá-la, imprimir e correr. Palácio Anchieta, em Vitória, em 06 de setembro de 1951.

JONES DOS SANTOS NEVES

ARY VIANNA

NUNO DOS SANTOS NEVES

RAFAEL GRISI

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior e Justiça do
Estado do Espírito Santo, em 06 de setembro de 1951.

DARIO ARAUJO

Diretor da Divisão de Interior e Justiça

(D.O. 07/09/51)

De acordo com o disposto em lei, pelo Decreto n. 662 de 1951, foi aberto o referido crédito e, pelo Decreto n. 663 do mesmo ano, foi criada definitivamente a escola, subordinada à Secretaria de Educação e Cultura e destinada ao ensino técnico superior de artes, que tem por fundamento o desenho.

Posteriormente, a Lei n. 610, de 1951, em seu artigo 1º, estabeleceu que a escola se subordinasse, em tudo que se refere à sua instalação, à organização administrativa, à didática e ao seu funcionamento, às exigências da legislação federal; em seu artigo 2º estabeleceu os cursos de Pintura, Escultura, Gravura, Decoração e Professorado de Desenho (ESPÍRITO SANTO, 1951):

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI N. 610

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Escola de Belas Artes do Espírito Santo (E.B.A.E.S.) se subordinará em tudo que se refere à sua instalação, à organização administrativa e didática e ao seu funcionamento da legislação federal.

Art. 2º - A Escola de Belas Artes do Espírito Santo (E.B.A.E.S.) se comporá dos seguintes cursos normais, que serão instalados progressivamente, de acordo com as necessidades do ensino:

a) - de Pintura;

- b) – de Escultura;
- c) – de Gravura;
- d) – de Decoração;
- e) – de Professorado de Desenho.

Parágrafo único – Além desses, a escola organizará, sempre que haja conveniência, cursos livres destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade didática e artística da escola e a promover a educação estética do povo.

Art. 3º - Nos dois primeiros anos de funcionamento, os currículos e programas serão organizados por forma que contenham uma parte básica geral e comum a todos os cursos normais, com o fim de assegurar aos alunos o direito de opção, a partir do terceiro ano, pelo prosseguimento dos estudos em qualquer dos cursos que se instalarem dentre os referidos no artigo 2º.

Art. 4º - A direção da Escola de Belas Artes do Espírito Santo (E.B.A.E.S.) será exercida em comissão, por um dos professores para esse fim designado, com a gratificação mensal estipulada nesta lei.

Art. 5º - Ficam criados nas tabelas próprias da P.P. do Q.U. do Estado e lotados na Escola de Belas Artes do Espírito Santo (E.B.A.E.S.):

- a) – 1 (uma) função gratificada de diretor de Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros) mensais;
- b) – 6 (seis) cargos de professor de ensino superior, padrão “L”;
- c) – 1 (um) cargo de secretário, padrão “J”.

Parágrafo único – Os cargos ora criados serão providos na forma da legislação vigente.

Art. 6º - Enquanto não forem providos os cargos criados por esta lei, a Secretaria da Educação e Cultura poderá contratar para regerem as cadeiras do estabelecimento, artistas e professores nacionais e estrangeiros, de reconhecida competência, correndo a despesa pela dotação orçamentária própria.

Art. 7º - A lei orçamentária de 1952 consignará as dotações necessárias à instalação e funcionamento da Escola de Belas Artes do Espírito Santo.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário do Interior e Justiça faça publicá-la, imprimir e correr. Palácio Anchieta, em Vitória, em 31 de dezembro de 1951.

JONES DOS SANTOS NEVES

RAFAEL GRISI

NUNO SANTOS NEVES

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 1951.

DARIO ARAÚJO

Diretor da Divisão de Interior e Justiça

(D.O. 06/01/52)

Foram localizados 26 requerimentos de candidatos solicitando a inscrição no curso de Belas Artes, dirigidos ao secretário de Educação. Entre esses requerimentos, destacamos os de: Maria Thereza Lindenberg Fernandes Coelho e Maria Elvira Lindenberg Fernandes Coelho (fato interessante é que membros desta família estudaram no Instituto de Bellas Artes). Por elas serem parentes da professora Maria Helena Lindenberg Coelho, ex-professora da Escola de Belas Artes, do Centro de Artes e também ex-aluna da Escola de Belas Artes, entendemos que nossa busca por maiores informações sobre a escola daquela época seria facilitada.

É importante destacar que entre esses candidatos apenas dois eram do sexo masculino, iniciando uma tradição na Escola de Belas Artes e no Centro de Artes, a de apresentar o corpo discente formado majoritariamente por mulheres ao longo de muitos anos.

Quanto à formação, havia alguns candidatos com curso ginásial completo, outros com o científico e alguns com curso normal. Nesse

momento da Escola de Belas Artes, mesmo com a proposta de ser um curso superior, a exemplo da maioria das escolas de belas-artes do país, a conclusão do que hoje é denominado ensino médio ainda não era exigida para o ingresso.

Os documentos referidos foram protocolados junto à Secretaria de Educação e Cultura e enviados à Escola de Belas Artes em 18 de maio de 1951.

No atestado de exercício da Escola de Belas Artes referente aos meses de julho a novembro do ano de 1951 consta: Homero Massena como diretor; Maria Cecília Jouffroy como secretária; Nádía Luz Vicentini e Zeny Alves de Albuquerque como professoras de Desenho.

Quanto ao número de alunos com frequência regular, em carta de solicitação de compra de material, a direção da escola justifica o pedido afirmando que a escola estava contando com oitenta alunos, em vez dos trinta esperados. Nesse pedido, é possível confirmar o local de funcionamento da Escola de Belas Artes: os fundos da instalação estavam voltados para a Praça João Clímaco e era de frente para a Avenida Jerônimo Monteiro.

Embora em sua carta, ao secretário de Educação e Saúde, o diretor Homero Massena tenha solicitado o envio de quarenta pranchetas, justificando o aumento do número de alunos para o ano de 1952, foram encontrados apenas sete requerimentos de inscrição, solicitados entre os meses de fevereiro e abril e enviados à escola entre fevereiro e junho pela Secretaria de Educação.

Não foi possível apurar se outros requerimentos se perderam, se houve desistência de candidatos. O que se pode afirmar é que existe um desencontro entre as informações contidas nas solicitações da direção da escola sobre o número de alunos com frequência regular e o número de alunos matriculados.

Com a finalidade de informar aos alunos os horários das aulas e as normas de funcionamento, em maio de 1952 foi distribuído um esboço de regimento em que constavam os direitos e deveres dos alunos.

O Quadro 2 apresenta a lista de documentos emitidos no ano de 1952, com a data e o assunto de cada um deles:

Quadro 2 – Documentos emitidos no ano de 1952

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 42	12/02/52	Referência ao estatuto da escola.
Ofício n. 43	13/02/52	Referência ao estatuto da escola.
Ofício n. 58	18/03/52	Informa que a professora Nádia não reassumiu.
Ofício n. 59	18/03/52	Informa a contratação da professora Zeny.
Ofício n. 61	21/03/52	Solicita substituto para a professora Nádia.
Ofício n. 63	25/03/52	Informa sobre a assunção do contínuo Djalma.
Ofício n. 68	07/04/52	Expõe as necessidades da escola.
Ofício n. 69	08/04/52	Explica sobre alunos que abandonam o curso.
Ofício n. 74	18/05/52	Entrega de regulamento aos alunos.
Ofício n. 77	16/05/52	Trata da construção de um ateliê para modelagem.
Ofício n. 80	30/05/52	Expõe o comportamento de uma aluna.
Ofício n. 93	24/06/52	Comunica a assunção do professor de Desenho e Pintura.
Ofício n. 105	05/08/52	Apresenta os nomes de Luiz Derenze e Marcello Vivacqua.
Ofício n. 106	07/08/52	Trata da criação da função de contínuo.
Ofício n. 112	22/08/52	Assunto ilegível.
Ofício n. 127	09/09/52	Trata da assunção do professor Marcello Vivacqua.
Ofício n. 156	30/10/52	Expõe o conflito com o professor Wolff.
Ofício n. 157	30/10/52	Expõe o comportamento do professor Wolff.
Ofício n. 173	21/01/53	Homero Massena informa sobre sua demissão.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Por meio desses documentos, tomamos conhecimento sobre a ampliação do espaço físico utilizado pela escola, com a construção de um barracão, destinado ao ateliê de escultura, no terreno ao lado do prédio onde a escola funcionava.

Vimos no Ofício n. 105, datado de 5 de agosto de 1952, que foram apresentados à apreciação do secretário de Educação, para compor

o quadro de docentes da Escola de Belas Artes, os nomes dos doutores Luiz Derenze, para assumir a disciplina de Arquitetura Analítica e História da Arte, e Marcello Vivacqua, para Geometria Descritiva. Tal solicitação tem como justificativa o desenvolvimento da escola, o interesse pela criação de novos cursos e a necessidade de organizar um corpo docente de maior representação e comprovada competência para dirigir o ensino dessas disciplinas.

Assim, no final do ano de 1952, o quadro profissional da escola cresceu com mais um docente e um funcionário, o professor Marcello Vivacqua e o contínuo José Nogueira Setúbal.

1953: novo ano da escola

Logo no início do ano de 1953, Homero Massena enviou o Ofício n. 01 ao secretário de Educação e Cultura, professor Rafael Grisi, para pedir sua demissão do cargo de diretor. Alegando motivos particulares, ele reforçou ter o seu pedido um caráter irrevogável, ao mesmo tempo que agradeceu a oportunidade de organizar e dirigir a Escola de Belas Artes.

Para detalhar as informações sobre o ano de 1953, foram utilizados os documentos do arquivo do Centro de Artes, constantes no Quadro 3:

Quadro 3 – Documentos emitidos no ano de 1953

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 01	13/01/53	Homero Massena solicita demissão do cargo de diretor.
Ofício n. 22	09/04/53	Assinatura do novo diretor, João Bastos.
Ofício n. 41	09/07/53	Trata do funcionamento da escola em caráter experimental.
Ofício n. 52	27/08/53	Trata do ateliê construído na Rua Nestor Gomes.
Ofício n. 63	05/11/53	Trata da legislação que criou a Escola de Belas Artes.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Após a demissão do diretor Homero Massena, em abril de 1953, João Bastos Bernardo Vieira assumiu a direção da escola.

Nos anos 1953, 1954 e 1955, não encontramos requerimentos de candidatos para o ingresso na escola. Essa ausência de requerimentos confirma a informação contida em diversos outros documentos, de que a escola estava funcionando em caráter experimental e aguardando autorização federal.

Destacamos ainda o Ofício n. 41, de 9 de julho de 1953, enviado ao diretor da Inspeção Regional de Estatística Municipal, no qual o então diretor da escola João Bastos afirma estar aguardando autorização federal para o funcionamento legal da escola e que ela está funcionando em caráter experimental, oferecendo apenas um curso intensivo preparatório para os candidatos ao vestibular.

Para esse curso preparatório, que não era uma exigência para o ingresso, não havia seleção. Frequentava o aluno que pretendia ingressar e, portanto, continuar na escola quando ela fosse autorizada a funcionar.

1954/1955: incorporação da Escola de Belas Artes à Universidade do Espírito Santo

A Lei n. 806, de 5 de maio de 1954, criou a Universidade do Espírito Santo, composta pelos chamados institutos universitários, entre os quais a Escola de Belas Artes, criada em 1951, estava inclusa. A solenidade de instalação da UES aconteceu em 26 de maio do mesmo ano, no salão nobre da Escola Normal Pedro II, onde compareceram autoridades dos diversos escalões da sociedade capixaba.

Mesmo compondo os institutos que formam a universidade, de acordo com os documentos referentes aos anos 1954 e 1955, a EBA continuou com seu funcionamento em caráter experimental.

Apresenta-se, a seguir, o Quadro 4 com a seleção dos documentos referentes aos anos de 1954 e 1955:

Quadro 4 – Documentos emitidos em 1954 e 1955

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 24	29/04/54	Informa que a escola está aguardando autorização federal para funcionar.
Ofício n. 25	02/06/54	Informa que não estão sendo ministradas aulas.
Ofício n. 48	09/11/54	Reafirma o funcionamento da escola em caráter experimental.
Ofício n. 50	12/11/54	Relaciona o corpo docente e administrativo da escola.
Ofício n. 54	25/11/54	Trata da representação no Conselho Universitário.
Documento Avulso	Sem data	Contém parte do histórico da escola.
Ofício n. 55	25/11/54	Trata da representação de alunos no Conselho Universitário.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Encontramos informação fornecida pela secretaria da escola, no Ofício n. 24, de 29 de abril de 1955, sobre a manutenção de um quadro docente composto pelos professores Homero Massena, Zeny Alves, Marcello Vivacqua e Carlo Crepaz, professor de escultura, natural da Itália. Já o Ofício n. 123, de 1955, da EBA de São Paulo foi endereçado ao diretor Homero Massena, demonstrando não estar ciente sobre a mudança da diretoria da escola.

No aguardo da autorização federal, os professores atuavam na escola no Curso Livre – denominação contida em diversos documentos e, portanto, oficial –, que era oferecido aos futuros candidatos ao vestibular, e ministravam Desenho Artístico, Modelagem, Geometria Descritiva e Desenho Geométrico.

1956: reabertura da Escola de Belas Artes

No dia 11 de janeiro de 1956, o professor e engenheiro Francisco Árabe Filho informou, por meio de ofícios a diversas autoridades e instituições, a reabertura da Escola de Belas Artes do Espírito Santo, para a qual havia sido indicado como diretor.

Os documentos referentes ao ano de 1956 serviram para oficializar a história da Escola de Belas Artes:

Quadro 5 – Documentos emitidos no ano de 1956

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 02	11/01/56	Reabertura da escola e apresentação do novo diretor, Francisco Árabe Filho.
Ofícios n. 06, 08, 09, 10, 11, 12 e 13	Várias datas	Tratam da reabertura da escola.
Ofício n. 53	08/03/56	Reafirma o aguardo da autorização de funcionamento pelo MEC.
Ofício n. 58	05/04/56	Convida o professor Carlo Crepaz para ministrar Modelagem.
Ofício n. 60	06/04/56	Convida a professora Zeny para assumir a cadeira de Desenho Artístico.
Ofício n. 61	06/04/56	Convida o professor Maurício Salgueiro para ministrar Composição Decorativa.
Ofícios n. 76, 77 e 78	30/04/56	Convoca os professores para reunião.
Ofício n. 160	24/09/56	Solicita programa das disciplinas a todos os professores.
Decreto n. 40.065	03/10/1956	Autoriza o funcionamento da Escola de Belas Artes.
Radiogramas n. 2 e n. 3	Sem datas	Tratam da autorização do funcionamento da escola.
Ofício n. 180	18/10/56	Informa o funcionamento da escola somente em 1957.
Ofício n. 186	25/10/56	Designa a professora Zeny para ministrar Desenho Figurado.
Ofício n. 187	25/10/56	Designa o professor Christiano para ministrar Desenho Geométrico em 1957.
Ofício n. 188	25/10/56	Designa o professor Maurício Salgueiro para ministrar Modelagem.
Ofício n. 203	07/11/56	Comunica que a escola será mantida pelo governo estadual.
Ofício n. 248	03/12/56	Trata da contratação do professor de Anatomia.
Ofício n. 256	14/12/56	Trata do programa e edital do primeiro concurso vestibular.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Conforme o Quadro 5, no mês de março de 1956, o diretor afirmou que ainda estava aguardando autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para realizar o concurso vestibular. No mês de abril, o professor Carlo Crepaz foi convidado a assumir a cadeira de Modelagem, tendo a prorrogação do seu contrato para a regência da referida disciplina publicada no Diário Oficial de 5 de abril de 1956.

Por meio do Ofício n. 60, de 6 de abril de 1956, após determinação do secretário de Educação e Cultura, a direção da escola convidou a professora Zeny Alves de Albuquerque para assumir a cadeira de Desenho Artístico. Nesse mesmo dia, por meio do Ofício n. 61, o professor Maurício Salgueiro Felisberto, residente no Rio de Janeiro, foi convidado para ministrar as aulas de Composição Decorativa.

Apenas em maio de 1956, a escola divulgou o Edital n. 1, que abriu as inscrições para o ingresso de estudantes:

Edital 1/56

De ordem do Sr. Diretor da Escola de Belas Artes do Espírito Santo, levo ao conhecimento dos interessados que estarão abertas, a partir do dia 3 a 22 deste mês, as inscrições para a PROVA DE SELEÇÃO dos candidatos à matrícula aos Cursos desta Escola. As condições para as inscrições são as seguintes:

- 1) Os candidatos dirigirão seus requerimentos ao Diretor da Escola de Belas Artes, instruídos com os seguintes documentos:
 - a) Certificado de conclusão do Curso Ginásial (para os Cursos de Pintura, Escultura, de Gravura e de Arte Decorativa);
 - b) Certidão de nascimento, pela qual prova ter 15 (quinze) anos completos;
 - c) Prova de identidade;
 - d) Prova de sanidade física e mental;
 - e) Prova de idoneidade moral;
 - f) Atestado de vacina antivariólica;
 - g) Prova de estar em dia com o Serviço Militar;
 - h) 2 (dois) retratos, tamanho 3x4.

Todos os documentos terão firmas reconhecidas.

II) Para os candidatos ao CURSO LIVRE, serão exigidos os mesmos documentos acima indicados, exceto o da letra a que poderá ser substituído por prova documental de que o candidato possui, no mínimo instrução correspondente ao Curso Primário Completo. Quaisquer outros esclarecimentos serão ministrados pela Secretária da Escola de Belas Artes, diariamente, no horário das 9:00 às 11:00 horas.

Vitória, 2 de maio de 1956

Maria Cecília Jouffroy

Secretária

Visto:

Francisco Árabe Filho

Diretor

A escolaridade exigida era a mesma de 1951, ou seja, não era necessário comprovar a conclusão do curso científico ou equivalente, hoje ensino médio. Bastava comprovar a conclusão do ginásial, atual ensino fundamental II. E, para ingressar, o candidato deveria apenas passar por uma prova de seleção. Diferente, portanto, das exigências para o ingresso nas demais escolas que compunham a UES à época e da qual a Escola de Belas Artes fazia parte. Observou-se que o referido edital é omissivo quanto ao curso de Professorado de Desenho, estabelecido no artigo 2º da lei de criação da Escola de Belas Artes.

Além desse edital, foram encontrados dois escritos no padrão de aviso sobre a abertura de inscrição, afirmando o reinício das aulas ainda em maio de 1956.

Conseguimos localizar apenas dois requerimentos solicitando o ingresso na Escola de Belas Artes no ano da reabertura: o de Lio-mar de Nazareth Silva para o Curso Normal ou Livre, datado de 21 de maio de 1956, e o de Christina Vieira Pinheiro para o Curso Livre, datado de 26 de maio de 1956. Nesses requerimentos, percebemos que

as candidatas desconheciam a denominação dos cursos oferecidos pela escola e que estes não estavam na lista dos pretendidos por elas. Se houve mais inscritos, não sabemos; o que pudemos comprovar é que todas as providências foram tomadas para o funcionamento da escola em 1956, mas isso não ocorreu, porque a autorização não saiu.

Em 18 de outubro, ainda desconhecendo a autorização federal, o diretor informou oficialmente que a Escola de Belas Artes somente funcionaria no ano seguinte, 1957. Em razão dessa expectativa, redistribuíram-se as cadeiras das disciplinas a serem ofertadas. Coube à professora Zeny Alves de Albuquerque a designação para ministrar as aulas de Desenho Figurado; ao professor Cristiano Woelffel Fraga, a disciplina Desenho Geométrico; e ao professor Maurício Salgueiro, a de Modelagem.

Chamou a atenção o fato de que a estrutura curricular sugerida, composta de apenas três disciplinas, não era própria de um curso superior, evidenciando a inexperiência ou até mesmo a falta de conhecimento dos gestores, já que a escola funcionava como curso preparatório com disciplinas consideradas básicas para a prova de ingresso.

Somente em novembro, numa correspondência datada do dia 7, a direção da escola comunicou ao governador Francisco Lacerda de Aguiar que o Decreto n. 40.065, de 3 de outubro de 1956, publicado no Diário da União do dia 25 de outubro de 1956, havia autorizado o funcionamento da Escola de Belas Artes do Espírito Santo, mantida pelo governo do estado (BRASIL, 1956):

Decreto nº 40.065, de 3 de Outubro de 1956

Concede autorização para o funcionamento dos cursos de pintura, escultura, gravura, arte decorativa e professorado de desenho, da Escola de Belas Artes do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938,

DECRETA:

Artigo único. É concedida autorização para o funcionamento dos cursos de pintura, escultura, gravura, arte decorativa e professorado de desenho, da Escola de Belas Artes do Espírito Santo, mantida pelo Governo do Estado e com sede em Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo.

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

Observa-se nesse decreto presidencial de autorização que os cursos previstos na legislação de criação da escola foram mantidos, mas que não há nenhuma referência ao Curso Livre previsto no Edital n. 1 do mesmo ano.

No início de dezembro de 1956, o *curriculum vitae* do médico Paulo Diniz de Oliveira Santos foi enviado para a apreciação da Inspeção Federal com a justificativa de que ele fora convidado a ministrar aulas de anatomia para o primeiro ano dos cursos da Escola de Belas Artes.

A apresentação de um médico para ministrar aulas em uma escola de arte causa estranheza, ao mesmo tempo que revela a ausência de pessoal habilitado em arte e a predominância da concepção tradicional e acadêmica pautada na repetição de modelos preestabelecidos, sem preocupação com a estética, com o visto, percebido ou sentido.

Ainda no mês de dezembro desse mesmo ano, os professores Carlo Crepaz, Paulo Diniz de Oliveira Santos, Christiano Woelffel Fraga e Maurício Salgueiro Felisberto de Souza foram convocados para aprovar o programa e o edital de abertura das inscrições do curso vestibular de 1957, além de outras questões administrativas.

1957: início das aulas

Apresentam-se a seguir os documentos da EBA que encontramos referentes a esse ano:

Quadro 6 – Documentos emitidos no ano de 1957

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 01	07/01/56	Trata das inscrições para o primeiro vestibular.
Ofícios n. 02 e 03	07/01/57	Divulgam a abertura oficial da Escola de Belas Artes.
Ofícios n. 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 21	02/02/57	Convidam os professores a participarem da banca examinadora do concurso de habilitação.
Ofício n. 28	12/02/57	Apresenta o horário ao fiscal federal Edgar da Silva Mello.
Ofício n. 29	12/02/57	Apresenta os professores designados para compor a banca examinadora do concurso de habilitação.
Ofício n. 47	20/02/57	Apresenta a alteração das datas para a realização do vestibular.
Ofício n. 59	20/03/57	Solicita à direção do jornal A GAZETA a divulgação do primeiro concurso.
Ofício n. 61	14/03/57	Informa dia e horário de realização do segundo concurso.
Ofício n. 64	28/03/57	Informa o início das aulas em 8 de abril de 1957.
Ofício n. 66	28/03/57	Comunica à professora Nádía a data do início das aulas.
Ofício n. 68	Sem data	Expõe à secretária de Educação as necessidades da escola.
Ofício n. 69	Sem data	Justifica ao governador Jones dos Santos Neves os motivos que levam alunos a abandonarem o curso.
Ofício n. 83	03/05/57	Trata da representação de alunos da EBA junto ao Conselho Universitário.
Ofício n. 90	10/06/57	Trata das primeiras provas parciais.
Ofícios n. 106, 107, 108 e 109	30/07/57	Trata da solicitação de nomeação de professores.
Ofícios n. 129, 130, 131 e 132	09/09/57	Trata do decreto de nomeação dos professores.
Ofício n. 142	05/11/57	Informa data, horário e composição das bancas para as segundas provas parciais.
Ofícios n. 156, 157, 158 e 159	11/11/57	Tratam da congregação da Escola de Belas Artes.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n.	25/11/57	Convoca para a primeira reunião da congregação.
Ofício n. 166	26/11/57	Encaminha data, horário e composição das bancas para as provas finais nas modalidades oral e escrita.
Ofício n. 175	27/11/57	Convite para posse da congregação da EBA.
Documento sem nome	Sem data	Relaciona os alunos.
Ofício n. 177	04/12/57	Oficializa a realização da primeira exposição escolar.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Em relação ao primeiro registro listado no Quadro 6, o Ofício n. 01/56, constatamos de imediato o erro no ano de expedição, pois o documento foi emitido em 7 de janeiro de 1957 e, portanto, deveria constar 01/57. Tal erro é grave, principalmente por se tratar de um documento importante para os registros da história da Escola de Belas Artes. É nesse ofício que o diretor da escola, Francisco Árbabe Filho, solicitou ao então diretor do jornal A Gazeta, Mesquita Neto, a divulgação da abertura oficial da Escola de Belas Artes do Espírito Santo informando que ela passara a funcionar como escola de nível superior – autorizada pelo Decreto n. 40.065, de 1956, da Presidência da República. Solicitou também, nesse ofício, que fosse noticiado o primeiro concurso vestibular, cujo edital de inscrições se acha publicado no Diário Oficial de 7 de janeiro de 1957. Informou ainda que a Escola de Belas Artes iria manter os cursos de Professorado de Desenho, Arte Decorativa e Pintura, Escultura e Gravura.

O edital ao qual o diretor da escola se referia, datado de 2 de janeiro de 1957, listava a documentação requerida para a inscrição e, embora a instituição fosse apresentada como de nível superior, exigia-se apenas a conclusão do curso colegial ou equivalente aos candidatos ao curso de Professorado de Desenho. Esse fato nos trouxe questionamentos, mas a professora Maria Helena Lindenberg, em seu depoimento, nos esclareceu que, embora não fosse exigida para o ingresso a conclusão do curso colegial, para receber o

diploma ao final da graduação, o aluno precisava comprovar a conclusão desse nível de escolaridade.

Esse edital também apresentava o número de vagas para cada um dos cursos oferecidos: vinte vagas para Pintura, Escultura e Gravura (trata-se de um só curso), dez vagas para Arte Decorativa e dez vagas para Professorado de Desenho, totalizando quarenta vagas.

Quanto aos programas para o concurso, o edital estabelecia que versariam “sobre matéria dos programas do Ciclo Colegial, compreendendo as disciplinas: 1) Desenho Geométrico 2) Desenho Artístico 3) Modelagem”.

No que diz respeito à habilitação e classificação, o edital assim se posicionou:

o julgamento do concurso será feito pela média aritmética das notas atribuídas às provas escritas e orais, considerando habilitado o candidato que obtiver média final igual ou superior a cinco e não tenha na apreciação por matéria, nota inferior a três. A classificação para o preenchimento das vagas se fará em ordem decrescente das médias globais, vedado o arredondamento em qualquer fase do concurso.

No dia 8 de janeiro de 1957, um novo edital alterou o primeiro, informando aos candidatos que “as provas serão gráficas e práticas e que a média para o ingresso passa a ser igual ou superior a 4”.

Nos ofícios de n. 14 a 21 (com exceção do número 20, pois não foi localizado), de 2 de fevereiro de 1957, os professores foram convidados para compor a banca examinadora do primeiro concurso de habilitação para o ingresso na Escola de Belas Artes. No mesmo mês, a direção apresentou ao inspetor federal Edgar da Silva Melo a distribuição do horário de realização do referido concurso:

- Desenho Geométrico – dia 25/02 – 7 horas;
- Desenho Artístico – dia 26/02 – 7 horas;
- Modelagem – dia 27/02 – 7 horas.

Para integrarem as bancas examinadoras desse concurso, os seguintes professores foram convidados:

- Desenho Geométrico:

Engenheiro Francisco Árabe Filho – presidente;

Engenheiro Christiano Woelffel Fraga – primeiro examinador;

Engenheiro Hilton Dei Guadagnin – segundo examinador.

- Desenho Artístico:

Doutor Paulo Diniz de Oliveira Santos – presidente;

Professora Zeny Alves de Albuquerque – primeira examinadora;

Professor Álvaro Conde – segundo examinador.

- Modelagem:

Professor Balbino de Lima Pitta – presidente;

Escultor Maurício Salgueiro Felisberto – primeiro examinador;

Professora Zeny Alves de Albuquerque – segunda examinadora.

Durante a nossa análise do edital, foi levantada a hipótese de que o professor Balbino de Lima Pitta havia sido convidado a compor essa banca mesmo não pertencendo aos quadros da escola, pois não foram localizados outros registros sobre ele.

Uma questão considerada relevante sobre os componentes das bancas nesse concurso foi revelada pelos entrevistados. Segundo eles, o professor Álvaro Conde e o escultor Maurício Salgueiro Felisberto, que também fizeram parte da banca examinadora do primeiro concurso de ingresso da Escola de Belas Artes, não haviam feito curso superior.

Vimos que as datas do referido concurso foram alteradas para 28 de fevereiro, 1º e 2 de março do mesmo ano, respeitando a ordem prevista na programação apresentada anteriormente.

Nos registros do mês de março, foi localizada uma nova solicitação ao diretor do jornal *A Gazeta* para que publicizassem a notícia com os resultados preliminares do primeiro concurso de habilitação da Escola de Belas Artes do Espírito Santo, que teve dezenove inscritos e doze aprovados, os quais preencheriam parte das quarenta vagas distribuídas nos cursos de Arte Decorativa, Pintura, Escultura, Gravura e Professorado de Desenho. Enfatizava-se ainda que, para atender aos

dispositivos legais, a escola realizaria um segundo concurso de habilitação, com inscrições no período de 7 a 11 de março do mesmo ano.

Desse modo, o segundo concurso de habilitação foi realizado conforme previsto, obedecendo às mesmas normas do primeiro, no período de 20 a 23 de março, e mantendo as bancas examinadoras de antes. O segundo concurso teve apenas sete inscritos, dos quais cinco foram aprovados.

O ano letivo se iniciou em 8 de abril de 1957 e entre os alunos estavam Lea Gomes Brasil, Maria Helena Lindenberg, Aédi Faria Machado e Oliézi Modolo, que no futuro seriam contratados como instrutores de ensino e, mais tarde, como professores da Escola de Belas Artes. A seguir, o depoimento da professora Maria Helena Lindenberg:

Eu era muito jovem quando resolvi ingressar na Escola de Belas Artes, em 1957. Na verdade, eu nem tinha concluído o segundo grau. Eu fui a pessoa mais jovem a ingressar... Era permitido entrar com 16 anos, então eu fiz o vestibular quando eu tinha 15 anos e foi quando eu ingressei também no segundo grau. Eu fiz os dois cursos ao mesmo tempo. O vestibular eu não achei difícil porque o que era exigido na época era desenho e eu já desenhava, eu sempre desenhei... A prova de modelagem foi um pouquinho de novidade. E o que eu tive que estudar mesmo, com professor particular, foi desenho geométrico, porque eu não tinha o segundo grau e era no segundo grau que se aprendia o desenho geométrico para o vestibular. Eu fazia [o segundo grau] pela manhã; e [fazia] à tarde, Belas Artes e o Curso Normal; Formação de Professores, eu fazia à noite. Eu fazia Pintura, era seriado. Nós tínhamos um ano comum, só com desenho e geometria, matérias comuns aos dois cursos principais: um era de Artes, que depois se desdobrava em Gravura ou Pintura ou Escultura, e o outro era o Professorado de Desenho, que então o último ano era cursado na Faculdade de Filosofia. Eu fiz o de

Pintura, que são três anos de pintura e o ano de curso básico ou inicial. Não era exigido o segundo grau para o ingresso. Somente era exigido para o Professorado de Desenho. Mas o engraçado porque na época da diplomação era.

Com esse depoimento, pudemos confirmar alguns dados sobre o ingresso na Escola de Belas Artes colhidos em diversos documentos e que às vezes representavam fragmentos do assunto tratado, dificultando a reconstrução do todo.

Em sua lembrança, a depoente se referiu ao concurso como vestibular. Nos documentos pesquisados, encontramos duas denominações: concurso de habilitação e concurso vestibular. Examinando os relatórios, concluímos que a denominação concurso de habilitação era a oficial, atribuída também para o curso de Professorado de Desenho e justificada pelo caráter das provas, comuns aos cursos oferecidos pela escola e centradas em exercícios para comprovar habilidades.

Quanto aos dois cursos principais – de Artes e de Professorado de Desenho – citados pela entrevistada, essa configuração só foi oficializada no concurso de ingresso de 1963, conforme explicaremos mais adiante.

Ao fim de cada semestre, eram realizadas avaliações parciais. Em dezembro, aplicavam-se as provas finais nas modalidades oral e escrita, obedecendo a estrutura dos cursos. As provas tanto parciais quanto finais eram realizadas com bancas examinadoras designadas previamente e, assim como as aulas e os exames para o ingresso, se apoiavam na concepção acadêmica e nas influências do neoclassicismo.

Diante da nomeação oficializada por um decreto publicado em 6 de setembro de 1957, os professores Christiano Woelffel Fraga, Maurício Salgueiro Felisberto de Souza, Nádia Luz Vicentini e Paulo Diniz de Oliveira Santos passaram a compor a congregação da Escola de Belas Artes do Espírito Santo.

No mês de dezembro, para encerrar o ano letivo, foi realizada a primeira exposição escolar da EBA, no salão do edifício do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), sob a coordenação do professor Maurício Salgueiro Felisberto de Souza, auxiliado pelos professores Christiano Woelffel Fraga, Nádia Luz Vicentini e Carlo Crepaz.

1958: um ano de certo modo comum

Na primeira quinzena do mês de janeiro de 1958, os jornais *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário* divulgaram as inscrições para o concurso de habilitação da EBA, que ofertou os mesmos cursos do ano anterior: Professorado de Desenho, Arte Decorativa, Pintura, Escultura e Gravura.

Para discorrer sobre o novo ano que se inicia, mais uma vez, foi utilizado como recurso para a oficialização da história o material localizado no arquivo do Centro de Artes:

Quadro 7 – Documentos emitidos no ano de 1958

Documento	Data	Assunto
Ofícios n. 01, 02 e 03	10/01/58	Solicita aos jornais da cidade a divulgação das inscrições para o vestibular de 1958.
Ofícios n. 10 a 19	07 e 10/02/58	Tratam da organização do concurso de habilitação.
Ofício n. 20	08/02/58	Trata da realização do concurso de habilitação.
Ofício n. 21	-/02/58	Trata da realização das provas de segunda época.
Ofício n. 30	20/02/58	Trata da necessidade de outros professores para reger as disciplinas do segundo ano.
Ofício n. 31	24/02/58	Comunicado ao professor Hilton Dei Guadagnin.
Ofício n. 33	07/03/58	Trata do segundo concurso de habilitação de 1958.
Carta ao ministro da Educação	Sem data	Solicita registro da EBA.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 34	10/03/58	Apresenta títulos da professora Nórdia de Luna Freire.
Ofício n. 35	10/03/58	Trata da aula inaugural do ano letivo de 1958.
Ofício n. 37	11/03/58	Comunica data e horário do segundo concurso de habilitação.
Ofício n. 42	18/03/58	Informa a homologação da indicação do professor Hilton.
Ofício n. 43	18/03/58	Informa que a professora Nórdia foi escolhida.
Ofício n. 46	25/03/58	Convida o professor Christiano Woelffel Fraga para proferir a aula inaugural do ano letivo.
Ofícios n. 47 a 64	25/03/58	Convida as autoridades e informa o endereço.
Ofício n. 66	26/04/58	Relaciona os alunos matriculados em 1958.
Ofícios n. 71 a 80	28/06/58	Solicitam empenho dos deputados federais para a inclusão da EBA no orçamento federal de 1959.
Ofício n. 82	28/06/58	Informa o número de alunos matriculados.
Ofício n. 91	28/06/58	Lista os professores da escola e seus respectivos endereços.
Documento Avulso	Sem data	Lista as disciplinas do currículo do curso de Professorado de Desenho.
Ofícios n. 94, 95, 96 e 97	06/09/58	Convite para a exposição escolar.
Ofício n. 98	06/09/58	Trata da nomeação do professor Hilton.
Ofício n. 109	29/11/58	Trata das provas finais de 1958.
Ofício n. 114	11/12/58	Trata do falecimento da professora Nâdia Luz Vicentini.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

O concurso ao qual se referem os primeiros ofícios do Quadro 7 foi composto de provas com conteúdo de desenho geométrico, desenho artístico e modelagem e realizou-se nos dias 25, 27 e 28 de fevereiro.

Chama a atenção o Ofício n. 21, datado de fevereiro de 1958, mas sem especificação do dia exato. O assunto tratado nele foi a realização das provas de segunda época, ou seja, do segundo concurso de ingresso, que sabemos terem sido realizadas nos dias 1º,

3 e 4 de março para os alunos do primeiro ano que não haviam alcançado a média nas disciplinas de Anatomia, Geometria Descritiva e Desenho Artístico. Para essas provas, foram designadas bancas examinadoras, cujos integrantes tiveram seus nomes enviados à apreciação do inspetor federal, junto das datas e horários de realização dos exames.

Essas provas, consideradas muito difíceis pelos entrevistados, versavam sobre todos os conteúdos programados para a primeira série de cada uma das disciplinas.

Tendo em vista o funcionamento da Escola de Belas Artes como instituição de nível superior pelo segundo ano consecutivo, houve a necessidade de ofertar outras disciplinas para atender ao programa do curso. Estavam nomeados apenas quatro professores. Então, o engenheiro Hilton Dei Guadagnin, que participou como convidado da banca examinadora do primeiro concurso de habilitação, foi indicado à Inspeção Federal para assumir as aulas de Perspectiva, Sombra e Estereotomia, e a professora Nórdia de Luna Freire, que era artista plástica, foi indicada para assumir as aulas de Pintura.

Diante do número de vagas ainda existentes, houve a necessidade de um segundo vestibular, que se realizou no mês de março nos mesmos moldes do anterior. A aula inaugural foi marcada para o dia 22 do mesmo mês. Para palestrar nesta aula, a congregação indicara o professor Maurício Salgueiro. Contudo, ele não foi localizado, e a aula inaugural foi transferida para o dia 28 de março; o professor Christiano Fraga foi convidado para proferi-la na sede da escola. Nos convites enviados às autoridades e pessoas do meio acadêmico ou da sociedade, a secretaria informou o endereço de localização da escola: Avenida Jerônimo Monteiro, 31, 1º andar.

No ano de 1958, a Escola de Belas Artes matriculou poucos alunos, segundo correspondência enviada a Anísio Teixeira, secretário geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes), conforme o Ofício n. 82/1958. Na primeira série, um total de onze alunos ficaram assim distribuídos: um no curso de Arte Decorativa, sete no curso de Pintura, Escultura e Gravura e três no curso de Professorado de Desenho. Na segunda série, quatro alunos estavam matriculados no curso de Arte Decorativa, três no curso de Pintura, Escultura e Gravura e cinco no curso de Professorado de Desenho, totalizando doze alunos.

Em setembro, um questionário intitulado “Questionário de Mercado Educacional” informou, além dos objetivos da Escola de Belas Artes, os cursos oferecidos, a duração de cada um e as disciplinas que compunham cada série/ano letivo. Nesse documento, que foi arquivado atendendo ao despacho do diretor, pudemos confirmar que as disciplinas pedagógicas História e Filosofia da Educação, Psicologia Aplicada à Educação e Didática Especial em Desenho, consideradas complementares para o curso de Professorado de Desenho, eram ministradas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo.

A Escola de Belas Artes realizou no segundo ano de funcionamento outra exposição escolar de trabalhos dos alunos – como parte dos festejos do Dia da Cidade de Vitória –, cuja abertura ocorreu no dia 7 de setembro de 1958, às 15 horas, no saguão do Palácio das Relações Exteriores, localizado na Avenida Jerônimo Monteiro. Sobre os trabalhos expostos e a organização desse evento, alguns dos entrevistados afirmam que ambos retratavam a concepção conservadora que permeava o cotidiano da escola naquela época.

O ano terminou com a notícia do falecimento precoce e repentino da professora Nádia Luz Vicentini.

1959: novo ano, novas metas, novas realizações

Para falar sobre a escola durante o ano de 1959 e fundamentar a história, foram listados no Quadro 8 os documentos do referido ano:

Quadro 8 – Documentos emitidos no ano de 1959

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 01	Sem data	Informa o novo endereço.
Ofício n. 06	29/01/59	Trata da exoneração do professor Francisco Árabe Filho.
Ofício n. 24	05/02/59	A professora Zeny responde pela direção da escola.
Ofícios n. 25 a 45	Várias datas	Tratam da realização do segundo concurso de habilitação.
Ofícios n. 46 a 77	Várias datas	Convite para a aula inaugural a ser proferida pela professora Nórdia.
Ofício n. 83	10/04/59	Cita a nomeação do professor Christiano Woelffel Fraga como diretor.
Ofício n. 84	22/04/59	Solicita aprovação dos documentos dos professores Marcello Vivacqua e Van Dyke Nogueira da Costa.
Ofício n. 86	22/04/59	Informa data de nomeação do novo diretor (09/04/59).
Ofícios n. 87 e 88	02/05/59	Informam data e horário para a realização do concurso para professor de História da Arte.
Ofício n. 101	13/07/59	Informa ao MEC o número de alunos matriculados.
Ofício n. 103	12/08/59	O diretor informa seu pedido de exoneração.
Ofício n. 113	26/08/59	Informa ao prefeito Adelpho Poli Monjardim sobre a exposição de trabalhos escolares.
Ofício n. 146	06/11/59	Trata da substituição do professor Christiano Woelffel Fraga pelo professor Dirceu Carneiro.
Ofício n. 147	12/11/59	O professor Marcello Vivacqua assina para assumir a direção da EBA.
Ofício n. 166	17/12/59	Solicita ao jornal A GAZETA a publicação do edital para o concurso de habilitação de 1960.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Nessa lista, destacamos o Ofício n. 01/59, que não apresenta o dia de expedição, mas informa o novo endereço da Escola de Belas Artes.

Os ofícios n. 27, 32 e 56 (Quadro 9), produzidos no ano de 1959, estavam separados em um arquivo indicando o ano de 1960. Essa separação gerou dúvidas inicialmente, mas percebemos que o motivo era o fato de que esses ofícios tinham um destinatário em comum, a Secretaria de Educação.

*Quadro 9 – Documentos emitidos no ano de 1959
e armazenados em arquivo de 1960*

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 27	10/04/59	Trata da rescisão da segunda cadeira de um professor considerando a falta de alunos.
Ofício n. 32	29/04/59	Solicita empenho do secretário de Educação, junto ao MEC, para o reconhecimento da Escola de Belas Artes.
Ofício n. 56	09/10/59	Solicita o cancelamento do contrato do professor José Ghiu.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Inicialmente, de acordo com o Ofício n. 01, de janeiro de 1959, o ano começou com a mudança de endereço: a Escola de Belas Artes passou a funcionar na Avenida César Hilal, no Edifício São Jorge, 3º andar.

A professora Zeny Alves de Albuquerque se tornou diretora interina da escola diante do pedido de exoneração do professor Francisco Árabe Filho. E, como vimos, foi mais um ano em que a escola realizou o segundo concurso vestibular.

O ano letivo se iniciou em 12 de março, no novo endereço da escola, com a aula inaugural ministrada pela professora Nórdia de Luna Freire. Entre os alunos estavam Seliégio Gomes Ramalho, matriculado no curso de Arte Decorativa, e José Antonio de Carvalho, no curso de Professorado de Desenho. Este último nos deu um depoimento sobre o seu ingresso na Escola de Belas Artes:

Eu morava na Rua Duckla de Aguiar, que estava exatamente no confronto entre a [Avenida] Saturnino de Brito (que era Ordem e Progresso na época), a [Avenida] César Hilal e a [Rua] Duckla de Aguiar. E a Escola de Belas Artes ficava na metade da César Hilal, então eu andava cem metros e estava na escola. Eu fui fazer belas-artes porque eu [...] gostava de desenhar, desenhava bem. E aí, como eu não queria mais estudar, então a minha mãe começou a insistir que eu fosse fazer belas-artes, pelo menos porque era ali. E, porque era ali, eu fui fazer belas-artes. Quando

eu cheguei lá, o vestibular era na segunda-feira. Eu cheguei no sábado e o vestibular era na segunda-feira. E eu fiz o vestibular e passei. Entrei no curso de Professorado de Desenho, mas eu não pretendia ser professor. Não era minha intenção ser professor.

Em abril de 1959, o professor Christiano Woelffel Fraga foi nomeado diretor da Escola de Belas Artes. Entre as suas primeiras providências, pediu ao secretário de Educação e Cultura, Bolívar Moioli Pereira de Abreu e Silva, para que o MEC se empenhasse em reconhecer a escola. Contudo, o professor Christiano não ocupou o cargo por muito tempo. Atendendo à determinação da Seção de Estudos e Organização da Diretoria do Ensino Superior de que o diretor fosse substituído por professores aprovados pelo egrégio Conselho Nacional de Educação, o diretor Christiano solicitou sua exoneração. Em novembro, o professor Marcello Vivacqua passou a responder pela direção da escola.

A cada ano da escola, novas disciplinas foram introduzidas para compor o currículo, necessitando de ampliações do quadro docente. O arquiteto Marcello Vivacqua foi indicado para assumir as aulas de Decoração de Interiores e o professor Van-Dyke Nogueira da Costa para ministrar Composição Decorativa.

Em maio, realizou-se um concurso para a cadeira de História da Arte. Até então, em vez de aulas teóricas sobre arte, eram oferecidas palestras sobre o assunto, geralmente distantes dos movimentos artísticos que estavam ocorrendo em âmbito nacional e, principalmente, mundial. Concorreram à vaga os professores José Ghiu e Dayse Ottoni Barbosa (dos quais não conseguimos identificar a formação profissional), sendo aprovado o professor José Ghiu, que, nesse mesmo ano em meados de outubro, solicitou o cancelamento do seu contrato para o dia 1º de setembro.

No ano de 1959, a Escola de Belas Artes contava com 32 alunos matriculados, segundo informações prestadas ao MEC, e, por não haver alunos para o segundo ano em algumas disciplinas, foi necessária a rescisão dos contratos de segunda cadeira (cada disciplina era

considerada uma cadeira e, portanto, um contrato) dos professores: Paulo Diniz (Anatomia Comparada), Maurício Salgueiro (Desenho de Modelo Vivo) e Zeny Alves (Desenho Artístico).

Como previsto na organização da escola, a exposição anual de trabalhos escolares foi realizada de 1º a 12 de setembro e, desta vez, nas salas do térreo do prédio do Palácio do Café, localizado na Praça Costa Pereira, coincidindo com os festejos de aniversário da cidade de Vitória.

1960: (re)começos

Finalizando o ano de 1959, deu-se início às providências para o ano seguinte. Conforme consta no Edital n. 11, expedido em 16 de dezembro de 1959, e no Edital n. 6, expedido em 23 de fevereiro de 1960, foram realizados dois concursos de habilitação no ano de 1960.

Para o primeiro concurso, ofertaram-se três cursos e houve dezesseis inscritos, três candidatos não compareceram e dez foram aprovados. No segundo concurso, cinco candidatos se inscreveram, alguns deles haviam participado do primeiro concurso, todos foram aprovados.

A Escola de Belas Artes iniciou o ano com quinze novos alunos matriculados, sendo dez para o curso de Arte Decorativa, dois para Pintura, Escultura e Gravura e três para Professorado de Desenho.

Entre esses alunos, destacamos Lenize Mazzei, que se tornou professora de Escultura do Centro de Artes, e Elizabeth Manguieira Cabral, que atuou como professora de diversas disciplinas e, depois de alguns anos, até a sua aposentadoria, ministrou aulas de Serigrafia. O depoimento da professora Elizabeth Manguieira Cabral confirmou esses dados e nos deu outras informações sobre o funcionamento da escola:

Na verdade, eu não escolhi belas-artes. Eu encontrei com o doutor Marcello Vivacqua, que era amigo do meu pai e que foi um grande professor meu. Ele me falou que existia uma Escola de Belas Artes e se eu não queria fazer vestibular... Depois desse primeiro curso, que se chamava Arte Decorativa, que a gente tinha

noção de tudo, Desenho, Pintura, Escultura, Gravura, eu optei por fazer três anos só de Escultura. Eu gostei muito. Tive quase que um professor exclusivo pra mim, que foi o Moacir de Figueiredo, o Moa, que se tornou um grande amigo meu e que já morreu... No curso de Arte Decorativa tinha várias matérias, como Perspectiva, Desenho Geométrico, Desenho de Interiores, e isso tudo era muito rígido. Por exemplo Anatomia, não era uma Anatomia Artística... eu não me lembro de ter desenhado na aula de Anatomia. Anatomia era dada por um dentista, o doutor Solano. Eu acho que ele dava anatomia como se fosse para a Faculdade de Medicina. Quando eu entrei, a Escola de Belas Artes já estava na Avenida César Hilal. O espaço acomodava porque tinha pouca gente. Na minha turma não tinha nem dez pessoas.

Logo após o início do ano letivo de 1960, a direção da escola propôs ao secretário de Educação a nomeação do arquiteto Dirceu Carneiro para a cadeira de Geometria Descritiva II e a do professor Solano Martins Faria para a cadeira de Anatomia Comparada. A escola empenhou-se especialmente para a contratação deste último, conforme se depreende de uma justificativa por escrito apresentada junto da solicitação de sua nomeação. É pleiteada também a contratação dos ex-alunos Oliézi Modolo e Aédi Faria Machado, formados em 1959, para o cargo de auxiliar de ensino das cadeiras de Perspectiva e Sombras e Desenho Artístico II, respectivamente. Mas o pedido foi indeferido. Diante do indeferimento, a direção da escola insistiu, alegando que a contratação era necessária pelo fato de as aulas serem práticas e, portanto, necessitarem de maior acompanhamento.

Mesmo depois de a escola mudar para a Avenida César Hilal, as aulas de Modelagem continuavam sendo ofertadas no antigo endereço, no Centro, pois o novo espaço não comportava as aulas e os materiais dessa disciplina, que era essencialmente prática.

Foram muitas as solicitações, acompanhadas de justificativas, para a ampliação do número de salas a fim de atender à demanda da

escola. Depois de alguns combinados com o proprietário do prédio, Munir Hilal, foi construído um ateliê nos fundos do terreno onde estava localizada a escola para as aulas de Modelagem, mas o espaço continuava insuficiente para atender às necessidades.

Durante cinco meses desse ano, na ausência do diretor Marcello Vivacqua, que estava em viagem pela Europa, respondeu pela direção o professor Van Dyke Nogueira Costa, que teve entre as suas primeiras providências a proposta de contratação do arquiteto Dirceu Carneiro para assistente da cadeira de Arquitetura Analítica.

Essas informações foram confirmadas nos ofícios, cujos cabeçalhos estão relacionados a seguir no Quadro 10:

Quadro 10 – Documentos emitidos no ano de 1960

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 10	07/03/60	Indica os ex-alunos Oliézi Modolo e Aédi Faria Machado para serem contratados como auxiliares de ensino.
Ofício n. 15	17/03/60	Propõe a nomeação do professor Dirceu Carneiro para a cadeira de Geometria Descritiva II.
Ofício n. 16	25/03/60	Propõe a nomeação do professor Solano Martins Faria para a cadeira de Anatomia Comparada.
Ofício n. 20	31/03/60	Envia os currículos dos cursos da escola.
Ofício n. 22	05/05/60	Trata do indeferimento da contratação dos ex-alunos.
Ofício n. 23	06/05/60	Descreve o galpão/ateliê de Modelagem.
Ofício n. 25	21/05/60	Reforça a necessidade de ampliação do número de salas.
Ofício n. 26	24/05/60	O professor Van-Dyke Nogueira Costa responde pela direção no período de viagem do diretor Marcello Vivacqua.
Ofício n. 27	24/05/60	Propõe a contratação do arquiteto Dirceu Carneiro como assistente da cadeira de Arquitetura Analítica.
Ofício n. 36	12/10/60	Informa o retorno de Marcello Vivacqua à direção da escola.
Ofício n. 47	05/12/60	Solicita autorização para afastamento do professor Maurício Salgueiro Felisberto de Souza por dois anos (ele ganhou um prêmio de viagem ao exterior).

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Listados os documentos comprobatórios dos fatos, vamos para uma breve reflexão.

O que vimos até aqui ao longo dessa história

- a) A Escola de Belas Artes foi criada em 6 de setembro de 1951, pela Lei n. 518, no segundo governo de Jones dos Santos Neves e sem qualquer ligação com o Instituto de Bellas Artes, de 1909.
- b) Embora o ato de criação seja de setembro de 1951, encontramos nos arquivos do Centro de Artes documentos que comprovam a inauguração da escola em 23 de maio de 1951.
- c) O primeiro diretor da Escola de Belas Artes foi o pintor Homero Massena.
- d) Ao longo de dez anos, a EBA funcionou sob o regime de autorização do Ministério da Educação e Cultura.
- e) A Universidade do Espírito Santo foi criada em 5 de maio de 1954, pela Lei n. 806, composta pelos chamados institutos universitários, entre eles a EBA.
- f) Era uma prática comum a realização de dois processos seletivos/concursos de habilitação ao ano, na tentativa de preencher todas as vagas.

No próximo capítulo, vamos falar dos caminhos percorridos até a federalização da Escola de Belas Artes.

capítulo 4

A federalização da Escola de Belas Artes

1961: autorização federal

Até 30 de janeiro de 1961, a Escola de Belas Artes funcionou sob o regime de autorização do Ministério da Educação e Cultura. No dia 31 de janeiro de 1961, pela Lei n. 3.868, ocorreu a federalização da universidade e, com isso, criou-se a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que encampou as instituições que faziam parte da UES, entre elas a Escola de Belas Artes.

Para discorrer sobre os acontecimentos nesse ano, foram consultados os ofícios, que estão listados no quadro a seguir:

Quadro 11 – Documentos emitidos no ano de 1961

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 02	08/02/61	Apresenta Maria Thereza Feu Rosa como candidata para o curso de Didática Especial em Desenho da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
Ofício n. 07	20/02/61	Informa o programa do curso de Professorado de Desenho.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 08	09/03/61	Informa o número de candidatos inscritos para o vestibular de 1961.
Ofício n. 11	11/03/61	Trata da aula inaugural de 1961 a ser proferida, em 15 de março, pelo professor Solano Martins Faria sobre o tema "A arte animalista na Pré-História".
Ofício n. 50	21/03/61	Solicita informações sobre o reconhecimento da Escola de Belas Artes.
Ofício n. 52	05/04/61	Informa sobre o pagamento da publicação do decreto de reconhecimento da Escola de Belas Artes no Diário Oficial da União.
Ofício n. 57	06/05/61	Trata da emissão de certificados ou diplomas.
Ofício n. 59	10/06/61	Trata do processo de federalização da EBA e da criação da Universidade do Espírito Santo.
Ofício n. 75	24/10/61	Endereçado a Maria Helena Lindenberg Fernandes Coelho como assistente de ensino.
Ofício n. 76	24/10/61	Informa sobre os cursos oferecidos.
Ofício n. 82	28/12/61	Solicita exame de sanidade e capacidade física do servidor Hilton Dei Guadagnin, nomeado professor catedrático interino.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Esses documentos apontam que, mesmo com a escola em regime federal, os alunos de Professorado de Desenho, para concluir o curso, tinham que buscar fora do estado uma faculdade que oferecesse Didática Especial em Desenho, pois a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Ufes ainda não oferecia essa disciplina. Portanto, os alunos concluíam os três anos específicos da Escola de Belas Artes e ficavam aguardando a oferta do quarto ano pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O depoimento do professor José Antonio de Carvalho expressou a realidade vivida pelos alunos da Escola de Belas Artes, nos anos que antecederam à federalização:

Naquela época, até 61, como era tudo separado, não havia a Universidade Federal, eram todos isolados. Então você fazia os três

anos de Professorado de Desenho na Escola de Belas Artes e formava professor de desenho. Só não tinha licenciatura. Aí você ficava esperando para fazer licenciatura na Filosofia e receber o diploma de licenciado. Então, eu tenho o diploma de Professorado de Desenho e tenho o diploma de Licenciado em Desenho.

A aula inaugural, abrindo o ano letivo de 1961, aconteceu em 15 de março e foi proferida pelo professor Solano Martins Faria, com o tema: “A arte animalista na Pré-História”. Sem preocupação com a contextualização, com os movimentos artísticos que vinham ocorrendo em âmbito nacional e principalmente em âmbito mundial, essas aulas-palestras eram ministradas com muita pompa. E nesse ano, para falar de arte, numa escola de arte, o escolhido foi um dentista, que foi professor de arte da escola embora não tivesse qualquer formação na área.

Para essas aulas de abertura do ano letivo, eram convidadas as autoridades e pessoas ilustres da sociedade. Entre os convidados para o ano de 1961, estava o então governador do estado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.

Retratando o distanciamento e a dificuldade de comunicação existentes entre a escola e os órgãos governamentais, no Ofício n. 50, de 21 de março de 1961, a direção da escola solicitou a Armando Barcellos (não conseguimos identificar a instituição ou o órgão que ele representava) informações sobre o Decreto n. 49.847, de 7 de janeiro do mesmo ano, para saber se havia o reconhecimento da escola e se fora publicado no Diário Oficial da União.

Atendendo à necessidade do sistema federal de incorporar professores catedráticos ao corpo docente das universidades, os professores foram nomeados como professores catedráticos interinos, por um decreto de 18 de dezembro de 1961, publicado no Diário Oficial. Diante dessa nomeação, foi requerido à Junta Médica Oficial um parecer sobre a capacidade física e sanidade dos servidores, para que eles pudessem tomar posse e exercício do cargo de professor.

Preenchidos os requisitos e principalmente ocorrendo a federalização, a primeira formatura da Escola de Belas Artes aconteceu em 1961, agrupando alunos que ingressaram nos anos de 1957, 1958 e 1959. O professor José Antonio de Carvalho sintetizou o ocorrido no seguinte depoimento:

Só houve formatura em 61. Quando houve a federalização, já uma série de turmas tinha terminado o curso, mas eram poucos alunos, eram sempre quatro ou cinco apenas. Então a primeira formatura foi do grupo todo. Então eu me formei junto com os primeiros que se formaram, Maria Helena, Lea Brasil, Aédi, Oliézi. Nos formamos todos juntos numa formatura só e o paraninfo inclusive foi o doutor Christiano Fraga, que pouco depois foi o diretor da escola, na época era o Marcello Vivacqua o diretor.

Naquele ano, quando se formou todo mundo de uma vez só, se formou Professorado de Desenho, Decoração, que era Arte Decorativa na época, Pintura. Formou todo mundo junto de uma vez só. Gravura não havia gravura mesmo, era tudo junto. O camarada saía pintor, escultor e gravador, era tudo junto, porque o curso, a escola era de belas-artes. Só havia diferença mesmo entre o professor de desenho e a parte artística.

1962: concursos e nomeações

Finalizada a análise do ano de 1961 e para continuar a narrativa histórica pretendida para o seguinte, a consulta foi realizada nos documentos acondicionados na caixa identificada com o ano de 1962.

Quadro 12 – Documentos emitidos no ano de 1962

Documento	Data	Assunto
Ofícios n. 03, 04, 09, 10 e 12	Sem data	Tratam da nomeação de professores catedráticos interinos.
Ofício n. 24	15/03/62	Refere-se à aula inaugural a ser proferida, em 21 de março, pelo professor Raphael Samú sobre o tema “Conseqüências da Revolução Cubista”.
Ofício n. 70	26/03/62	Solicita estudos urgentes para a criação do curso de Didática Especial em Desenho para atender a três turmas que estão aguardando.
Ofícios n. 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 96	04/06/62	Tratam de exames de sanidade e capacidade física das pessoas nomeadas para cargos administrativos, instrutores de ensino e professor catedrático interino.
Ofício n. 111	Sem data	Relaciona o corpo docente da EBA.
Ofícios n. 112, 114, 115, 116 e 117	05/10/62	Consulta a diversas Escolas de Belas Artes do Brasil sobre aplicação da LDB.
Ofício n. 118	05/10/62	Relaciona o corpo docente, currículos e programas dos cursos.
Ofício n. 129	22/12/62	Reitera a necessidade de criação do curso de Didática Especial em Desenho.
Ofícios n. 130, 131, 132, 133 e 134	Dezembro	Convida diretores de Escolas de Belas Artes para discutirem pré-requisito para participação no vestibular.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Como se pode observar no Quadro 12, no ano de 1962, a Escola de Belas Artes mais uma vez realizou dois vestibulares, sendo o segundo com o objetivo de preencher as vagas remanescentes. No primeiro vestibular, 21 candidatos se inscreveram nos três cursos oferecidos: treze para o curso de Arte Decorativa, três para Pintura, Escultura e Gravura e cinco para Professorado de Desenho.

Dos treze inscritos para Arte Decorativa, dois não compareceram e quatro foram reprovados. Para o curso de Pintura, Escultura e Gravura, dos três inscritos, um candidato não compareceu ao exame, um foi reprovado e, portanto, apenas um candidato foi aprovado. Dos

cinco inscritos para o curso de Professorado de Desenho, um reprovou, dois passaram e dois não compareceram à prova.

Por causa desse resultado, foi realizado um segundo concurso, que registrou cinco inscrições: três inscritos para Arte Decorativa; um para Professorado de Desenho; e outro para Pintura, Escultura e Gravura. Os três inscritos para Arte Decorativa foram reprovados em Geometria Descritiva, enquanto os outros dois candidatos foram os mesmos que reprovaram no primeiro concurso e que nessa segunda oportunidade conseguiram ingressar na universidade. Entre os aprovados para Arte Decorativa no primeiro concurso de 1962, estava Tereza Norma Borges de Oliveira, que no futuro se tornaria professora do Centro de Artes.

A aula inaugural desse ano letivo, ministrada em 21 de março por Raphael Samú (admitido em janeiro do mesmo ano), em plena era do conceitualismo, do minimalismo e da *pop art*, apresentava o cubismo como vanguarda artística, revelando grande defasagem no tempo e a dificuldade de acesso aos meios de comunicação e exposições de arte.

Em 26 de março, o diretor da escola, mais uma vez, solicitou providências à direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo para que fossem realizados estudos em caráter de urgência sobre a criação do curso de Didática Especial em Desenho, uma vez que alunos de três turmas estavam impossibilitados de receber os respectivos diplomas.

Durante esse ano, o governo federal nomeou servidores para os diversos segmentos da escola: escriturário, assistente administrativo, porteiro, professores e outros.

A Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 69, passou a exigir de qualquer candidato ao vestibular a conclusão dos estudos equivalentes ao ensino médio atual. Até então, a Escola de Belas Artes do Espírito Santo e outras escolas de artes do Brasil só faziam essa exigência para os candidatos aos cursos de Professorado

de Desenho. Surgiu, então, a necessidade de corrigir, adequar, principalmente a situação dos alunos já matriculados.

Foram consultadas diversas escolas de arte – a Escola de Belas Artes de Pernambuco, a Universidade da Bahia, a Escola de Belas Artes de São Paulo, o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul e a Escola Nacional da Universidade do Brasil – em busca de estabelecer um procedimento comum entre os estabelecimentos de ensino superior. Contudo, não localizamos documentação com as respostas para essas consultas. Nos documentos encontrados, percebemos que as escolas consultadas passavam pela mesma situação de falta de estrutura na organização administrativa, dificuldades na formação do quadro docente e na organização curricular.

No Espírito Santo, a universidade passou por um período de organização e reestruturação e, conseqüentemente, a Escola de Belas Artes enfrentou dificuldades para funcionar regularmente, de forma que atendesse à nova legislação do ensino superior brasileiro e à integração da universidade ao sistema federal.

Em 12 de fevereiro de 1962, foi instalado o Conselho Federal de Educação, que aprovou, em setembro, o Plano Nacional de Educação para o período 1962-1970, cuja meta a ser alcançada pelo ensino superior era a expansão do número de matrículas, com a inclusão, pelo menos, da metade dos alunos que concluíssem o curso colegial, atual ensino médio.

No final do ano, o Decreto Federal n. 51.642, publicado no dia 31 de dezembro, aproveitou Márcia Martins, Aédi Machado, Oliézi Modolo, entre outros, para compor o quadro do pessoal da universidade. Embora possa parecer estranho, o termo “aproveita” consta nos documentos oficiais, levando-nos ao entendimento de que, a partir dessa data, essas pessoas que prestavam serviços à instituição passaram à categoria de funcionários em nível federal.

O ano de 1962 se encerra, mas aponta para muitas ações e providências a serem tomadas no novo ano que se inicia.

1963: um novo recomeço

Os resumos dos fatos, ações e realizações para o andamento desse novo ano estão elencados no quadro a seguir:

Quadro 13 – Documentos emitidos no ano de 1963

Documento	Data	Assunto
Proposta de um novo currículo	Sem data	Novo currículo.
Ofício n. 06	09/01/63	Trata do Decreto n. 51.642, que faz o aproveitamento de cargos para o quadro do pessoal da Universidade do Espírito Santo.
Ofícios n. 07, 08 e 09	09/01/63	Tratam dos exames de sanidade e capacidade física de Carlos Pedro Lozer Fundão, Aédi Faria Machado e Oliézi Modolo para assumirem cargo de instrutor de ensino.
Ofícios n. 09 e 10	10/01/63	Tratam dos exames de sanidade e capacidade física de Altair Alves Gurgel e Hugo Martins Santana para assumirem o cargo de servente.
Ofício n. 12	10/01/63	Trata da nomeação do professor catedrático interino Marcello Vivacqua.
Ofício n. 13	11/01/63	Trata da nomeação de Antonia Maia Vianna para o cargo de inspetora de aluno.
Ofício n. 15	14/01/63	Trata da nomeação de Gentil de Souza para o cargo de inspetor de aluno.
Ofício n. 19	18/01/63	Informa à Unesco do programa de curso da escola.
Ofício n. 20	22/01/63	Informa ao diretor do Instituto de Belas Artes de Goiás o currículo da EBA.
Ofício n. 21	30/01/63	Relaciona os professores e funcionários da EBA.
Ofício n. 43	11/03/63	Trata da aula inaugural, abrindo o ano letivo.
Ofício n. 74	11/03/63	Trata do modelo de diploma a ser conferido aos formandos.
Ofício n. 111	11/03/63	Faz referência ao período de adaptação pelo qual passa a escola.
Ofício n. 112	13/03/63	Resposta ao arquiteto Luiz Paulo Dessaune, que deseja reger a cadeira de Composição Decorativa II.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 114	15/04/63	Assinado por Raphael Samú como vice-diretor em exercício.
Ofícios n. 115, 116, 117, 118, 119, 120 e 121	16/04/63	Convidam para a colação de grau dos diplomandos da EBA.
Ofício n. 141	27/05/63	Encaminha ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Alberto Stange Júnior, os históricos escolares dos diplomandos nos cursos de Professorado de Desenho e Pintura.
Ofício n. 143	08/06/63	Comunica a nomeação de Raphael Samú como diretor da EBA, por meio de decreto do presidente da República em 13 de maio.
Ofício n. 159	11/06/63	Envia ao diretor da Imprensa Nacional o modelo e o texto aprovados para os diplomas.
Ofício n. 160	19/06/63	Assinado pelo professor Hilton Dei Guadagnin como vice-diretor em exercício.
Ofício n. 161	20/06/63	Trata da nomeação do servidor Camel Daher para o cargo de Escrevente-Datilógrafo.
Ofícios n. 166, 167, 170 e 171	07/08/63	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para Maria Thereza Feu Rosa, Oliézi Modolo, Aédi Faria Machado e Ilza Ribeiro Moll.
Ofício n. 168	07/08/63	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Pintura para Lusa Rodrigues de Menezes.
Ofícios n. 169 e 175	07/08/63	Solicita à Imprensa Nacional a impressão dos diplomas de Decoração para Vera Lúcia Fundão Pimenta e Lea Gomes Brasil.
Ofício n. 170	05/09/63	Dirigido a Lenize Mazzei como presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Belas Artes.
Ofício n. 184, 185 e 186	18/09/63	Aos professores Dirceu Carneiro, Paulo Diniz de Oliveira Santos e Nórdia de Luna Freire, trata-se da comissão para elaborar o Regimento do Conselho Departamental.
Ofício n. 190	03/10/63	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Pintura para Maria Lindenberg Fernandes Coelho.
Ofícios n. 191 e 196	04/10/63	Solicita à Imprensa Nacional a impressão dos diplomas de Decoração para Maria Cecília Jahel Nascif e Nyrce Fornazier.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofícios n. 193 e 207	09/10/63	Solicita à Imprensa Nacional a impressão dos diplomas de Professorado de Desenho para Mârcia Martins de Moraes e Heloisa Helena Almeida Gomes.
Ofício n. 201	22/10/63	Informa ao prefeito Sólton Borges Marques que a exposição foi adiada.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Diante do número de documentos localizados, podemos dizer que 1963 foi um ano com muitos encaminhamentos, resultados e decisões, bastante propício para acompanhar o processo de reestruturação da Ufes.

Nesse processo de reestruturação da universidade, a Escola de Belas Artes discutiu e apresentou proposta de um novo currículo para o ano, conforme os ofícios n. 19 e 20/63, enviados respectivamente à Unesco, no dia 18 de janeiro, e ao Instituto de Belas Artes de Goiás, no dia 22 do mesmo mês, solicitando informações sobre a EBA.

Com a aula inaugural do dia 13 de março, versando sobre o tema “O artista – sua função na Sociedade Moderna – integração na comunidade”, o professor Marcello Vivacqua iniciou as atividades letivas do ano de 1963, que não teve todas as vagas preenchidas, mesmo com a oferta de dois vestibulares.

No primeiro vestibular, não houve inscritos para o curso de Pintura, Escultura e Gravura. Dos cinco inscritos para Arte Decorativa, dois não foram aprovados e três não compareceram à prova. Para o curso de Professorado de Desenho, duas pessoas se inscreveram e somente uma delas obteve êxito. No segundo vestibular, dois candidatos se inscreveram para o curso de Arte Decorativa e, para os demais cursos, não houve inscritos.

O único candidato a fazer o concurso e ser aprovado foi Wallace Fernando Neves, que mais tarde se tornou professor da escola. A partir do depoimento dele sobre o seu ingresso na Escola de Belas Artes, pudemos identificar a forte presença da pedagogia tradicional no currículo da época:

Eu cheguei a fazer o vestibular para Engenharia, antiga Escola Politécnica do Espírito Santo, que era muito pesado. Eu trabalhava como desenhista... encontrei o professor Aédi Machado, que me perguntou por que eu não fazia vestibular para Belas Artes, já que eu tinha tanto jeito para desenho... Eu me informei e daí a um mês seria o vestibular, a segunda chamada. Na primeira, não havia preenchido as vagas. Era um vestibular relativamente simples. Caía um pouco de descritiva, caía um pouco de modelagem... tinha que fazer um desenho artístico e tinha português. Para mim não foi tão fácil assim, porque eu nunca tinha pegado em barro e nunca tinha feito um desenho artístico, mas treinei sozinho, tentando copiar figuras de vários tamanhos, figuras difíceis como a cara de Beethoven, que é uma cara difícil... mas modelagem eu nunca havia pego... e a saudosa Dona Ninita, que era auxiliar do professor de Modelagem, me ensinou na hora o que eu tinha que fazer... e eu fiz... O curioso é que, naquela época, o aluno que tirava o primeiro lugar no vestibular recebia um cartão de cumprimentos do reitor e eu recebi esse cartão por ter tirado o primeiro lugar, quando na verdade eu fiz o vestibular sozinho.

Aos poucos, a escola e a própria universidade foram se adequando às normas vigentes no ensino superior. Foi instituído o Conselho Departamental e foi formada uma comissão composta pelos professores Dirceu Carneiro, Paulo Diniz de Oliveira Santos e Nórdia de Luna Freire, para elaborar o regimento desse conselho, que iria substituir a Congregação da Escola de Belas Artes e compor o Conselho Universitário, instalado no dia 16 de abril desse mesmo ano.

Algumas mudanças ocorreram na estrutura dos cursos oferecidos. Foi criado o Curso Geral de Arte I, básico para as primeiras séries, e a Especialização II, em Pintura, Escultura e Gravura, em Arte Decorativa e em Professorado de Desenho. Também foi alterada a média exigida para o ingresso nos referidos cursos.

Para o Curso Geral de Arte – denominado também de Curso Colegial Artístico –, exigiram somente a conclusão do curso ginasial ou equivalente e o preenchimento de uma ficha modelo fornecida pelo edital. Enquanto para a Especialização em Arte e para Professorado de Desenho – cursos chamados de graduação – exigiram a conclusão do curso secundário (ginasial, colegial ou equivalente) e o preenchimento de duas fichas modelos também fornecidas pelo edital. Na época, o curso secundário era dividido em dois ciclos, por isso havia a necessidade de preencher e apresentar essas fichas para a comprovação de conclusão dos ciclos. As fichas, no decorrer do tempo, foram substituídas pelo histórico escolar do aluno. Ou seja, à época, exigiu-se a comprovação de conclusão dos dois níveis de escolarização.

Inscreveram-se, nesse ano, onze candidatos para o Curso Geral de Arte, dos quais oito foram aprovados, dois não compareceram e um foi reprovado. Para a graduação, dos quinze inscritos, todos compareceram e um deles foi reprovado. Mais uma vez sobraram vagas para os cursos oferecidos na Escola de Belas Artes.

Se entendermos que a desobediência à legislação quanto à escolaridade mínima exigida para o ingresso numa escola de nível superior tinha o objetivo de talvez aumentar o número de candidatos, podemos deduzir que a estratégia não funcionou, retratando, provavelmente, os interesses e as concepções da sociedade sobre arte e sobre o ensino da arte.

Vencida mais uma etapa, o ano de 1963 chegou ao fim com atropelos e alguns avanços, mas muita coisa ainda estava por acontecer.

1964: o tempo não para

Para o vestibular de 1964, as inscrições foram de 2 a 20 de janeiro, conforme Edital n. 13, de 21 de dezembro de 1963.

O país e, principalmente, o sistema universitário brasileiro passavam por momentos muito delicados, que refletiram na Escola de

Belas Artes. A professora Elizabeth Manguiera Cabral nos relatou como foi sentir de perto os reflexos da situação política vivida no país:

Foi barra. Eu era presidente do DA [Diretório Acadêmico] na revolução. Aquela coisa. Aqueles interrogatórios. Eu tive que passar por aquilo tudo... Nós tínhamos muito papel, muita coisa. E dias antes de estourar aquela revolução, tinha um funcionário, o Américo, que trabalhava junto conosco, era funcionário da Escola de Belas Artes, mas trabalhava conosco no diretório... E eu, dias antes, tinha pedido pra ele jogar fora alguns papéis. E você sabe que ele quase foi envolvido porque ele tinha jogado fora e até queimado alguns papéis... então acharam que tinha alguma célula comunista ali... Eu tive que ser interrogada não sei quantas vezes... Eu assinei a culpa, fui eu que mandei queimar, jogar fora... era propaganda, revista, papel velho... Quando fui assinar, estava tudo invertido, queriam envolver o funcionário... Nessa época de revolução, uma colega foi presa...

Rumores sobre uma intervenção do governo federal atingiam principalmente as ações ou projetos em andamento e que dependiam de autonomia para execução (BORGGO, 1995).

Embora fosse um momento de crise no país, a Escola de Belas Artes continuou sua caminhada. As informações sobre essa caminhada estão nos documentos listados a seguir, eles nos serviram de guia na condução desta pesquisa:

Quadro 14 – Documentos emitidos no ano de 1964

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 01	09/01/64	Informa sobre o período de inscrição para o vestibular.
Ofício n. 02	09/01/64	Informa sobre a criação do curso específico de Escultura.
Carta/pedido	Janeiro	Solicita a renovação contratual de professores e instrutores.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 07	03/03/64	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para Walter Lopes Thurler.
Ofício n. 08	03/03/64	Informa o número de vagas ofertado pela EBA.
Ofício n. 09	10/03/64	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Pintura para Yacy Mattos de Souza Cardoso.
Ofício n. 13	18/03/64	Solicita instrutores e relaciona os professores.
Ofício n. 17	24/03/64	Apresenta Seliégio Gomes Ramalho como instrutor de ensino da cadeira de Modelagem.
Ofício n. 18	24/03/64	Apresenta Lea Gomes Brasil como instrutora de ensino da cadeira de Desenho de Croquis.
Ofício n. 19	25/03/64	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Decoração para Rosaly Jacob Saade.
Ofício n. 22	30/03/64	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para Delaide Maria Merlo.
Ofício n. 24	30/03/64	Solicita cópia dos regimentos internos aos secretários das Escolas de Belas Artes dos estados: CE, PE, BA, MG, GB ² , SP, PR, RS.
Ofício n. 25	04/04/64	Comunica ao professor Moacir Fernandes de Figueiredo a aprovação do seu currículo.
Ofício n. 27	04/04/64	Informa o número de inscritos nos vestibulares de 1963 e 1964.
Ofício n. 31	17/04/64	Sugere ao prefeito municipal a criação de uma galeria de arte.
Ofício n. 35	20/04/64	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para Regina Lúcia Musiello.
Ofício n. 54	20/04/64	Trata da colação de grau dos formandos em 1963, realizado no dia 21 de março às 10 horas.
Ofício n. 76	12/08/64	Trata da designação da professora Deusnar Barcellos Silva para compor a comissão de reforma do regimento da escola.
Ofício n. 80	17/08/64	Trata da documentação de Deusnar Barcellos Silva para prover o cargo de professora.
Ofício n. 84	27/08/64	Apresenta ao diretor da Escola Técnica de Vitória a aluna Ubiraci Bastos Bittencourt, que está se oferecendo para estágio.

Continua

2 A sigla é do antigo estado de Guanabara, que existiu de 1960 a 1975, e corresponde ao atual território do município do Rio de Janeiro.

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 95	12/09/64	Encaminha ao embaixador da Bolívia no Brasil as informações sobre a Escola de Belas Artes.
Ofício n. 99	16/09/64	Solicita à direção do Hospital São Pedro autorização para que os alunos possam desenhar nas varandas e sacadas do hospital.
Ofício n. 154	Data ilegível	Trata da resposta da direção do Hospital São Pedro autorizando o uso dos espaços solicitados.
Ofício n. 118	20/11/64	Trata da indicação do professor Dirceu Carneiro para presidir a comissão organizadora do concurso vestibular de 1965.
Ofício n. 130	21/12/64	Encaminha ao inspetor seccional de Vitória os históricos dos alunos aprovados no último concurso de habilitação para os cursos de graduação e Colegial Artístico.
Discurso	09/12/64	Discurso de encerramento da exposição de trabalhos escolares da EBA.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

É relevante destacar que, em abril desse ano, o currículo do professor Moacir Fernandes de Figueiredo foi aprovado para a cadeira de Escultura, um fato de grande contribuição para a ampliação das disciplinas no currículo da escola. A professora Elizabeth Mangueira relatou que “o Moa vinha do Rio de Janeiro praticamente para me dar aula. É por isso que eu aprendi muito também. Até vir o Moa, só se fazia Modelagem, não se fazia Escultura”.

Para encerrar o ano letivo, a exposição anual dos alunos, nos mesmos moldes das anteriores, foi realizada de 6 a 9 de dezembro, no saguão do Edifício Fábio Ruschi, conforme o Discurso de Encerramento.

1965: outras ações e expectativas

Fechando o ano de 1964, pelo Edital n. 7, de 23 de dezembro de 1964, divulgaram-se as inscrições para o concurso de habilitação para as primeiras séries dos cursos de Pintura, Escultura e Gravura, Arte Decorativa, Professorado de Desenho e Curso Colegial Artístico. A escolaridade exigida chama a atenção: a conclusão do primeiro

ciclo do curso secundário (ensino fundamental I) ou equivalente e o preenchimento de uma ficha modelo fornecida pelo edital para o ingresso no Curso Colegial Artístico; e a conclusão do segundo ciclo do curso secundário (ensino fundamental II) ou equivalente e o preenchimento de outra ficha modelo fornecida pelo edital para as demais graduações, as fichas tinham a mesma função que hoje tem o histórico escolar.

O referido edital foi para a oferta dos cursos em 1965 e trouxe algumas diferenças, por exemplo, o curso nomeado como Curso Geral de Arte I passou a ser Curso Colegial Artístico. Não foi feita nenhuma referência à especialização em Artes e Professorado de Desenho como cursos separados, ao contrário, esses cursos foram agrupados em um mesmo bloco denominado Graduação.

Entre os doze candidatos inscritos para cursos de graduação, Marina Ramos Neves, inscrita e aprovada para o curso de Arte Decorativa, merece destaque pelo seu envolvimento no diretório acadêmico na condição de aluna, sua atuação enquanto professora do Centro de Artes e pelo seu desempenho na Pró-Reitoria de Graduação. É uma pessoa que marcou a trajetória da Escola de Belas Artes e do Centro de Artes. Quando entrevistada sobre o ingresso e vivência na Escola de Belas Artes, a então professora Marina, relembrou o passado, disse o seguinte:

Eu tinha vontade de fazer Arquitetura, não consegui, não tinha aqui, então fui fazer Decoração... Era um curso de elite, eu nunca fui elite... me meti naquele meio e adorei aquilo ali, e eu me identifiquei, como aluna, trabalhando como representante estudantil...

Em 1965, o diretor da Escola de Belas Artes, professor Raphael Samú, em documento encabeçado pelo Ofício n. 28, para atender à solicitação do presidente da Comissão de Anais da Ufes, forneceu um panorama da estrutura e do funcionamento da escola. Por mais que a universidade tenha sido federalizada, nos documentos

continuou a constar, temporariamente, o nome estadual da instituição, como o ofício que se segue.

Apesar das condições frágeis do original, foi possível realizar a leitura. Segue sua transcrição na íntegra, inclusive a estrutura das tabelas:

Ao presidente da Comissão de Anais da UES/Universidade do Espírito Santo, atendendo ao of. 1/65:

Cadeiras	Professores	Instrutores
Perspectiva, Sombras e Estereocotomia	Hilton Dei Guadagnin	Oliézi Modolo
Pintura	Nórdia de Luna Freire	-----
Desenho de Croquis	Zeny Alves de Albuquerque	Lea Gomes Brasil
Desenho Artístico	Zeny Alves de Albuquerque	Aédi Faria Machado
Desenho de Modelo Vivo	Maurício Salgueiro Felisberto de Souza	Maria Helena Lindenberg Ferreira Coelho
Geometria Descritiva I	Idebaldo José dos Santos	Carlos Pedro Lozer Fundão
Geometria Descritiva II	Dirceu Carneiro	-----
Arquitetura Analítica	Christiano Woelffel Fraga	-----
História da Arte	João Vicente Salgueiro Felisberto de Souza	Vera Lúcia Pimenta Leal Reis
Decoração de Interiores	Marcello Vivacqua	Maria Cecília Jahel Nascif
Composição Decorativa	Jerusa Margarida Gueiros Samú	Mârcia Martins de Moraes
Gravura	Raphael Samú	-----
Escultura	Moacir Fernandes de Figueiredo	-----
Anatomia e Fisiologia Artística	Paulo Diniz de Oliveira Santos	-----
Modelagem	Carlo Crepaz	Seliégio Gomes Ramalho

RELAÇÃO DE CONCLUDENTES:

ANO – 1961

Mara Thereza Pretti	Curso Arte Decorativa
José Antonio Carvalho	Curso Professorado de Desenho

ANO – 1962

Maria Cecília Jahel Nascif	Curso Arte Decorativa
Maria da Penha Espíndula Rabello	Curso Arte Decorativa
Vera Lúcia Fundão Pimenta	Curso Arte Decorativa
Delaide Maria Merlo	Curso Professorado de Desenho
Heloisa Helena Almeida Gomes	Curso Professorado de Desenho
Walter Lopes Thurler	Curso Professorado de Desenho

ANO – 1963

Ivone Maria Batista Loureiro	Curso Arte Decorativa
Lenize Mazzei	Curso Arte Decorativa
Seliêgio Gomes Ramalho	Curso Arte Decorativa
Regina Lúcia Mussiello	Curso Professorado de Desenho

ANO – 1964

Ubiraci Bastos Bittencourt	Curso Professorado de Desenho
Ronaldo Conde	Curso Professorado de Desenho
Ilária Mendonça Rato	Pintura
Teresa Elizabetta de Valente Nicoletti	Curso Arte Decorativa
Ana Ângela Neves	Curso Arte Decorativa
Elizabeth Mangueira Cabral	Curso Arte Decorativa
Margarida Maria Del Caro	Curso Arte Decorativa
Maria do Carmo Paiva Pedrosa	Curso Arte Decorativa

ALUNOS MATRICULADOS POR SÉRIE:

Curso de Graduação:

1ª série = 14 alunos

2ª série = 12 alunos

3ª série = 7 alunos

4ª série = 6 alunos

Curso Geral de Arte:

1ª série = 8 alunos

CURSOS EM FUNCIONAMENTO:

Curso de Graduação:

1. Arte Decorativa
2. Pintura
3. Gravura
4. Professorado de Desenho
5. Escultura

Geral de Arte:

Cursos previstos

No Curso de Graduação:

1. Artes Industriais
2. Cerâmica
3. Mosaicos

Decisões tomadas pela Congregação:

Ata de 10/01/1964 – Plano das atividades da Escola para o referido ano.

Ata de 03/02/1964 – Aprovação do Currículo da Escola, elaborado pelo Prof. Hilton Dei Guadagnin.

Ata de 09/03/1964 – Proposta do Departamento de História da Arte – Aquisição do Museu Capixaba pela U.E.S.

Ata de 23/04/1964 – Inclusão das Cadeiras de Desenho Técnico e Escultura no Currículo da Escola.

Ata de 16/05/1964 – Criação da Prova denominada de “Recuperação”, cuja finalidade foi de auxiliar o aluno que, por motivo justo, perdesse uma ou mais provas.

Assina,

Raphael Samú

Diretor

Diante desse panorama e também do que consta em outros documentos, observamos o quanto era reduzido o número de alunos, o que lhes propiciava praticamente um atendimento individual pelos professores e instrutores.

Esse número reduzido de alunos matriculados se deveria à expectativa de um curso livre – sem concurso de ingresso –, como afirma no relatório, em 1957, o então diretor Francisco Árabe Filho? Não. Tal hipótese não se sustenta, porque, passados quase dez anos, a escassez de alunos ainda era um problema e, principalmente, porque em 1965, a EBA já era uma instituição de ensino superior, regida por legislação federal, o que a impediria de incorporar estudantes por outras vias que não fosse o concurso.

Dessa forma, naquele momento, restou para reflexão a afirmação da professora Marina, que, em seu depoimento, parafraseando a professora Ana Mae Barbosa, disse: “era um curso de elite”.

Outras informações sobre o ano de 1965 foram encontradas em ofícios, que estavam divididos em duas pastas. A primeira (Quadro 15) continha os documentos expedidos para instituições em geral; a segunda (Quadro 16), ofícios enviados à reitoria. Cabe reforçar que o resumo apresentado nos cabeçalhos desses documentos nos fornece um breve panorama do desenrolar da história.

Quadro 15 – Documentos emitidos no ano de 1965

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 02	05/01/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para Heloisa Helena Almeida Gomes.
Ofício n. 03	11/01/65	Informa ao Serviço Central de Bibliotecas da UES que Geralda da Penha Herzog, Coracy Coelho Leal e Antonia Maia Vianna vinham prestando serviço na biblioteca e estão à disposição para estágio.
Ofício n. 07	02/02/65	Informa à direção executiva da Capes que a EBA oferece os cursos de Arte Decorativa, Pintura, Escultura, Gravura e Professorado de Desenho.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 08	03/02/65	Solicita à Junta Médica Oficial os exames de Vera Lúcia Pimenta Leal Reis para prover o cargo de instrutora de ensino.
Ofício n. 08	12/04/65	Relaciona as disciplinas e os professores e os instrutores de cada uma delas para o presidente da Comissão de Anais da UES. Relaciona também os concludentes nos anos de 1961, 1962, 1963 e 1964, apresenta o número de alunos matriculados por série, em cada curso, e anexa as atas com as decisões tomadas pela congregação no ano de 1964.
Ofício n. 32	28/04/65	Envia ao Diretório Central dos Estudantes da UES a relação dos alunos da EBA.
Ofício n. 34	03/05/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para Ronaldo Conde.
Ofício n. 38	04/05/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para José Antonio de Carvalho.
Ofício n. 39	04/05/65	Informa à Assessoria Parlamentar do MEC o número de alunos matriculados em cada série de cada curso e o número de professores da escola.
Ofícios n. 40, 41 e 42	09/05/65	Solicita à Junta Médica Oficial os exames de Juremes Marques, Marbelícia Neves e Tereza Alves Fernandes para proverem o cargo de modelo.
Ofício n. 44	14/05/65	Solicita à Escola de Música do Espírito Santo a colaboração para criar um curso de Música.
Ofícios n. 54 e 55	21/05/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão dos diplomas de Decoração para Maria do Carmo Paiva Pedrosa e Margarida Maria Del Caro.
Ofício n. 63	02/06/65	Informa ao diretor da Secretaria de Educação Superior do MEC sobre o regimento da escola.
Ofício n. 66	08/06/65	Comunica a Ilária Mendonça Martins Rato sua indicação para o cargo de instrutora de ensino superior.
Ofício n. 67	11/06/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Pintura para Ilária Mendonça Martins Rato.
Ofício n. 68	11/06/65	Relaciona os professores e instrutores de ensino.
Ofício n. 76	15/06/65	Solicita à Junta Médica Oficial os exames de Ilária Mendonça Martins Rato para prover o cargo de instrutora de ensino.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 83	21/06/65	Reitera à Imprensa Nacional o pedido do Ofício n. 54/1965.
Ofícios n. 84 e 85	21/06/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão dos diplomas de Decoração para Tereza Elizabetta de Valente Nicoletti e Elizabeth Manguieira Cabral.
Ofícios n. 88 e 89	28/06/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão dos diplomas de Professorado de Desenho para Ubiraci Bastos Bittencourt e Regina Célia Gomes Pimentel.
Ofício n. 148	29/11/65	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Decoração para Seliégio Gomes Ramalho.
Ofício n. 149	28/09/65	Referencia a escola pela primeira vez como Escola de Belas Artes da Ufes, encaminhando ao diretor da Faculdade de Direito da Ufes.
Ofício n. 182	19/11/65	Solicita à Junta Médica Oficial os exames de Tereza Elizabetta de Valente Nicoletti para prover o cargo de instrutora de ensino superior.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Quadro 16 – Ofícios enviados à reitoria em 1965

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 18	26/01/65	Solicita renovação de contrato do professor João Vicente Salgueiro Felisberto de Souza para a cadeira de História da Arte de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
Ofício n. 19	26/01/65	Solicita renovação de contrato do professor Moacir Fernandes de Figueiredo para a cadeira de Escultura de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
Ofício n. 20	26/01/65	Solicita renovação de contrato da instrutora de ensino Lea Gomes Brasil para a cadeira de Desenho de Croquis de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
Ofício n. 21	26/01/65	Solicita renovação de contrato do instrutor de ensino Seliégio Gomes Ramalho para a cadeira de Modelagem de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
Ofício n. 31	02/02/65	Encaminha a relação de professores.
Ofício n. 34	02/02/65	Informa que, durante as férias do diretor Raphael Samú, assumiu o vice-diretor, professor Hilton Dei Guadagnin.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 41	11/02/65	Solicita assinatura do histórico escolar da aluna Ubiraci Bastos Bittencourt.
Ofício n. 48	17/02/65	Solicita assinatura do histórico escolar do aluno Ronaldo Conde.
Ofício n. 56	10/03/65	Reassume a direção o professor Raphael Samú.
Ofício n. 64	10/03/65	Convite para a aula inaugural do ano letivo.
Ofício n. 65	10/03/65	Encaminha para registro o diploma de Professorado de Desenho de Heloisa Helena Almeida Gomes.
Ofício n. 68	17/03/65	Solicita assinatura do histórico escolar de Regina Célia Gomes Pimentel e encaminha outros documentos.
Ofício n. 106	23/04/65	Solicita um servente para a unidade de ensino.
Ofício n. 115	06/05/65	Encaminha o relatório do primeiro concurso de habilitação de 1965.
Ofício n. 116	19/05/65	Encaminha o relatório do segundo concurso de habilitação de 1965.
Ofício n. 132	26/05/65	Encaminha a relação dos servidores.
Ofício n. 145	07/06/65	Encaminha o regimento interno da EBA (não conseguimos localizá-lo).
Ofício n. 156	07/06/65	Encaminha a frequência da modelo Tereza Alves Fernandes.
Ofício n. 166	11/06/65	Faz referência à aquisição de uma área para localizar a escola.
Ofício n. 176	19/06/65	Entre as solicitações, destaca-se a necessidade de um servente caracterizado como "pessoa de porte atlético" diante da natureza do serviço a ser prestado.
Ofício n. 177	21/06/65	Encaminha para registro o diploma de Ronaldo Conde.
Ofícios n. 194, 195, 196 e 197	14/07/65	Solicitam renovação de contrato dos instrutores de ensino Vera Lúcia Pimenta Leal dos Reis, Maria Cecília Jahel Nascif, Seliégio Gomes Ramalho e Lea Gomes Brasil.
Ofício n. 198	14/07/65	Solicita renovação de contrato da servente Joana da Vitória dos Santos.
Ofício n. 203	29/07/65	Encaminha o termo de exercício do servente José Joaquim dos Santos.
Ofício n. 217	13/08/65	Faz referência ao currículo mínimo para o curso de Licenciatura em Desenho.
Ofício n. 221	20/08/65	Informa a diretoria do Diretório Acadêmico.
Ofício n. 225	24/08/65	Faz referência à criação do curso de Arquitetura.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 227	26/08/65	Envia relação de alunos matriculados.
Ofício n. 239	16/09/65	Envia frequência dos modelos Juremes Marques e Marbelícia Neves.
Ofício n. 249	24/09/65	Encaminha para registro o diploma de Professorado de Desenho de José Antonio de Carvalho.
Ofício n. 263	06/10/65	Dirigido ao magnífico reitor da Ufes, professor Fernando Duarte Rabelo.
Ofícios n. 273 e 274	14/10/65	Encaminham para registro os diplomas de Professorado de Desenho de Regina Célia Gomes Pimentel e Ubiraci Bastos Bittencourt.
Ofício n. 288	14/10/65	Encaminha para registro o diploma de Decoração de Seliégio Gomes Ramalho.
Ofício n. 292	05/11/65	Relaciona as disciplinas e os horários dos professores.
Ofício n. 299	13/11/65	Trata da necessidade de ampliação do espaço da EBA.
Ofício n. 304	19/11/65	Encaminha para registro o diploma de Professorado de Desenho de Walter Lopes Thurler.
Ofício n. 305	19/11/65	Trata da “nomeação por acesso” de Maria Helena Lindenberg Fernandes Coelho.
Ofício n. 308	26/11/65	Trata da ampliação da escola.
Ofício n. 309	26/11/65	Encaminha para registro o diploma de Decoração de Tereza Elizabetta de Valente Nicoletti.
Ofícios n. 310, 311 e 312	29/11/65	Tratam da renovação contratual dos professores João Vicente Salgueiro Felisberto de Souza para História da Arte, Moacir Fernandes de Figueiredo para Escultura e Deusnar Barcellos da Silva para Desenho Técnico, a partir de 1º de janeiro de 1966.
Ofícios n. 313, 314 e 315	29/11/65	Tratam da renovação contratual dos instrutores de ensino Seliégio Gomes Ramalho para Modelagem, Maria Cecília Jahel Nascif para Decoração de Interiores e Vera Lúcia Pimenta Leal Reis para História da Arte, a partir de 1º de janeiro de 1966.
Ofício n. 317	1º/12/65	Encaminha a indicação de Tereza Elizabetta de Valente Nicoletti para instrutora de ensino da cadeira de Gravura.
Ofício n. 318	03/12/65	Encaminha para registro o diploma de Pintura de Ilária Mendonça Martins Rato.
Ofício n. 321	07/12/65	Encaminha para registro o diploma de Professorado de Desenho de Márcia Martins de Morais.
Ofício n. 323	07/12/65	Encaminha o currículo dos diversos cursos da escola.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 324	14/12/65	Solicita a renovação contratual da instrutora de ensino Ilária Mendonça Martins Rato para a cadeira de Pintura, a partir de 1º de janeiro de 1966.
Ofício n. 335	30/12/65	Relaciona os formandos em Arte Decorativa: Luiza de Abreu Castro, Maria Lucia de Arruda Santos e Tereza Norma Borges de Oliveira.
Ofícios n. 336, 337 e 338	30/12/65	Solicitam renovação contratual dos modelos Tereza Alves Fernandes, Juremes Marques e Marbelícia Neves, a partir de 1º de janeiro de 1966.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Pela análise dos ofícios relacionados à estrutura curricular e, principalmente, a programas de ensino, concluímos algo corroborado pelos depoimentos dos entrevistados: os cursos serviam para desenvolver habilidades práticas.

No ano de 1965, o professor João Vicente Salgueiro Felisberto de Souza, que trabalhava também na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, ministrou a aula inaugural no dia 19 de março para abrir o ano letivo, com o tema: “O movimento dadá e a *pop art*”, discutindo, portanto, um tema atual em sua época.

No Ofício n. 39, de 4 de maio de 1965, enviado ao MEC, a escola apresentou o número de alunos matriculados, o número de professores e a situação funcional de cada um deles:

Ofício n. 39/1965 - 4/5 Vitória

Do Diretor da Escola de Belas Artes da U.E.S.

À Assessoria Parlamentar do MEC - Sylvia Bastos Tigre. Assunto: seu ofício nº 280.

Acusamos em nosso poder, a recepção de seu ofício supramencionado, que nos apressamos em respondê-lo.

Relativamente ao requerimento de informações nº 780, formulado pelo senhor Lauro Cruz, que veio capeando o dito expediente, informamos o seguinte:

Item 1 - Número de alunos matriculados por curso:

- Arte Decorativa: 24
- Professorado de Desenho: 9
- Pintura: 3
- Gravura: 3

Item 2 - Número de alunos matriculados na 1ª série por curso:

- Arte Decorativa: 7
- Pintura: 2
- Professorado de Desenho: 0
- Gravura: 0

Item 3 - Número de docentes de cada curso:

- Arte Decorativa: 13
- Pintura: 12
- Professorado de Desenho: 10
- Gravura: 12
- Escultura: 13

Item 4 - Professores catedráticos interinos: 09

Aguardando nomeação pelo governo federal: 3

Professores contratados: 3

Instrutores de ensino superior: 9

Na certeza de termos prestado os esclarecimentos desejados, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. S.^a nossas mais cordiais saudações.

O ano de 1965 também aparece como aquele em que ocorrem os primeiros ensaios para criar e incluir o curso de Arquitetura entre aqueles oferecidos pela escola. A professora Marina Ramos Neves contribuiu ao relatar esse episódio de quando era representante estudiantil no Diretório Acadêmico (DA):

Houve uma época em que um grupo de técnicos resolveu montar um curso de Arquitetura. Aí foi uma briga, a escola era muito pequenininha... todo mundo queria o curso de Arquitetura, só que não queria que fosse dentro da Escola de Belas Artes. Tinha que ser

numa estrutura maior, para não engolir a nossa escola. Isso aconteceu lá na [Avenida] César Hilal, Edifício São Jorge, terceiro andar. A professora Nórdia, que era artista plástica, era a diretora da escola e se identificava com o grupo de engenheiros e arquitetos. Ela se juntou com o grupo de engenheiros e arquitetos para, enquanto diretora, criar um curso de Arquitetura dentro da Escola de Belas Artes, e os artistas se juntaram aos alunos para irem contra essa ideia... Não era ir contra o curso de Arquitetura, era que a nossa estrutura não comportava mais um curso, ainda mais de Arquitetura, um curso de peso. O nosso medo era que engolisse o curso de Belas Artes. Então foi uma briga... e nós acabamos ganhando.

A professora reforçou uma preocupação levantada por Francisco Campos, em 1931, com os cursos de Arquitetura *versus* os de Belas Artes, na exposição de motivos da Reforma de Ensino Superior de sua autoria (FÁVERO, 1980, p. 148).

Segundo Borgo (1995), o processo de reforma foi retomado na Ufes no ano de 1966 e, para tanto, foi constituída a Comissão de Planejamento, para pensar um plano de reestruturação da universidade. Ao mesmo tempo, “os responsáveis pela política educacional do país esboçaram as primeiras diretrizes gerais de uma nova organização para o ensino superior brasileiro” (BORGO, 1995, p. 74).

O plano de reestruturação da universidade se originou nas ideias do professor Rudolph P. Atcon, que, após visita à Ufes em julho do referido ano, foi contratado com a finalidade de criar e orientar esse projeto (BORGO, 1995). Na proposta de Atcon, a instituição seria constituída de sete centros: Centro de Estudos Gerais; Centro Tecnológico; Centro Cibernético; Centro Biomédico; Centro Agropecuário; Centro Artístico; e Centro Esportivo. Esses centros agrupariam os departamentos segundo os campos ou áreas afins de conhecimento e seriam coordenados por um órgão centralizador de deliberações superiores, responsável pelo traçado das normas para as atividades didáticas e de pesquisa (ROMANELLI; IGLÉSIAS, 1978).

Essa proposta atendia ao projeto de reforma do governo federal. Nesse período, o país passava por um momento de grande agitação e repressão política contra intelectuais e a classe estudantil.

É nesse contexto que a representação estudantil capixaba, através do Diretório Central dos Estudantes (DCE), resolveu apoiar a classe universitária brasileira, que clamava por greve geral. Os alunos da Escola de Belas Artes reagiram contrariamente à greve. Mais uma vez, o depoimento da professora Marina Ramos Neves nos ajudou a compreender o acontecido:

A gente fez uma assembleia e ia haver uma greve e todos os diretórios se reuniram para decidir sobre entrar ou não em greve... e nós nos reunimos e a Escola de Belas Artes decidiu por não entrar em greve... ou seja, naquela época a escola era muito conservadora... eu era presidente do DA e por maioria se decidiu por não entrar em greve. Eu não sei se porque o poder aquisitivo da maioria dos alunos era alto. Então, não era mesmo um grupo social que se envolvesse com questões políticas. Era um grupo conservador, filhos de pessoas conservadoras, por isso a decisão de não entrar em greve.

De acordo com as informações colhidas dos demais entrevistados, não houve participação expressiva de alunos da Escola de Belas Artes no movimento estudantil da década de 1960. O que ocorreu de fato foi a adesão do DCE, ou seja, do órgão representativo dos alunos da universidade como um todo.

1966: o que nos aguardava para esse ano

Para as informações desse período, os documentos do arquivo do Centro de Artes continuaram sendo substanciais. Eles estavam acondicionados em pastas cujas identificações de data e numeração dificultaram a organização das ideias, porque estavam confusas ou equivocadas. Vejamos:

Quadro 17 – Documentos emitidos no ano de 1966

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 01	03/01/66	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Decoração para Lenize Mazzei.
Ofício n. 06	06/01/66	Trata da comissão organizadora do vestibular de 1966.
Ofício n. 16	11/03/66	Solicita mudança na estrutura administrativa.
Ofício n. 17	15/03/66	Envia à Capes a resposta de questionário.
Ofício n. 23	23/03/66	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Professorado de Desenho para Maria da Glória Lopes Monteiro Lobato Galvão de São Martinho.
Ofício n. 18	17/03/66	Trata das disciplinas oferecidas pela Fafi.
Ofício n. 67	26/03/66	Solicita à Junta Médica Oficial os exames do professor Maurício Salgueiro Felisberto de Souza para prover o cargo de professor catedrático interino.
Ofícios n. 30 e 31	04/04/66	Solicita à Imprensa Nacional a impressão dos diplomas de Decoração para Tereza Borges de Oliveira e Maria Lucia de Arruda Santos.
Ofício n. 33	13/04/66	Solicita à Imprensa Nacional a correção no decreto publicado.
Ofício n. 39	20/04/66	Relaciona os professores e instrutores da escola.
Ofício n. 47	04/05/66	Fornece esclarecimentos para a matrícula.
Ofício n. 56	11/05/66	Trata do currículo do curso de Professorado de Desenho.
Ofício n. 63	07/06/66	Comunica que Solano Martins Faria foi aceito para reger a cadeira de Anatomia e Fisiologia Artística.
Ofício n. 64	07/06/66	Comunica que Tereza Borges de Oliveira foi aceita como auxiliar de ensino da cadeira de Desenho Artístico.
Ofício n. 65	07/06/66	Comunica que Maria Lucia de Arruda Santos foi aceita como auxiliar de ensino da cadeira de História da Arte.
Ofício n. 69	08/06/66	Solicita à Junta Médica Oficial os exames de Solano Martins Faria para prover o cargo de professor.
Ofício n. 73	20/06/66	Solicita à Junta Médica Oficial os exames de Ronaldo Conde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 75	25/06/66	Solicita à Junta Médica Oficial os exames de Nórdia de Luna Freire para prover o cargo de diretora.
Ofício n. 79	30/06/66	Informa que o professor Solano Martins Faria substituiu o professor Paulo Diniz de Oliveira Santos na cadeira de Anatomia e Fisiologia Artística.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 86	25/06/66	Informa os cursos da escola.
Ofício n. 89	05/08/66	Encaminha um parecer federal.
Ofício n. 91	30/08/66	Trata da instalação de uma comissão para organizar o funcionamento do curso de Arquitetura.
Ofício n. 98	30/08/66	Solicita à Imprensa Nacional a impressão do diploma de Decoração para Luiza de Abreu Castro.
Ofício n. 106	13/09/66	Relata as condições de funcionamento dos cursos da escola.
Ofício n. 198	13/10/66	Solicita à Junta Médica Oficial os exames para o professor João Vicente Salgueiro Felisberto de Souza prover o cargo de professor.
Ofício n. 211	29/10/66	Envia ao consulado da República Federal da Alemanha informações sobre a Escola de Belas Artes da Ufes.
Ofício n. 220	22/11/66	Trata da comissão organizadora do vestibular de 1967.
Ofício n. 235	22/12/66	Informa que José Antonio de Carvalho foi aceito como auxiliar de ensino da cadeira de Arquitetura Analítica.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Quadro 18 – Ofícios encaminhados à reitoria em 1966

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 05	06/01/66	Relaciona os professores.
Ofício n. 61	30/03/66	Sugere a admissão de Naira Saade de Almeida.
Ofício n. 90	04/05/66	Solicita a contratação de modelo.
Ofício n. 99	17/05/66	Informa o número de alunos.
Ofício n. 105	24/05/66	Relaciona os diretores da EBA.
Ofício n. 106	25/05/66	Trata das necessidades da escola.
Ofício n. 114	03/06/66	Apresenta a lista tríplice para a eleição de diretor.
Ofício n. 198	27/09/66	Relaciona os professores fundadores da escola.
Ofício n. 202	07/10/66	Relaciona os componentes do conselho departamental.
Ofício n. 221	27/10/66	Relaciona as disciplinas e o currículo de cada uma delas.
Ofício n. 236	29/11/66	Trata da previsão de pessoal para 1967 e 1968.
Ofício n. 258	29/12/66	Encaminha a escala de férias do pessoal administrativo.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Na pasta identificada como documentos de diferentes datas e assuntos diversos estavam apenas dois ofícios:

Quadro 19 – Outros documentos emitidos no ano de 1966

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 06	25/06/66	Comunica a assunção da diretora Nórdia de Luna Freire.
Ofício n. 08	12/08/66	Solicita aos professores levantamento de prioridades.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Segundo o Ofício n. 211, de 29 de outubro de 1966 – que foi enviado ao consulado da República Federal da Alemanha e assinado pela diretora, professora Nórdia de Luna Freire –, a Escola de Belas Artes contava com 112 alunos matriculados nos diversos cursos oferecidos nesse ano de 1966; embora contasse com um número razoável de alunos, a escola se manteve alijada do contexto político e não se manifestou em relação ao momento em que a maioria das universidades brasileiras sofria as consequências da efervescência política que assolava o país. No ofício em questão, a direção solicitou ao referido consulado informações sobre bolsas de estudos, além de doação de material retratando paisagens e reproduções de obras artísticas daquele país.

É também nesse contexto que, novamente e desta vez mais bem estruturadas, foram retomadas as ideias para a organização do curso de Arquitetura e, com esta finalidade, foi instalada uma comissão composta de professores da escola.

A EBA, que passava por um período considerado de crescimento pelos entrevistados, precisava de ajustes principalmente para atender às mudanças contidas nos planos do governo federal de reestruturação do ensino superior brasileiro. Nesse sentido, é apresentada uma lista tríplice composta pelos professores Nórdia de Luna Freire, Christiano Woelffel Fraga e Idebaldo José dos Santos para que fosse apontado o novo diretor da Escola de Belas Artes. Dessa lista, a escolhida para dirigir a escola no período seguinte foi a professora Nórdia.

Ainda no ano de 1966, no mês de dezembro, José Antonio de Carvalho, embora não fosse arquiteto, foi aceito para o cargo de auxiliar de ensino da cadeira de Arquitetura Analítica, o que pôde ser comprovado em seu depoimento:

O professor Christiano Fraga me chamou para ser assistente dele em Arquitetura Analítica... Isso aconteceu em 66, ele pediu licença para fazer uma viagem de estudos à Itália e me deixou regendo a cadeira. Depois ele foi chamado pelo reitor para fazer parte de um setor administrativo da universidade, não sei se tomar conta da parte de obras. Nessa época, a universidade estava se preparando para mudar para o *campus* universitário. Estavam construindo... e ele passou dois anos fora da cadeira... eu regi a cadeira 66, 67, sem contrato.

1967: algumas inovações

O ano de 1967 se iniciou trazendo algumas inovações. Muitos ofícios foram localizados, alguns deles estavam datados de modo desordenado e estavam direcionados a instituições distintas, por exemplo, MEC ou reitoria. No Quadro 20, eles foram ordenados usando como referência a data de expedição:

Quadro 20 – Documentos emitidos no ano de 1967

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 07	03/01/67	Encaminha José Antonio de Carvalho para exames de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 11	12/01/67	Encaminha informações sobre os cursos oferecidos.
Ofício n. 16	25/01/67	Trata da indicação de José Antonio de Carvalho para a cadeira de Arquitetura Analítica.
Ofício n. 18	26/01/67	Solicita cessão de espaço para ampliação da escola.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 21	20/02/67	Encaminha Wallace Fernando Neves para exames de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 01	23/02/67	Apresenta o horário escolar.
Ofício n. 34	01/03/67	Relaciona os formandos.
Ofício n. 36	02/03/67	Relaciona os professores interinos e contratados.
Ofício n. 64	04/04/67	Relaciona os candidatos inscritos e os aprovados em 1967.
Ofício n. 26	06/03/67	Relaciona os aprovados no concurso de habilitação de 1967.
Ofício n. 41	07/03/67	Relaciona os professores, as disciplinas e os instrutores.
Ofício n. 61	28/03/67	Relaciona os alunos matriculados.
Ofício n. 64	04/04/67	Relaciona os candidatos inscritos e os aprovados em 1967.
Ofício n. 60	10/04/67	Encaminha Lenize Mazzei para exames de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 61	11/04/67	Encaminha cópia do Parecer n. 494/1960 e currículo de Marcello Vivacqua.
Ofício n. 72	12/04/67	Indica Yara Campos da Rocha Mattos para monitora da cadeira de Pintura.
Ofício n. 75	14/04/67	Indica Elizabeth Manguiera Cabral para monitora da cadeira de Escultura.
Ofício n. 61	11/04/67	Encaminha cópia do Parecer n. 494/1960 e currículo de Marcello Vivacqua.
Ofício n. 65	13/04/67	Apresenta Júlio Cezar Grandi Ribeiro para exame de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 85	27/04/67	Solicita reajuste de salário para os modelos.
Ofício n. 87	04/05/67	Trata da indicação de Wallace Fernando Neves para auxiliar da cadeira de Desenho de Modelo Vivo.
Ofício n. 99	16/05/67	Altera a designação da instrutora Ilária Mendonça Martins Rato.
Ofício n. 100	16/05/67	Trata das comemorações de aniversário da escola.
Ofício n. 108	01/06/67	Notícia a morte do professor Solano Martins Faria.
Ofício n. 121	09/06/67	Trata da efetivação da professora Zeny Alves de Albuquerque como professora fundadora da cadeira de Desenho de Croquis.
Ofício n. 135	20/06/67	Encaminha frequência dos monitores.
Ofício n. 143	27/06/67	Solicita a renovação contratual dos auxiliares de ensino.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 10	20/07/67	Encaminha projeto de departamentalização.
Ofício n. 182	24/07/67	Comunica que não haverá vestibular para o Curso Colegial Artístico.
Ofício n. 165	28/08/67	Encaminha programa de ensino.
Ofício n. 179	22/09/67	Encaminha cópia do estudo para implantação do curso de Arquitetura.
Ofício n. 255	02/10/67	Trata do orçamento da escola para o período 1967-1970.
Ofício n. 257	04/10/67	Trata da substituição das aulas do professor Solano Martins Faria pelo professor Wallace Fernando Neves.
Ofício n. 12	04/10/67	Lembrete sobre o Conselho Departamental.
Ofício n. 207	13/10/67	Solicita permanentes para visita à Bienal.
Ofício n. 233	20/11/67	Trata da comissão organizadora do concurso de habilitação de 1968.
Ofício n. 302	20/11/67	Encaminha relatório de atividades em 1967.
Ofício n. 306	23/11/67	Relaciona os candidatos e a banca do concurso de 1967
Ofício n. 309	27/11/67	Solicita publicação do edital para o vestibular de 1968.
Ofício n. 239	22/11/67	Trata da realização do vestibular.
Ofício n. 241	25/11/67	Solicita documentação complementar à professora Freda Cavalcanti Jardim.
Ofício n. 242	27/11/67	Trata da instalação da cadeira de Iniciação às Artes Industriais.
Ofício n. 14	29/11/67	Propõe regime integral para professores.
Ofício n. 250	29/11/67	Trata das exigências para certificado de conclusão do Curso Colegial Artístico.
Ofício n. 315	05/12/67	Trata das exigências para o ingresso no Curso Colegial Artístico.
Ofício n. 328	19/12/67	Convite para a colação de grau dos formandos 1967.
Ofícios n. 277 e 278	29/12/67	Tratam dos estudos para a implantação da cadeira de Fotografia.
Ofício n. 280	29/12/67	Trata da reorganização do Curso Colegial Artístico.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Entre os principais fatos ocorridos no ano de 1967, evidenciam-se a nova composição do pessoal da escola para atender aos docentes e aos discentes. São indicados para assumir o cargo de auxiliar

de ensino alguns ex-alunos: Wallace Fernando Neves, José Antonio de Carvalho, Lenize Mazzei e Júlio Cezar Grandi Ribeiro (nessa ordem). As indicações foram justificadas pela necessidade de atender à demanda e às especificidades das disciplinas, bem como pelo número de alunos matriculados.

Ao analisar essas indicações, observamos que esses alunos foram aqueles que se destacavam na disciplina para a qual foram indicados e que por muitas vezes assumiam as aulas como se fossem os titulares das chamadas cadeiras.

Nesse ano, criou-se um projeto de departamentalização da escola e formulou-se uma nova proposta de criação do curso de Arquitetura.

Entre as inovações apresentadas, pode ser considerado como elemento de expansão da escola a solicitação para que a professora Freda Cavalcanti Jardim apresentasse documentos complementares no intuito de efetivar sua contratação. Essa solicitação foi justificada pela instalação da cadeira de Iniciação às Artes Industriais no currículo da escola para o ano seguinte.

Sobre essa e outras inovações foi a própria professora Freda Jardim³ inicialmente quem nos falou, no interior de sua casa, que na época era um verdadeiro ateliê:

Eu fui convidada por um professor daqui que era o Maurício Salgueiro. Eu dava aula no Rio. Eu entrei com uma questão com o MEC sobre artes industriais, eu era professora de artes, mas não tinha uma titulação... e aqui na Escola de Belas Artes me apareceu essa titulação de catedrática de Artes Industriais. Quando eu cheguei aqui, eu vi um povo cheio de criatividade, querendo saber... que eu não via em outras escolas. Então eu fui me entusiasmando e fui ficando. Foram doze anos indo e vindo. E quando me aposentei fiquei aqui de vez. Era uma escola de arte acanhadinha,

3 A professora Freda Cavalcanti Jardim, de renome internacional, já falecida, contribuiu muito para a trajetória da Escola de Belas Artes do Espírito Santo.

num apartamento de um prédio, com carteiras escolares. Não era um lugar próprio pra arte. A boa vontade das pessoas é que fazia funcionar. Dessa época, é José Antonio, Maurício Salgueiro, João Salgueiro, a Jerusa, Samú. O MEC queria pôr nas artes industriais somente metal, madeira, cerâmica, eletricidade e desenho. Quando eu vim, o mosaico e a tapeçaria não faziam parte do currículo, isso tudo foi introduzido por mim, e aos poucos. Chegou um momento que eu tive duzentos alunos, aí eu disse que queria cinco assistentes. Eu reunia todo mundo numa sala, dava uma explicação geral e depois distribuía em várias turmas com os assistentes. Mas antes eu dava uma aula para os assistentes sobre o assunto.

O depoimento da professora Elizabeth Mangueira Cabral nos trouxe mais informações sobre a vinda da professora Freda Jardim:

Naquela época não tinha esses quatro departamentos, era uma coisa só. Então a Freda veio daquele jeito... no final de semana, porque ela era professora no Rio. Então ela vinha no final de semana, dava aula pra nós, nós ajudamos Freda. Eu, Dilma, Tereza, Naylo Cabral Coutinho, que já morreu... A Freda nos dava aula e a gente dava aula durante a semana pros alunos. Foi assim que começou o aproveitamento de materiais, pois foi com a disciplina da Freda que se iniciou a criação e feitura de mosaicos com materiais pouco tradicionais.

Além das ideias trazidas pela professora Freda Jardim, um outro fato considerado inovador são os estudos que foram realizados com o objetivo de implantar a cadeira de Fotografia. E quem nos relatou alguns pontos desse processo foi o professor Wallace Fenando Neves:

Fotografia surgiu em função da atuação do DA. Inicialmente os professores Maurício Salgueiro, o Moa, Moacir de Figueiredo, o apoio de Freda Jardim e também João Vicente Salgueiro. Quando

foi proposta a inclusão da disciplina Fotografia, o grupo de professores de arte foi vencido pelo poderio dos técnicos. Foi antes de 68. Na época, era presidente do DA, uma das mais atuantes, Stella Helena Denardi. Ela propõe e foi voto vencido. Os técnicos achavam que fotografia não tinha significado. Uma professora achava que fotografia pertencia às chamadas artes menores, não justificando a inclusão enquanto disciplina. O Maurício queria fazer o nosso laboratório de fotografia. E ele acabou fazendo junto com o diretório. O equipamento foi comprado a duras penas. Era a Stella Denardi a presidente do DA. O Maurício foi orientando e ela foi comprando os equipamentos com dinheiro arrecadado com festas. Nós fazíamos uma festa todo ano. A direção da escola não se envolveu, ela não queria a disciplina de Fotografia, que era uma coisa tão óbvia. Planejou-se na surdina introduzir Fotografia, que era imprescindível para todo o processo de representação gráfica que viria a eclodir na nossa época. Ao apresentar os programas das disciplinas para o ano seguinte, o Maurício Salgueiro colocou num dos temas gerais Representação Gráfica no Plano: Desenho de Modelo Vivo e Fotografia como matéria. Foi um arranjo que ele colocou.

Esses e outros fatos considerados como inovações, segundo os professores entrevistados, se refletem em alguns dos trabalhos vistos na exposição em comemoração ao 26º aniversário da escola. Segundo eles, pode-se perceber nas composições nuances de uma nova concepção pedagógica. Além da pedagogia tradicional, são inegáveis as presenças do escolanovismo e da livre expressão.

Sabemos que nesse período que antecedeu à Reforma Universitária, o país vivia uma movimentação política autoritária, de perseguição aos movimentos estudantis, que clamavam principalmente por maior número de vagas nas escolas públicas. Entretanto, a Escola de Belas Artes, mesmo compondo a universidade, continuava isolada, sem participar dos movimentos, com diferenças na estrutura e nas exigências para o ingresso.

É dessa forma que as necessidades da EBA e as questões gerais foram sendo resolvidas, dando-nos a impressão de que o cotidiano da escola era formado por fragmentos ou ilhas isoladas, de que o currículo era montado para atender aos interesses e às habilidades deste ou daquele professor. Nesse contexto, o Curso Colegial Artístico foi reorganizado para atender às exigências de um curso superior. Wallace Fernando Neves, em caráter de emergência, assumiu as aulas de Anatomia e Fisiologia Artística, diante do falecimento prematuro do professor Solano Faria.

No ano de 1967, ainda permanecia a obrigatoriedade de a cada ano letivo ser solicitada pela direção da escola a renovação contratual dos professores para as respectivas cadeiras, que seriam oferecidas de acordo com o programa de cada curso, pois cada contrato correspondia à cadeira/disciplina que seria lecionada naquele ano.

Esse mesmo procedimento era adotado para a contratação dos modelos, como ocorreu com Tereza Alves Fernandes, Juremes Marques e Marbelícia Neves, que auxiliavam principalmente nas aulas de Desenho de Modelo Vivo. A contratação de modelos perdurou até o início da década de 1990 e mais uma vez a professora Elizabeth Manguiera Cabral trouxe, em seus relatos, aspectos interessantes dessa função que fez parte da história da Escola de Belas Artes e que foi extinta das aulas de Desenho do Centro de Artes:

A gente tinha modelo vivo. Tinha três modelos contratados, eles faziam parte do grupo de funcionários da Escola de Belas Artes. Eles vieram da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Três mulheres que vieram do Rio, depois foi contratado mais um rapaz daqui de Vitória. Depois de um certo tempo, duas foram embora e uma ficou até se aposentar trabalhando na secretaria. Ela reivindicou o posto dela de funcionária, já que modelo vivo não tinha mais. Ela já tinha casado, tinha filhos e também não queria mais posar e reivindicou ser funcionária e se aposentou como funcionária.

Fechando o ano de 1967, iniciou-se o processo de efetivação da professora Zeny Alves de Albuquerque, na condição de professora fundadora da cadeira de Desenho de Croquis. A nomeação como professor fundador foi um dos benefícios contidos, na época, no Plano de Carreira do Magistério Superior.

A Escola de Belas Artes ia trilhando seus caminhos, enquanto a crise instalada na educação brasileira se fazia mais forte. A “ajuda” internacional é facilmente percebida nas reformas de ensino que supervalorizavam as áreas tecnológicas e o treinamento específico, em detrimento da formação geral e das áreas das humanidades e ciências sociais.

Os acordos assinados a partir de 1964 entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, comumente chamados MEC/Usaid, traduziam em sua essência uma política de dominação estrangeira, à qual os estudantes reagiram.

E, em 1967, a crise estudantil chegou ao seu ponto mais alto. O governo federal criou mecanismos para desestabilizar os diretórios acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes e instalou a Comissão Meira Matos, para avaliar a crise e intervir nas universidades. Wallace Fernando Neves resumiu em poucas palavras como foi para ele o reflexo dessa crise na Escola de Belas Artes:

A repressão política do AI-5 e da revolução... eu não vi nenhum problema para a Escola de Belas Artes... Só vimos algumas reações em termos de produção, de representação gráfica, que por si só falam.

O que a Comissão Meira Matos propôs para resolver a situação coincidiu com todas as propostas dos acordos de ajuda internacional e foi registrado no denominado Relatório Meira Matos (ROMANELLI; IGLÉSIAS, 1978), que estruturou as leis e decretos que antecederam e sustentaram a Reforma Universitária de 1968.

1968: fatos que constituem uma nova realidade

Algumas mudanças importantes aconteceram e elas refletiram em todos os níveis da educação brasileira. Baseado no modelo dos institutos centrais norte-americanos, o governo federal procedeu à Reforma Universitária, através da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa lei exigia que o ensino superior fosse oferecido preferencialmente em universidades, cabendo ao Conselho Federal de Educação estudar e fixar as diretrizes para definir as regiões e os estabelecimentos de ensino superior existentes que seriam contemplados nesse modelo de aglutinação (ROMANELLI; IGLÉSIAS, 1978).

A lei e o Decreto n. 62.997, do mesmo ano, instituíram a Reforma Universitária pensada pelo Estado populista que fez da Universidade de Brasília um centro de treinamento de estudos superiores, de forma que tivesse repercussão em todo o território nacional. Essa proposta tinha um caráter de urgência para conter a participação política de estudantes e professores universitários, que seriam silenciados mais tarde pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5). Um verdadeiro clima de terror foi instituído, onde “qualquer pessoa, a qualquer momento, sem razão válida, poderia ser presa, torturada e até mesmo assassinada” (WEREBE, 1994, p. 78). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, encabeçou a lista das universidades a serem atingidas pela Reforma Universitária. A oferta de matrícula para os cursos deixou de ser anual e a universidade foi organizada em centros. Objetivando maior produtividade e economia na aplicação de recursos, a menor fração universitária passou a ser o departamento, que congrega as disciplinas afins (BORGO, 1995).

Do mesmo modo que as outras universidades brasileiras, a Ufes passou por grande reformulação. Atendendo às propostas da reforma, a universidade foi reestruturada em centros subdivididos em departamentos, que, a partir de então, ofereceriam seus cursos com matrícula por períodos em vez da seriação prevista na lei anterior. A documentação examinada serve de comprovação dos fatos e providências de adaptação da escola à nova realidade:

Quadro 21 – Documentos emitidos no ano de 1968

Documento	Data	Assunto
Ofícios n. 01, 02, 03 e 04	03/01/68	Solicita aos professores a colaboração na realização do vestibular.
Ofício n. 182	04/01/68	Apresenta informações sobre a escola.
Ofício n. 13	23/01/68	Relaciona os inscritos no concurso de habilitação e a respectiva banca examinadora.
Ofício n. 14	26/01/68	Encaminha edital do vestibular.
Ofícios n. 20, 21 e 22	07/02/68	Tratam da criação de novos setores na EBA.
Ofício n. 27	13/02/68	Apresenta a relação das cadeiras por departamento.
Ofício n. 36	06/03/68	Trata da aprovação do currículo da professora Freda Cavalcanti Jardim.
Ofício n. 31	08/03/68	Encaminha Freda Cavalcanti Jardim para exames de saúde para prover o cargo de professora.
Ofício n. 32	11/03/68	Encaminha Dilma de Barros Góes Batalha para exames de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofícios n. 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40	12/03/68	Tratam do enquadramento dos professores.
Ofício n. 42	13/03/68	Encaminha Helvécio Musso Leal para exames de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 49	25/03/68	Encaminha José Vianna Beleza para exames de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 51	28/03/68	Informa que Maria Cecília Jahel Nascif substituirá Marcello Vivacqua.
Ofício n. 52	28/03/68	Informa que José Antonio de Carvalho substituirá o professor Christiano Woelffel Fraga.
Ofício n. 56	03/04/68	Solicita autorização para que a professora Freda comece a lecionar.
Ofício n. 64	13/05/68	Encaminha Elizabeth Mangueira Cabral para exames de saúde para prover o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 104	28/05/68	Solicita autorização para que Dilma de Barros Góes Batalha comece a lecionar na cadeira de Decoração de Interiores como auxiliar de ensino.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 113	03/06/68	Relaciona os professores para a formação de comissões das disciplinas afins.
Ofícios n. 131, 132 e 133	14/06/68	Encaminham títulos de nomeação dos professores Jerusa Margarida Gueiros Samú, Raphael Samú e Nórdia de Luna Freire.
Ofícios n. 144 e 145	26/06/68	Encaminham títulos de nomeação dos professores Maurício Salgueiro Felisberto de Souza e Idebaldo José dos Santos.
Ofícios n. 150, 151, 152 e 153	29/06/68	Solicitação de autorização para viagem e ajuda financeira aos auxiliares de ensino: José Antonio de Carvalho, Maria Helena Lindenberg Fernandes Coelho, Tereza Norma Borges de Oliveira e Maria Lucia de Arruda Santos.
Ofício n. 155	02/07/68	Solicitação de renovação contratual.
Ofício n. 156	02/07/68	Indica Elizabeth Manguiera Cabral para auxiliar de ensino da cadeira de Escultura.
Ofício n. 171	13/07/68	Solicita autorização para que Elizabeth Manguiera Cabral comece a lecionar.
Ofício n. 261	09/10/68	Encaminha título de nomeação do professor Marcello Vivacqua.
Ofício n. 187	08/11/68	Trata da decisão de não realizar vestibular para o Curso Colegial Artístico.
Ofício n. 214	18/11/68	Informa ao Serviço Nacional de Informações sobre os professores.
Ofício n. 07	26/11/68	Convite para o aniversário da escola.
Ofício n. 317	03/12/68	Solicita informações sobre mudança para o <i>campus</i> .
Ofício n. 337	18/12/68	Solicita a contratação de modelos.
Ofício n. 236	12/12/68	Convite para a colação de grau dos formandos de 1968.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Conforme se pode ver, a Escola de Belas Artes já vinha realizando estudos com vistas a proceder às adequações curriculares e administrativas, propostas nas leis e decretos que antecederam à Lei n. 5.540, de 1968, principalmente no que se refere à departamentalização.

Nessa época, os professores foram enquadrados no sistema federal e a escola, que ainda funcionava no Edifício São Jorge, situado na Avenida César Hilal, começava a fazer planos de mudança para o espaço que fora destinado à universidade.

Esses planos vinham se fortalecendo desde 1966, quando a universidade começou a planejar a união das diferentes escolas em um *campus* e logo depois iniciou a construção no terreno desapropriado do Victoria Golf & Country Club, conhecido popularmente pelo nome Campo dos Ingleses.

1969: muitas expectativas, muito sendo feito, muito a realizar

Seguindo a análise, o arquivo do Centro de Artes continuou a ser a fonte utilizada para a comparação entre o oficial e o vivido para uma provável comprovação dos fatos.

Quadro 22 – Documentos emitidos no ano de 1969

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 01	06/01/69	Solicita publicação de edital do vestibular de 1969.
Ofício n. 08	10/01/69	Solicita a renovação contratual dos professores.
Ofício n. 14	31/01/69	Relaciona os candidatos e a banca do primeiro concurso de habilitação de 1969.
Ofício n. 36	25/02/69	Encaminha relação de professores.
Ofício n. 25	26/02/69	Trata da composição da banca do segundo concurso de habilitação de 1969.
Ofício n. 30	10/03/69	Informa o número de alunos da Escola de Belas Artes.
Ofício n. 67	17/03/69	Solicita informações sobre a assembleia de alunos.
Ofício n. 34	18/03/69	Encaminha Dilzete Alves Vieira para a função de monitora na cadeira de Pintura.
Ofício n. 46	29/03/69	Indica Rosalina Maria Petterle para ser monitora na disciplina de Pintura.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 47	02/04/69	Refere-se ao Cemuni como destinado à Escola de Belas Artes.
Ofício n. 96	09/04/69	Encaminha programa do vestibular de 1969.
Ofício n. 91	19/05/69	Trata das adaptações no espaço físico do Cemuni.
Ofício n. 114	19/05/69	Trata do Decreto n. 228, de 28 de fevereiro de 1967, e do Parecer n. 62/1969.
Ofício n. 156	17/06/69	Encaminha cópia de telegrama da justiça federal.
Ofício n. 103	27/05/69	Trata da substituição do diretor da EBA.
Ofício n. 163	23/06/69	Relaciona os concludentes nos cursos da escola.
Ofício n. 142	14/07/69	Trata da mudança para o Cemuni.
Ofício n. 147	21/07/69	Trata da entrega das chaves do prédio da Avenida Cezar Hilal.
Ofício n. 190	23/08/69	Propõe departamentalização.
Ofício n. 243	05/09/69	Solicita sala para exame preparatório.
Ofício n. 207	09/10/69	Apresenta justificativa para ocupação do Cemuni II.
Ofício n. 238	09/10/69	Relatório sobre a criação do curso de Arquitetura.
Ofício n. 260	20/10/69	Trata das disciplinas e do horário do professor Wallace.
Ofício n. 285	10/11/69	Solicita auditório para colação de grau.
Ofício n. 289	17/11/69	Trata da portaria que designa a comissão organizadora do concurso de habilitação de 1970.
Ofício n. 297	12/12/69	Trata sobre o edital do concurso de habilitação de 1970.
Ofício n. 316	13/12/69	Trata da Portaria n. 23, de 12 de dezembro de 1969, que regulamenta o concurso de habilitação.
Ofício n. 305	29/12/69	Informa sobre matrícula e rematrícula.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Conforme o Ofício n. 142, de 14 de julho de 1969, a Escola de Belas Artes se mudou da Avenida César Hilal para o atual *campus* em Goiabeiras, local onde no futuro iria compor o Centro de Artes.

Nessa ocasião, a escola contava com 184 alunos matriculados e frequentando, e o corpo docente, conforme previa o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, era constituído de professores

catedráticos, professores adjuntos, professores assistentes e auxiliares de ensino superior (FÁVERO, 1980).

Os depoimentos dos professores Aédi Machado, José Antonio de Carvalho e Maria Helena Lindenberg, respectivamente, mostram a realidade vivida por eles. Além de confirmar os dados, eles trouxeram a vivência e o olhar de cada um sobre situações que não estão explícitas ou contadas nos documentos formais analisados:

Era a Nórdia a diretora. Eu até ajudei a transportar muitas coisas. Não estavam prontos os Cemunis. Nós tivemos primeiro o que é o Defa [Departamento de Formação Artística] e depois o de lá onde é a secretaria, depois pegamos o Daid [Departamento de Artes Industriais e Decorativas] e depois o DAU [Departamento de Arquitetura e Urbanismo] (*Aédi Machado*).

Melhor é modo de dizer. A gente pegou aqui... o terreno todo inundado. Quando chovia, isso aqui ficava que era água pura, de fora a fora. Várias vezes nós atravessamos isso aí... com água quase até o joelho. Barro... em matéria de sala de aula, a gente estava bem. Havia precariedade embora as instalações fossem novas (*José Antonio de Carvalho*).

Os Cemunis receberam as Belas Artes por invasão. Nesse ponto a Nórdia foi avançada. Aquele prédio onde hoje é o Defa, foi Nórdia de Luna Freire quem invadiu. A escola foi instalada lá. Tudo muito precário. Os Cemunis não estavam planejados para ser a EBA, nós íamos ficar lá onde é o CEG [Centro de Estudos Gerais, atual Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)]. Tanto é que, em 71, o reitor Máximo Borgo quis nos convencer a ir pra lá. Os Cemunis estavam destinados inicialmente para o Curso de Direito e nós fomos pra lá por invasão (*Maria Helena Lindenberg*).

Embora o Decreto n. 63.577, de 8 de novembro de 1968, tenha estruturado a Ufes em oito centros – o de Estudos Gerais, o Pedagógico, o Tecnológico, o Agropecuário, o Biomédico, o de Educação Física e Desportos, o de Ciências Jurídicas e Econômicas e o de Artes (resultante da Escola de Belas Artes) –, a EBA foi transferida para o *campus* sem alterar a nomenclatura e sem que ainda fosse implantado o Centro de Artes, o que viria a ocorrer mais tarde, somente em 1972.

A maioria dos entrevistados afirmou que os Cemunis não foram construídos para alojar a Escola de Belas Artes, e sim a Faculdade de Direito, contradizendo o que está posto nos registros que antecedem à mudança para o *campus*, nos quais encontramos várias solicitações da diretora, professora Nórdia de Luna Freire, para que fossem providenciadas as adequações daquele espaço de acordo com as especificidades da escola (Ofício n. 134/1969).

No mês de setembro de 1969, a direção da escola apresentou à Comissão de Planejamento da Ufes sugestões de modificações acompanhadas de justificativas, principalmente no que dizia respeito ao tamanho e disposição das salas e outras dependências, tanto para o primeiro quanto para o segundo Cemuni, ocupados pela Escola de Belas Artes (Ofício n. 207/1969).

As ideias para a criação do curso de Arquitetura foram retomadas, muito mais fortalecidas nesse final de ano de 1969 (Ofício n. 238/1969), em concomitância com outros planos pensados para a nova década que se aproximava.

1970: um novo marco temporal para a Escola de Belas Artes

Os anos 1970 chegaram e permaneceu-se com a necessidade de realização de um segundo exame de habilitação para o mesmo ano, conforme os dados coletados nas entrevistas realizadas e alguns dos seguintes documentos listados no Quadro 23:

Quadro 23 – Documentos emitidos no ano de 1970

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 13	21/02/70	Trata do segundo exame de habilitação.
Ofício n. 23	05/03/70	Solicita impressão de diploma de Decoração para Maria das Graças Coelho Rangel.
Ofício n. 24	05/03/70	Encaminha Marina Ramos Neves e Maria Angélica Barbosa para o curso de licenciatura.
Ofício n. 25	17/03/70	Relaciona a banca examinadora do segundo concurso de habilitação.
Ofício n. 41	11/04/70	Trata da inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica.
Ofícios n. 52, 53, 54 e 55	15/04/70	Tratam da portaria que regulamenta a contratação de docentes.
Ofício n. 45	16/04/70	Trata da eleição para diretor e da departamentalização.
Ofício n. 53	14/05/70	Apresenta a previsão para 1971.
Ofícios n. 70, 71, 72, 73 e 74	15/05/70	Comunicam a prorrogação contratual dos professores.
Ofício n. 54	18/05/70	Apresenta a declaração da professora Freda Cavalcanti Jardim.
Ofício n. 75	25/05/70	Convida para o 19º aniversário da escola.
Ofício n. 75	09/06/70	Solicita autorização para um projeto em mosaico.
Ofício n. 84	24/06/70	Trata do edital de concurso para auxiliar de ensino.
Ofícios n. 94, 95 e 96	21/07/70	Comunicam a prorrogação de contrato de trabalho.
Ofício n. 99	27/07/70	Relaciona os nomes e endereços dos chefes de departamento.
Ofício n. 104	05/08/70	Relaciona os alunos por curso e série.
Ofício n. 124	26/08/70	Relaciona os alunos matriculados em 1969 e a situação de cada um.
Ofício n. 125	27/08/70	Trata de concurso para admissão de docentes.
Ofício n. 161	08/10/70	Trata da contratação de Maria Luiza Perota para organizar a biblioteca da escola.
Ofícios n. 168, 169, 170 e 171	09/11/70	Tratam da comissão organizadora do concurso de habilitação de 1971.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofícios n. 183 e 184	10/11/70	Tratam do vestibular de 1971.
Ofício n. 175	23/11/70	Faz referência ao ano de instalação da EBA.
Ofícios n. 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183 e 184	23/11/70	Tratam do apostilamento ⁴ dos professores.
Ofício n. 212	30/11/70	Trata da documentação para apostilamento dos professores.
Ofício n. 189	15/12/70	Trata da cidadania do professor Carlo Crepez.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Embora tenha sido realizado nos mesmos moldes dos anos anteriores, o concurso de habilitação/ vestibular de 1970 não teve todas as suas vagas preenchidas, então a escola realizou um segundo concurso.

Foram oferecidas sessenta vagas, distribuídas nos cursos de Professorado de Desenho, Arte Decorativa e Pintura, Escultura e Gravura. Comumente, os candidatos reprovados no primeiro concurso faziam uma nova tentativa por ocasião do segundo concurso e, na maioria das vezes, alcançavam êxito. Nesse sentido, a professora Marina Ramos Neves, em seu depoimento, fez referência às aulas preparatórias que continuavam sendo oferecidas aos candidatos à Escola de Belas Artes, no intuito de prepará-los para o ingresso no curso:

As provas eram difíceis. A gente continuava dando aula para os vestibulandos. Tinha aula das disciplinas técnicas e das disciplinas artísticas. O que caía no vestibular, modelagem, desenho artístico, geometria no espaço, desenho geométrico. Português, a gente não dava aula não.

4 Reconhecimento e validação dos diplomas e dos cargos ocupados pelos professores na instituição.

Essa era a realidade vivenciada no cotidiano da Escola de Belas Artes, enquanto a Ufes, no intuito de atender ao proposto na Lei n. 5.540/1968, estava elaborando um estatuto para definir os detalhes de sua organização administrativa e acadêmico-científica.

A professora Nórdia Freire, considerando a aproximação do término da sua gestão na função de diretora da Escola de Belas Artes e diante da ausência de definição por parte do Conselho Universitário, no sentido de encaminhar as eleições, consultou o reitor sobre a legalidade de um processo eleitoral nos moldes do regimento que vinha norteando a Escola de Belas Artes, uma vez que a escolha através de lista sêxtupla, prevista na Lei da Reforma Universitária, ainda não estava em vigor.

Nessa ocasião, a escola estava dividida em cinco departamentos, que agrupavam as disciplinas consideradas de maior afinidade. O Departamento I, chefiado pela professora Freda Cavalcanti Jardim, reunia as disciplinas: Pintura, Composição Decorativa e Iniciação às Artes Industriais. O Departamento II, sob a chefia do professor Moacir Fernandes de Figueiredo, oferecia as disciplinas: Escultura, Gravura e Modelagem. O Departamento III, chefiado pelo professor Wallace Fernando Neves, concentrava as disciplinas: Desenho de Modelo Vivo, Desenho Artístico, Desenho de Croquis e Anatomia e Fisiologia Artísticas. O professor Christiano Woelffel Fraga coordenava o Departamento IV, que agrupava as disciplinas: Arquitetura Analítica e História da Arte. Enquanto o Departamento V, chefiado pelo professor Idebaldo José dos Santos, oferecia as disciplinas: Perspectiva, Sombras e Estereotomia, Geometria Descritiva I, Geometria Descritiva II, Decoração e Desenho Técnico.

São providenciados concursos para auxiliares de ensino e para professores, porque a implantação da reforma, com oferta de matrícula por semestre, implicaria a necessidade de ampliação do quadro docente.

Ainda no decorrer do ano de 1970, numa clara demonstração de imposição da ideologia da ditadura, foi incluída no currículo da EBA a disciplina Educação Moral e Cívica, atendendo ao disposto em decreto de 12 de junho de 1969.

A Escola de Belas Artes encerrou o seu 19º ano de funcionamento na expectativa de implantação da Reforma Universitária, que previa, entre as diversas mudanças, a extinção da cátedra e a realização do vestibular unificado, que traria o vestibular classificatório, eliminando a nota mínima. Dessa forma, seriam aprovados tantos candidatos quantas fossem as vagas. Deixavam de existir os chamados “excedentes”.

1971: duas décadas da Escola de Belas Artes

São muitas as providências e encaminhamentos a serem realizados no ano de 1971 para atender ao acúmulo de regras e normas trazidas pelas novas exigências legais. Os breves resumos contidos nos documentos investigados ajudam a oficializar os ocorridos. Os documentos apresentaram números repetidos, caracterizando a existência de envios para diferentes destinatários, por essa razão foram listados na ordem das datas que foram escritos/enviados.

Quadro 24 – Documentos emitidos no ano de 1971

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 06	13/01/71	Trata da renovação contratual do professor Wallace Fernando Neves.
Ofício n. 09	13/01/71	Trata do apostilamento do professor Christiano Woelffel Fraga.
Ofício n. 10	14/01/71	Encaminha o quadro administrativo da escola.
Ofício n. 11	19/01/71	Nomeia José Antonio de Carvalho como responsável pela cadeira de Arquitetura Analítica.
Ofício n. 18	11/02/71	Relaciona os alunos da escola.
Ofício n. 22	11/03/71	Encaminha o relatório do concurso vestibular para fins de pagamento.
Ofício n. 42	13/04/71	Trata da criação do curso de Arquitetura.
Ofício n. 42	14/04/71	Trata da renovação contratual do professor Wallace Fernando Neves.
Ofício n. 51	30/04/71	Solicita maior número de professores para a escola.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 52	05/05/71	Trata da renovação contratual da professora Freda Cavalcanti Jardim.
Ofício n. 62	06/05/71	Encaminha históricos escolares.
Ofício n. 56	10/05/71	Indica Stella Helena Denardi Nogueira para o cargo de auxiliar de ensino.
Ofício n. 77	11/06/71	Convida para a posse do professor Seliégio Gomes Ramalho no cargo de diretor.
Ofício n. 65	15/06/71	Faz referência ao Centro de Artes.
Ofício n. 66	15/06/71	Trata da contratação de Stella Helena Denardi Nogueira como auxiliar de ensino da cadeira de História da Arte.
Ofício n. 86	21/06/71	Faz referência à Reforma Universitária.
Ofícios n. 89, 90 e 91	23/06/71	Convidam os professores Wilmar dos Santos Barroso, Carlos Augustus Costa Pacheco e Jorge Gerhard Faria Santos para estudar a departamentalização.
Ofícios n. 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101 e 102	23/06/71	Tratam da comissão para a realização do concurso de títulos.
Ofícios n. 76 e 77	02/07/71	Tratam da departamentalização do Centro de Artes.
Ofícios n. 111, 112 e 113	13/08/71	Encaminha ao MEC a relação dos alunos matriculados por série.
Ofícios n. 115, 116, 117, 118 e 119	17/08/71	Encaminham para exames de saúde Dilzete Alves Vieira Dias, Carmem Lúcia Guterres Có, Stella Helena Denardi Nogueira, Elizabeth Manguiera Cabral e Maria de Lourdes Raizer para provimento dos cargos de auxiliar de ensino.
Ofícios n. 117, 118 e 119	23/08/71	Tratam da contratação <i>ad referendum</i> dos auxiliares de ensino: Maria de Lourdes Raizer e Stella Helena Denardi Nogueira para Desenho de Modelo Vivo, e Elizabeth Manguiera Cabral para Escultura.
Ofícios n. 121 e 122	30/08/71	Tratam da contratação <i>ad referendum</i> dos auxiliares de ensino Carmem Lúcia Guterres Có e Dilzete Alves Vieira Dias.
Ofícios n. 126 a 146	02/09/71	Tratam das eleições e da obrigatoriedade da participação através do voto.

Continua

Documento	Data	Assunto
Ofício n. 142	22/09/71	Informa o número de vagas para cada curso oferecido.
Ofício n. 147	22/09/71	Informa a data de colação de grau dos formandos de 1971.
Ofício n. 190	06/11/71	Solicita a suspensão da contratação de Carmem Lúcia Guterres Có.
Ofício n. 209	16/11/71	Informa sobre as exigências para o vestibular de 1972.
Ofício n. 231	19/11/71	Solicita auditório para a colação de grau dos formandos.
Ofício n. 219	27/11/71	Trata da contratação de Carmem Lúcia Guterres Có.
Ofício n. 220	27/11/71	Trata das disciplinas do ciclo básico e do profissional.
Ofício n. 235	27/11/71	Dirigido à aluna Telma Maria de Assis Guimarães.
Ofício n. 236	27/11/71	Dirigido ao pai da aluna Telma Maria de Assis Guimarães.
Ofícios n. 235, 236, 237, 238 e 239	09/12/71	Tratam da renovação contratual dos professores João Vicente Salgueiro Felisberto de Souza para História da Arte, Deusnar Barcellos Silva para Desenho Técnico, Moacyr Fernandes de Figueiredo para Escultura, e dos auxiliares de ensino Ronaldo Conde para Desenho Técnico e Tereza Norma Borges de Oliveira para Desenho Artístico.
Ofício n. 254	28/12/71	Solicita subsídios para a implantação do curso de Arquitetura.
Ofício n. 125	10/09/71	Encaminha o programa das disciplinas do currículo.
Ofícios n. 150 a 182	Sem data	Oferecem estagiários para diversas empresas.
Ofícios n. 240 e 241	06/12/71	Tratam da organização do concurso de habilitação e da realização dos exames.

Fonte: Acervo do Centro de Artes da Ufes.

Tendo em mãos essas correspondências como fios condutores, foi possível constatar que, em 15 de junho de 1971, pelo Ofício n. 65, a escola foi identificada como Centro de Artes e que, no dia 2 do mês seguinte, o Ofício n. 76 tratou da departamentalização do centro, desfazendo a estrutura existente.

Dentro das normas estabelecidas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras e com base em um documento elaborado pela Comissão de Planejamento, o modelo de departamentalização foi aprovado em reunião pelos professores que iriam compor o Centro de Artes. Nessa reunião, realizada no dia 25 de junho, foi decidido que o referido modelo seria enviado à apreciação do Conselho Universitário, o que ocorreu em 2 de julho.

De acordo com o modelo aprovado, o Centro de Artes passou a ser dividido em quatro departamentos: Estudos Básicos; Formação Artística; Artes Plásticas; Artes Industriais e Decorativas. Cada departamento reuniu em si as disciplinas consideradas afins (Ofício n. 76/1971).

A disciplina História da Arte, ministrada pelo professor João Vicente Salgueiro Felisberto de Souza, até então não constava entre as disciplinas oferecidas nesses departamentos, pois, dentro da nova sistemática de ensino da Ufes – de aproximar nos centros as disciplinas afins –, ela acabou ficando sob a responsabilidade do Centro de Estudos Gerais (CEG), conforme Decreto n. 63.577, de 8 de novembro de 1968, que previa a redistribuição dos cargos do magistério.

Em meados de novembro, quando a Ufes estava se preparando para o primeiro vestibular unificado – previsto na Lei n. 5.540/1968 –, o Centro de Artes, embora não estivesse instalado, informou ao professor Ivantir Antonio Borgo, sub-reitor de assuntos acadêmicos, o número de vagas fixado para cada um dos cursos ministrados na unidade: trinta para Arte Decorativa e quinze para Professorado de Desenho. E, como novidade, apresentou Pintura, Escultura e Gravura como três cursos distintos e com cinco vagas para cada um deles, o que totalizava sessenta vagas oferecidas pelo Centro de Artes. Informou também que os candidatos ao vestibular de 1972 que manifestassem como primeira ou segunda opção o curso de Artes Plásticas ou de Professorado de Desenho deveriam submeter-se a uma verificação complementar de aptidão específica em desenho artístico e modelagem.

Para a opção de desenho, os candidatos deveriam confeccionar uma cópia realizada em carvão; para a de modelagem, uma cópia em barro. Ambas de um dos modelos de tema floral existentes no Centro de Artes.

Incluindo no programa do vestibular unificado esse exame de aptidão específica, o Centro de Artes manteve no vestibular desse ano a essência dos concursos de habilitação para o ingresso na Escola de Belas Artes, desde a sua criação em 1951.

Foram fixadas para o ano seguinte as disciplinas necessárias ao ciclo básico e profissional, com escala de pré-requisitos.

Paralelamente a todos esses acontecimentos, a escola continuou funcionando e mais uma vez foram retomados os estudos para a implantação do curso de Arquitetura, agora deixando de ser uma aspiração isolada e se tornando interesse da Ufes.

Só nesse ano é que, em face da Reforma Universitária, foi apresentada pela congregação do Centro de Artes uma lista sêxtupla para a eleição de diretor, sendo escolhido entre os nomes apresentados o professor Seliégio Ramalho, que assumiu a direção no dia 14 de junho de 1971.

Foi realizado um concurso de títulos para suprir vagas do quadro docente e a Escola de Belas Artes encerrou o ano ainda buscando subsídios para a implantação do curso de Arquitetura e oferecendo cursos de artes plásticas (Arte Decorativa, Pintura, Escultura e Gravura) e Professorado de Desenho.

Nesses vinte anos desde a criação da EBA, muito se realizou e muito ficou por realizar. No final de 1971, a reforma propriamente dita caminhou devagar, como fica evidente pela demora da instalação do Centro de Artes, que só ocorreu em 1972.

capítulo 5

Registros fotográficos para ficar na memória

Optei por trazer para este livro ofícios, cartas e outros documentos para ilustrar os fatos ocorridos ao longo das duas décadas vividas pela Escola de Belas Artes do Espírito Santo. Além dos documentos escritos, tive acesso às imagens que estavam no acervo do Centro de Artes da Ufes e pude, com permissão da professora Lea Gomes Brasil, digitalizar as fotografias que pertenciam a ela.

Para falar sobre os registros fotográficos e da presença deles aqui, é preciso justificar. Embora não nos tenha sido possível identificar as datas, pessoas ou os eventos, Kossoy (2001) destaca o papel importante da fotografia e a relevância de seu valor informativo enquanto documento, uma vez que ela, a fotografia, atua como um registro físico que contextualiza um momento da história. Ainda segundo Kossoy (2001, p. 155), “a fotografia tem feito parte indissociável da experiência humana”. Para ele, o registro dos fatos importantes é uma forma de os homens comprovarem suas trajetórias e realizações, como recordação e documentação da vida familiar, como meio de informar e divulgar fatos, como forma de divulgação artística e até mesmo como instrumento de pesquisa científica.

Nessa linha de pensamento, partimos do pressuposto teórico de que uma imagem fotográfica ganha importância como veículo

de informação na medida em que ela contextualiza a história em seus segmentos, sejam eles sociais, políticos, econômicos, religiosos, culturais etc. Para Freund e Frade (1989), a fotografia apresenta contexto histórico e cultural e, portanto, ultrapassa seus conceitos de registro histórico e se torna também um instrumento formador de opinião pública com capacidade de despertar diferentes leituras e visões de uma mesma realidade.

Assim, aqui são apresentadas imagens que traduzem momentos significantes da história da Escola de Belas Artes. Iniciamos apresentando as fotocópias das fotos pertencentes ao acervo particular da professora Lea Brasil.

Acervo da professora Lea Gomes Brasil

Os primeiros seis registros são cópias do acervo de fotografias da professora Lea Brasil. Na época, quando fui até sua casa – no Centro da cidade de Vitória – com a intenção de entrevistá-la, a professora me mostrou as fotos, mas não quis conceder uma entrevista. São fotos em que ela está presente, mas, por não querer ou talvez não lembrar, não identificou as outras pessoas ou o evento registrado.

Depois de muita insistência, ela concordou com o empréstimo das fotos para que fossem copiadas, desde que fossem devolvidas logo em seguida. O recurso utilizado para copiá-las foi a fotocópia em uma loja localizada bem próximo à residência da professora.

Na Figura 2, pode-se ver a identificação “V Jogos Universitários Capixabas – 1959”. A professora Lea Brasil é a quarta pessoa da esquerda para a direita.



Figura 2. V Jogos Universitários Capixabas – 1959

Na Figura 3, também com a identificação “V Jogos Universitários Capixabas – 1959”, a professora Lea é a segunda pessoa da direita para a esquerda.



Figura 3. V Jogos Universitários Capixabas – 1959

A Figura 4, embora não esteja com a identificação de jogos universitários, deduzimos que faça parte do mesmo evento. Na cena

representada, a professora Lea Brasil é a porta bandeira à direita após as figuras masculinas.



Figura 4

Não foi possível identificar o evento ou a data da Figura 5, a professora Lea Brasil é a quarta pessoa da direita para a esquerda dos participantes.



Figura 5

Na Figura 6, cujo evento retratado aparenta ser uma celebração ou comemoração em um ambiente interno, a professora Lea Brasil é a primeira pessoa da fileira de trás da direita para a esquerda.



Figura 6

Na Figura 7, em que consta a data de maio de 1957, a professora Lea Brasil é a segunda pessoa sentada da esquerda para a direita.



Figura 7

Acervo do Centro de Artes da Ufes

As imagens a seguir são fotocópias das fotos encontradas no acervo do Centro de Artes da Ufes. Essas fotos não estavam organizadas, não apresentavam datas e não tinham legendas que identificassem as pessoas ou o evento registrado. Assim, a numeração sequencial delas não apresenta necessariamente a ordem dos fatos.

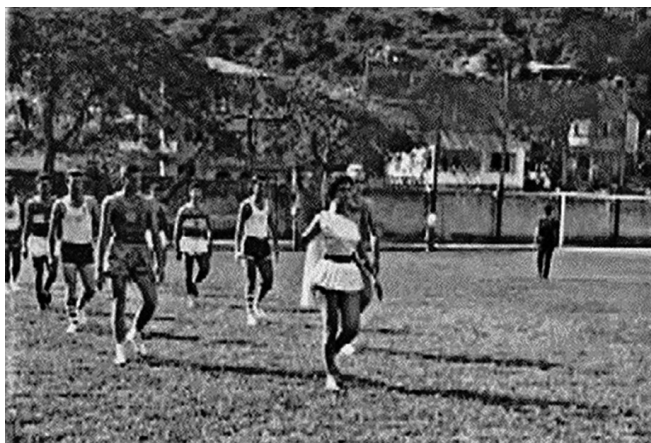


Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12

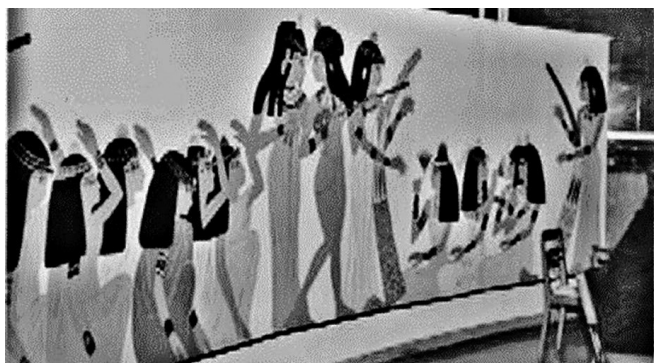


Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16

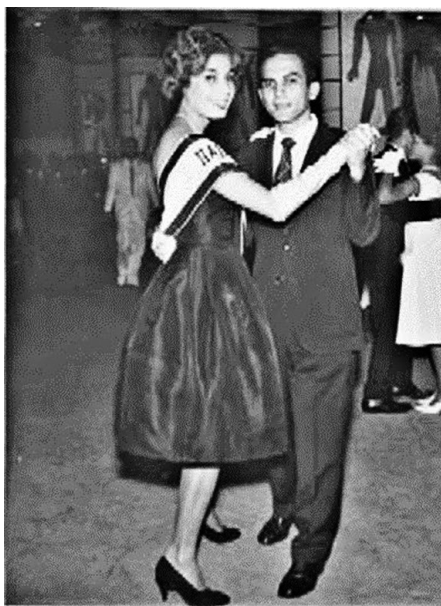


Figura 17



Figura 18



Figura 19



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26



Figura 27



Figura 28



Figura 29



Figura 30

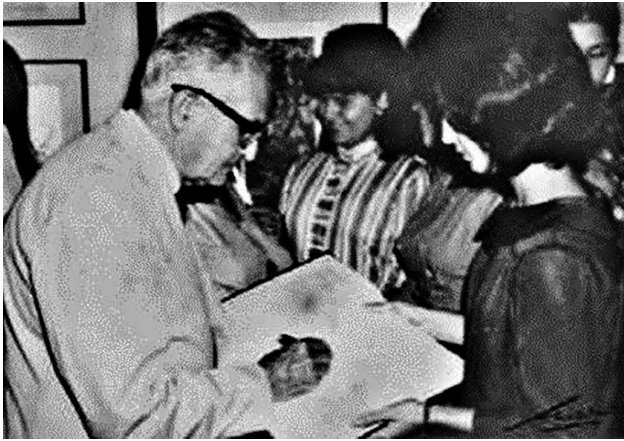


Figura 31



Figura 32



Figura 33



Figura 34



Figura 35

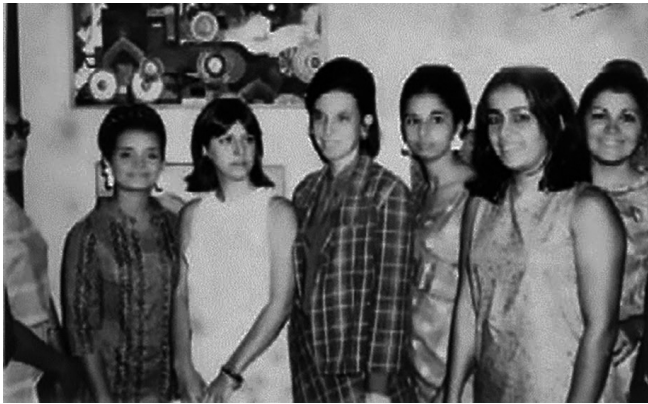


Figura 36



Figura 37



Figura 38



Figura 39



Figura 40



Figura 41



Figura 42



Figura 43



Figura 44



Figura 45



Figura 46

para concluir

Ao final deste livro, reconheço e reafirmo o quanto foi e ainda é difícil o caminho do resgate histórico. Um estudo dessa natureza requer, por parte dos pesquisadores, um trabalho muitas vezes parecido com a construção de um mosaico, que exige muita paciência, atenção e cuidado tanto no momento de escolher e juntar as peças quanto na composição final, quando os fragmentos formam um todo que pode ser observado, analisado e principalmente percebido e sentido.

Durante todo o processo de elaboração deste conteúdo, desde o momento das primeiras leituras, percebi que os recursos ao meu alcance seriam a análise documental e a história oral.

Aos poucos, foi-se firmando em mim a certeza de que o objetivo não seria proceder uma análise histórico-sociológica do ensino de arte na Escola de Belas Artes. Minha proposta foi a de resgatar o que fosse possível da história da Escola de Belas Artes, no período que vai de 1951, ano da sua criação, a 1971, quando se encerra um capítulo e se inicia uma nova história, o surgimento de Centro de Artes. Para tanto, foi necessário recorrer a outros períodos da história da educação brasileira, o que inclui a do Espírito Santo, buscando uma melhor compreensão do contexto econômico, político, social e cultural vivido pela Escola de Belas Artes nesse período.

Para analisar a trajetória do ensino da arte capixaba, detive-me principalmente na história do ensino superior nos âmbitos nacional

e estadual, sobre os quais se pode afirmar: o ensino superior brasileiro nasceu de forma impositiva e deficitária. Na esfera estadual, ou seja, no Espírito Santo, não foi diferente. A educação superior capitava, instaurada em 1930, também se iniciou de forma impositiva, com proposta profissionalizante para atender à elite em ascensão.

Mesmo não tendo a pretensão de esgotar o conhecimento sobre o assunto, foi necessário recorrer a vários autores, pois a bibliografia é vasta principalmente sobre a história da educação brasileira.

Quanto às concepções estéticas e artísticas, meu aporte foram os escritos de Ana Mae Barbosa, uma pesquisadora pioneira sobre o ensino de arte no Brasil, e outros autores, a maioria seguidores de Barbosa, buscando subsídios que facilitassem o meu entendimento das situações específicas sobre o ensino de artes e de desenho que estão postas nos documentos ou presentes nas entrevistas daqueles que foram os principais atores ao longo dos vinte anos da Escola de Belas Artes.

A bibliografia pesquisada, os documentos analisados e as fotografias, junto das entrevistas concedidas pelos ex-alunos e também ex-professores Aédi Faria Machado, Elizabeth Manguiera Cabral, Freda Cavalcanti Jardim, José Antônio de Carvalho, Lea Brasil, Maria Helena Lindenberg Coelho, Marina Ramos Neves, Tereza Norma Borges de Oliveira, Wallace Fernando Neves, foram fundamentais para entender as implicações que dizem respeito ao contexto histórico, político, social, estético e artístico vividos nessa escola de arte, possibilitando algumas afirmações e indagações.

As dificuldades encontradas inicialmente para o funcionamento da escola (demora da autorização para funcionamento, espaço físico inadequado, reduzido número de alunos) são da natureza político-administrativa de um ambiente que estava impregnado das concepções sobre arte presentes na sociedade em geral e nos meios educacionais da época. O pequeno número de alunos matriculados nesse período reflete as concepções e dúvidas principalmente no que diz respeito à aplicabilidade do ensino da arte no mercado de trabalho de uma economia desenvolvimentista.

De 1951, ano de sua criação, até 1956, a Escola de Belas Artes funcionou em regime estadual, aparentemente sem normas a serem cumpridas, enquanto aguardava autorização do governo federal para se tornar uma instituição de ensino superior. Era um curso livre em amplo sentido.

Após a autorização federal para o funcionamento, ocorrida em outubro de 1956, e com o primeiro concurso de habilitação em 1957, a Escola de Belas Artes começou a ganhar estrutura de curso superior, embora o número de alunos continuasse baixo. Até 1970, a Escola de Belas Artes realizou dois concursos de habilitação a cada ano, na tentativa de preencher as vagas ociosas.

Por mais que tenha sido uma escola de arte, o currículo e a metodologia aplicados se apoiavam na pedagogia tradicional academicista, identificada nos conteúdos das provas dos concursos de habilitação, na organização e na metodologia das aulas, centrados na repetição e cópia de modelos preestabelecidos.

O fazer artístico não se encontrava pautado no espontaneísmo, que predominou no ensino de arte do final da década de 1940 em diante, levado pelos princípios do *laissez-faire* da Escolinha de Arte do Brasil de Augusto Rodrigues, mas em um ensino acadêmico em que “predominava uma estética mimética, isto é, mais ligada às cópias do natural e com apresentação de modelos para os alunos imitarem” (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 23). Concepção essa presente na academia e que serviu de modelo inclusive para a primeira Escola de Belas Artes do Brasil.

Nesses vinte anos compreendidos no recorte temporal, 1951 a 1971, a Escola de Belas Artes se apoiou nesse modelo acadêmico não só nos exames para o ingresso, mas também nas chamadas provas finais que eram aplicadas no final de cada ano letivo, quando era exigida a proficiência em Desenho Geométrico.

Nesse período de existência, a escola manteve seu objetivo de se profissionalizar. Para o ingresso no Curso Livre, oferecido inicialmente, a escolaridade mínima exigida era o primário completo, equivalente ao atual ensino fundamental. Para os cursos de Pintura,

Escultura e Gravura, inicialmente oferecidos em um só bloco, e Arte Decorativa, era exigido o ginásial ou primeiro ciclo do ensino secundário, equivalente ao atual ensino médio, enquanto para o curso de Professorado de Desenho exigia-se o secundário completo.

Nos cursos de Pintura, Escultura e Gravura e de Arte Decorativa, seriados e com duração de quatro anos, foram conferidos certificados de pintor, gravador e decorador. Curiosamente, não foram expedidos diplomas de escultor. Para receber o diploma de licenciado em Desenho, os alunos do Professorado de Desenho ou buscavam fora do estado ou aguardaram durante alguns anos até que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo se estruturasse para oferecer História e Filosofia da Educação, Psicologia Aplicada à Educação e Didática Especial em Desenho, disciplinas complementares do curso.

Reafirmo que algumas vertentes educacionais estiveram presentes no decorrer dos anos: a Escola Nova, que tem como fundamentos o *aprender fazendo* para que o aluno atue cooperativamente na sociedade e o conhecer como conhecimento de si mesmo (FUSARI; FERRAZ, 2001); e a Pedagogia Tecnicista, introduzida nas escolas entre 1960 e 1970, com o objetivo de atender ao mundo tecnológico em expansão.

Ou seja, nos seus vinte anos de existência, a Escola de Belas Artes esteve apoiada em um currículo que não exigia reflexão teórica sobre arte, conforme propõe Ana Mae Barbosa em sua Metodologia Triangular, amplamente difundida no final da década de 1980. Nessas duas décadas, os programas de ensino, a organização curricular e a metodologia das aulas ministradas eram planejados sem qualquer preocupação com o aluno e o cotidiano por ele vivido.

Nos meados da década de 1960, é possível vislumbrar sinais de mudança na prática pedagógica de alguns profissionais e consequentemente no comportamento dos alunos da Escola de Belas Artes. Essas mudanças podem ser associadas à chegada de professores de fora do estado – principalmente do Rio de Janeiro, da Escola Nacional de Belas Artes, trazendo informações e concepções mais recentes sobre arte –, à reforma educacional, que preconizou a inclusão de

disciplinas teóricas no currículo, às visitas organizadas às bienais e posteriormente à participação dos alunos nos festivais de Ouro Preto.

Dessas alterações ou modificações resultaram a introdução da Fotografia como disciplina, aulas de História da Arte no currículo, a extrapolação das aulas de Desenho para além das salas de aula e até mesmo dos *muros* da escola e o uso de materiais artísticos considerados como próprios das chamadas artes menores. Eram posturas pedagógicas ainda isoladas, mas que estavam impregnadas do modernismo, oriundas da concepção escolanovista e da livre expressão, concorrendo em um ambiente altamente conservador.

Na postura e no discurso dos ex-professores (todos ex-alunos) entrevistados, citados anteriormente, a tendência conservadora pode ser facilmente identificada. Permitindo-me indagar se essa conduta não seria reflexo da formação dos primeiros professores da Escola de Belas Artes, que em sua maioria eram engenheiros, arquitetos, médicos, além de um dentista e um bacharel em direito. Com formação artística, repito, somente os professores de fora, principalmente do Rio de Janeiro.

Essa escola formada de professores e alunos conservadores não participou dos movimentos estudantis, inclusive o da década de 1960, que ocorreu nacionalmente. Portanto, não me causou estranheza o fato de nenhum dos entrevistados apontar alguma situação política considerada relevante nesse período.

A ausência de profissionais com formação específica em arte no estado explica a razão de alguns alunos terem sido contratados como auxiliares de ensino, antes mesmo da conclusão do curso, justificando também o longo tempo percorrido até o momento em que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ofereceu as chamadas disciplinas pedagógicas para os alunos do curso de Professorado de Desenho, algo de que necessitavam para concluírem a licenciatura.

A escola formou muitos decoradores e professores de desenho. Muitos desses professores também são diplomados em pintura ou gravura, por exemplo alguns dos nossos entrevistados que, demonstrando o interesse em assumir na própria escola uma cadeira para lecionar,

optaram pela licenciatura, compactuando com o pensamento contido em alguns documentos examinados de que, para ensinar gravura ou pintura, não se precisava ser professor, era questão de habilidade.

E, assim, a Escola de Belas Artes não formou artistas. Entre os ex-alunos entrevistados e os demais que passaram pela escola, não consegui identificar produtores de obras de arte (entendido aqui como aquele que vive do seu trabalho artístico, participando do mercado de arte local ou nacional).

Entretanto, as vertentes educacionais presentes no cotidiano da Escola de Belas Artes não podem ser vistas como fragmentos, devem ser entendidas como parte do processo, pois as vertentes não se encerram dando lugar a outras, mas concorrem entre si uma vez que refletem os pensamentos e os conflitos da sociedade são refletidos por elas, principalmente daqueles que compõem o cotidiano da educação (SAVIANI, 1994).

Para compreender esse processo dialético, o primeiro passo foi dado quando busquei resgatar parte da história da Escola de Belas Artes; consegui concluir a minha busca em 2001, ano em que a escola comemoraria cinquenta anos de existência. E, para finalizar esses vinte anos de história da Escola de Belas Artes, afirmo e reafirmo que aqui está apenas um começo, outras pesquisas deverão ser feitas para que a história mostre os caminhos percorridos até 2021, quando a EBA chegaria aos setenta anos e, seu substituto, o Centro de Artes completou cinquenta.

Assim, virão à tona os efeitos das novas vertentes educacionais que se fizeram presentes no cotidiano do Centro de Artes nos últimos anos. E então poderemos avaliar as mudanças principalmente após a inclusão das concepções sobre o ensino de arte contidas na Metodologia Triangular/Abordagem Triangular difundida por Ana Mae Barbosa nas escolas, nas esferas estadual e nacional nos últimos vinte anos.

referências

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ATCON, Rudolph P. **Proposta para a reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**: estudo encomendado pela Ufes em setembro de 1966. Florianópolis: UFSC, 1966.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação**: conflitos/acertos. São Paulo: Max Limonad, 1985.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**: das origens ao modernismo. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BARBOSA, Ana Mae. **História da arte-educação**: a experiência de Brasília. São Paulo: Max Limonad, 1986.
- BARBOSA, Ana Mae. **Recorte e colagem**: influências de John Dewey no ensino da arte no Brasil. São Paulo: Cortez, 1989.
- BORGO, Ivantir Antonio. **Ufes**: 40 anos de história. Vitória: Edufes, 1995.
- BRASIL. **Decreto n. 40.065, de 3 de outubro de 1956**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40065-3-outubro-1956-342439-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- CARVALHO, Janete Magalhães. **A formação do professor e do pesquisador, em nível superior, no Brasil**: análise histórica

- do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica (1945-1964). 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- COUTINHO, José Maria. **Uma história da educação no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1993.
- CUNHA, Luiz Antonio. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. **Debate e Crítica**, São Paulo, n. 5, p. 27-58, 1975.
- ESPÍRITO SANTO. **Lei n. 518, de 6 de setembro de 1951**. Vitória, 1951. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO518.html>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- ESPÍRITO SANTO. **Lei n. 610, de 31 de dezembro de 1951**. Vitória, 1951. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO0610.html>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- ESPÍRITO SANTO. **Lei n. 616, de 11 de dezembro de 1909**. Vitória, 1909.
- ESPÍRITO SANTO. **Relatório apresentado pelo Dr. Jeronimo de Souza Monteiro ao Congresso Legislativo em 23 de maio de 1912**. Vitória, 1912. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Mensagens/Jeronimo%20Souza%20Monteiro%20-%201913.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- FABBRIS, Annateresa. A pesquisa em história da arte. **Porto Arte**: revista de artes visuais, v. 4, n. 7, p. 20-26, 2012.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos, 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felismina de Rezende e. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREUND, Gisele; FRADE, Pedro Miguel. **Fotografia e sociedade**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1989.

- FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e; FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.
- LE GOFF, Jacques (org.). **A nova história**. São Paulo: Edições 70, 1991.
- LOPES, Almerinda da Silva. **Arte no Espírito Santo do século XIX à Primeira República**. Vitória: edição do autor, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de; SIMSON, Olga de Moraes von. **Experimentos com história da vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.
- REBOUÇAS, Moema Martins. **A construção do conhecimento artístico nas aulas de educação artística das escolas de 1º grau das prefeituras de Vitória e da Serra**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1995.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez, 1989.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira; IGLÉSIAS, Francisco. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, Marília. **Educação artística**: o discurso oficial e a prática na escola de 1º grau. 1983. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1983.
- SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. *In*: SAVIANI, Dermeval; MENDES, Durmeval Trigueiro; BOSI, Alfredo (org.). **Filosofia da educação brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SILVA, Dirce Maria Corrêa da. **A escola de educação física do Espírito Santo**: suas histórias, seus caminhos (1931-1961). 1996.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1996.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

VOVELLE, Michel. **A história e a longa duração**. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A nova história**. São Paulo: Edições 70, 1991. p. 68-91.

WAGLEY, Charles. **An introduction to Brazil**. New York: Columbia University Press, 1963.

índice remissivo

A

Acervo do Centro de Artes 20, 21,
136-152

Acervo Lea Gomes Brasil 132-135

Aédi Faria Machado 64, 74, 83, 87, 121,
154

Atílio Vivacqua 32, 44

C

Carlo Crepaz 54, 56, 59, 66

Carlos Alberto Gomes Cardim 31, 40

Carlos Reis 41, 42

Cemuni (Célula Modular Universitária)
20, 36, 37, 121, 122

Centro de Artes 21, 22, 40, 120, 122,
128-130, 158

Christiano Woelffel Fraga 58, 59, 63,
65, 66, 68, 72, 80, 107, 125

concurso

discente, *ver* vestibular

docente 80-83, 125, 130

D

Departamento de Educação Física 33,
37

E

ensino

de arte 13, 14, 15-17, 18, 20, 155, 158
superior 23-26, 27, 30-37, 39, 44,
83, 103, 116, 153

Escola de Belas Artes (EBA)

1953 52, 53

1954/1955 53, 54

1956 54-59

1957 66

1958 66-69

1959 69-73

1960 73-76

1961 77-80

1962 80-83

1963 84-88

1964 88-91

1965 91-104
1966 104-108
1967 108-115
1968 116-119
1969 119-122
1970 122-126
1971 126-130
criação 34, 44, 47, 76, 130, 153
documento 20-22
exposição escolar 66, 69, 73, 91, 113
legislação 45, 46, 47, 58, 61
Escola Nova 30-34, 113, 156
Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios 13, 15

F

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
28, 34, 36, 69, 78, 82, 156, 157
Francisco Árabe Filho 54, 61, 63, 71, 96
Francisco Campos 27, 32, 103

G

Getúlio Vargas 30, 32, 33, 125

H

Homero Massena 45, 46, 50, 52, 54, 76

I

Idebaldo José dos Santos 107, 125
Instituto de Bellas Artes 15, 31, 40, 42,
43, 76
legislação 31, 41, 42

J

Jeronymo Monteiro 31, 43
João Punaro Bley 32
Jones dos Santos Neves 34, 39, 44, 46,
76
José Antonio de Carvalho 71, 78, 80,
111, 121, 154
Juscelino Kubitschek 36

L

Lea Gomes Brasil 64, 154
Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Nacional 9, 17

M

Marcello Vivacqua 36, 72, 75
Maria Helena Lindenberg Coelho 49,
61, 64, 121, 154
Maurício Salgueiro Felisberto de Souza
56, 58, 59, 63, 65, 66, 68, 73, 112
Ministério da Educação e Cultura 56,
72, 76, 77
Missão Artística Francesa 13

O

Oliézi Modolo 64, 74, 83

P

pintura 43
pintura, escultura e gravura 10, 47, 61,
62, 63, 64, 66, 69, 73, 81, 86, 87, 91,
124, 129, 130, 155

professorado de desenho 10, 47, 57, 58,
61, 63, 64, 65, 66, 69, 71, 73, 78, 81,
82, 86, 87, 92, 124, 129, 130, 156, 157

W

Wallace F. Neves 86, 111, 112, 114, 115,
125, 154

R

Raphael Samú 82, 92
Reforma Benjamim Constant 16, 24
Reforma de Ensino Superior 103
Reforma do Ensino Primário 16
Reforma do Ensino Secundário e Superior 16
Reforma Francisco Campos 25
Reforma Rocha Vaz 25
Reforma Universitária 36, 40, 113, 116,
125, 126, 130

S

Secretaria de Educação e Cultura 35,
47, 56
Seliégio Gomes Ramalho 71, 130

U

Universidade do Espírito Santo 30, 35,
36, 53, 76
Universidade Federal do Espírito Santo
18, 35, 36, 39, 40, 77, 83, 86, 103,
116, 119, 122, 125, 129, 130

V

vestibular 10, 45, 53, 54, 62, 63, 64, 65,
66, 67, 68, 71, 72, 73, 76, 81, 82, 86,
87, 91, 96, 124, 126, 129, 155



sobre mim

Entrar na universidade, especialmente numa instituição federal, pública, foi a realização de um sonho, o de ser professora em nível superior, um sonho que parecia irrealizável, pois pensava ser um lugar muito distante de minhas origens, condições e capacidade. Quando eu via a Ufes de longe, ao passar de ônibus, ficava imaginando como seria estudar ali, naquele lugar onde foi construído e está situado o *campus* de Goiabeiras, lugar ao qual, ainda menina, havia sido levada pelo Grupo Escolar Professora Alípia Fraga, para passeios em comemoração ao Dia das Crianças. Na época, não existia nenhuma construção e o local era popularmente conhecido como “Campo dos Ingleses”.

Após a licenciatura em Educação Artística, pela Ufes, e a atuação como professora na educação básica de 1992 a 2015, tornei-me docente da universidade, no Departamento de Teoria da Arte e Música, do Centro de Artes, onde ministrei as disciplinas Fundamentos e Práticas do Ensino da Arte I e II. Sou doutora em Educação na linha de pesquisa Educação e Linguagens Verbal e Visual e mestra também em Educação na linha de pesquisa História da Educação, ambas as formações pela Ufes. Em 2015, ministrei a disciplina Aspectos Legais do Ensino da Arte no curso de Artes Visuais/EAD da Ufes, momento em que atualizei o livro do aluno sobre a legislação educacional que embasa o ensino de arte. E, de

2016 a 2022, ocupei a função de subcoordenadora do curso de Artes Visuais da Ufes e de presidente do Núcleo Docente Estruturante do colegiado do mesmo curso.

O sonho se realizou, mas a jornada continua!



Vera Lúcia de Oliveira Simões

é licenciada em Educação Artística, especialista em Mediação na Educação a Distância, mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). É professora aposentada do Departamento de Teoria da Arte e Música da Ufes, onde subcoordenou o curso de licenciatura em Artes Visuais e presidiu o Núcleo Docente Estruturante do colegiado desse curso.

Este é um livro histórico-descritivo das pesquisas realizadas sobre a origem do ensino de arte na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e, conseqüentemente, no estado capixaba. Propõe-se a trazer dados e fatos de uma história desconhecida pela maioria dos componentes da comunidade universitária, acessados pela autora durante sua pesquisa de mestrado, no ano de 2001, quando a criação da Escola de Belas Artes do Espírito Santo completou 50 anos. Nos escritos, são fornecidas informações sobre os caminhos percorridos pela Escola, indicando o quanto o material coletado possibilitou reconstruir a sua história, que vai de 1951, ano em que é criada, até 1971, quando é transformada no Centro de Artes. Trata-se de uma obra que nasce em concomitância com as ações institucionais de celebração dos 70 anos da Ufes, dos 50 anos do Centro de Artes e dos 70 anos da Escola de Belas Artes, que redefiniram o papel social da arte e do ensino de arte no Espírito Santo.

Este livro nos convida a conhecer e partilhar as perspectivas de quem esteve e ainda está na linha de frente da difícil arte de ensinar. Vera Simões nos guia, por meio da história, rumo às origens da Escola de Belas Artes do Espírito Santo e às contradições e incertezas presentes no sistema que conduz as políticas públicas educacionais brasileiras, até o momento em que a Escola de Belas Artes dá lugar ao Centro de Artes da Ufes, no ano de 1971. A autora descreve os acontecimentos históricos sobre o ensino superior capixaba e nacional, com o amparo de documentos, fotocópias de imagens e entrevistas realizadas. Nesse passeio retrospectivo, Vera fala sobre o corpo docente, docente e as concepções pedagógicas que habitaram a escola durante as suas duas décadas de existência, agregando dados e reflexões fundamentais para o entendimento da formação de professores e do ensino de arte.